

ETNOGRAFIA CRIATIVA:

INSUMO PRIMÁRIO ENTRE
PESQUISA E EMOÇÃO NO
PROJETO DE ASSENTAMENTO
TARUMÃ MIRIM-AM



ÁGUIDA MENESES VALADARES DEMÉTRIO
RITA MARIA DOS SANTOS PUGA BARBOSA

Atena
Editora
Ano 2020

ETNOGRAFIA CRIATIVA:

INSUMO PRIMÁRIO ENTRE
PESQUISA E EMOÇÃO NO
PROJETO DE ASSENTAMENTO
TARUMÃ MIRIM-AM



ÁGUIDA MENESES VALADARES DEMÉTRIO
RITA MARIA DOS SANTOS PUGA BARBOSA

Atena
Editora
Ano 2020 Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elói Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Elói Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahel – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D377e	<p>Demétrio, Águida Meneses Valadares Etnografia criativa [recurso eletrônico] : insumo primário entre pesquisa e emoção no projeto de assentamento Tarumã Mirim - AM / Águida Meneses Valadares Demétrio, Rita Maria dos Santos Puga Barbosa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-089-6 DOI 10.22533/at.ed.896202805</p> <p>1. Assentamento rural – Tarumã Mirim (AM). 2. Etnografia criativa. 3. Posse da terra – Aspectos sociais. I. Barbosa, Rita Maria dos Santos Puga. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 303.4</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DEDICATÓRIA

Esta obra é dedicada aos homens e mulheres que lidam na terra do projeto de assentamento Tarumã Mirim, na sua constante batalha agrária, entre o raiar do dia ao pôr do sol, no calor escaldante da terra amazonense.

Entre a “posse” da terra à subsistência, a família representa o “corpo produtivo”, revestindo esses assentados e moradores de sonhos e perspectivas de que o amanhã despontará com melhores probabilidades de desenvolvimento socioeconômico, do seu trabalho provenientes das mãos calejadas, e pela vontade férrea de na terra tirar o seu sustento.

Que suas lutas e seus sonhos se transformem em realidade produtiva, a lhes proporcionar realizações como resultado de seus suores que caíram por terra, decorrentes das suas labutas com o facão, o machado e a enxada, laborados pelo esforço braçal, pois acreditam que seus esforços resultarão na gratidão da terra, a lhes devolver em forma de alimentos os esforços nela despendidos.

Dedico também a outros pesquisadores que queiram dar prosseguimento a esta vertente pesquisada, porque tanto o Tarumã Mirim quanto outros assentamentos rurais na Amazônia demandam atenção e merece ampliar as pesquisas, de forma sistematizada, na busca do conhecimento e da cientificidade.

AGRADECIMENTOS

O talento tanto advém da habilidade inata do indivíduo, quanto da prática repetitiva do ato, podendo requerer inteligência emocional ou a aptidão na execução, porém, em ambos, tanto a dedicação quanto o domínio se sobressaem, demonstrando destreza e percepção apurada. Essas, e tantas outras, são qualidades captadas na personalidade desse extraordinário designer e artista plástico, **Leandro Monteiro**, criador da capa desta obra, que foi capaz de resumir em uma única face a mensagem contida nesta obra.

APRESENTAÇÃO

Apresentar esta obra é quase como discorrer dentro da pesquisa, porque acompanhei esta pesquisadora em toda trajetória do período da coleta de dados, por eu ser o presidente da comunidade que fora escolhida para parte das entrevistas, e por ter sido eleito o mediador entre ela e os sujeitos pesquisados.

Por diversas vezes fui obrigado a socorrê-la, devido às intempéries em que ela se envolvia, principalmente em busca de alguns indivíduos que ela categorizava como “assentados do lazer”, de difícil localização e de negaceio aos fatos.

Outros momentos em que provocava situações entre engraçadas e preocupantes era o pavor que ela tinha das onças, por existir bastante dessas feras na área pesquisada. Apesar de nunca terem se enfrentado “cara a cara”, os temores dela eram enormes (e com razão), porém, por uma boa entrevista, ela superava esses obstáculos, e muitas vezes incorria em situações perigosas.

Quando ela se dispôs a ouvir e narrar a historicidade da comunidade, ela se enlevava dentro das histórias, como quando conheceu a benzedeira e puxadeira local. Se beneficiou das puxadas na coluna vertebral, e se encantou.

Nas outras histórias, como o soldado da borracha, centenário na comunidade, ela se impressionou com o vigor do entrevistado, sua disposição e sua lucidez, a trabalhar com enxada e a cuidar dos porcos e galinhas.

As histórias das caveiras, dos cadáveres desovados no Ramal do Pau Rosa, em toda sua extensão, mais ampliavam o cenário mítico e assombroso que cerca o assentamento, porém a luta assídua de diversas mulheres guerreiras na sua labuta cotidiana também representou relevante importância na sua pesquisa.

Pesar e contradições também presenciei em sua trajetória, quando teve que discorrer sobre as clínicas de recuperação existentes no PA Tarumã Mirim, devido à sua história social como Agente da Pastoral da Sobriedade, em apoio às famílias de dependentes químicos. De um lado ela entendia os receios dos assentados, em ter clínicas de recuperação dentro do assentamento, e de outro ela penalizava-se porque não é fácil os vitimados conseguirem internações para se recuperarem.

Parte da base para esta obra já existia, quando ela conheceu o assentamento, antes da pesquisa-base, em seu trabalho social como voluntária da igreja Católica, pela Pastoral da Sobriedade. Um período remoto, por ainda não existir luz elétrica na comunidade. Daí ela conheceu a rotina, os costumes, vivenciados na precariedade. No retorno à comunidade, para a pesquisa de campo para a sua Dissertação, ela trabalhou os comparativos entre o “tempo sem luz” e o do momento da pesquisa, com a já existente luz elétrica, e traçou um paralelo de evolução entre diversos hábitos locais.

O lazer, como prazer, lhe instigou a interpretar como possível e variável, mesmo sem a intermediação do Estado, pois na comunidade pesquisada, ou em outras conhecidas, não há cinemas, centros de convivência, parquinhos... nada...

mas mesmo assim a variedade de formas que o lazer é apreciado lhes possibilita divertimento, relaxamento, prazer.

O lazer analisado como mercadoria, lhe mostrou que tal prerrogativa poderia futuramente vir a ser um nicho econômico, que poderia se tornar um potencial financeiro para os agricultores. Ela abarcou as possibilidades, classificou os assentados, e a obra apresenta uma análise contextualizado nessa vertente produtiva: venda do lazer, como uma mercadoria negociável.

Além dos aspectos do lazer, analisados nos dois polos (prazer e comércio), a obra também relata e analisa as formas de puxiruns (mutirões) existentes no PA Tarumã Mirim, alguns a diferir dos tradicionalmente conhecidos, tais como o puxirum comunitário, ocorrido instigado devido à necessidade de “trazer pra estrada boa” o cultivo, devido à impossibilidade de plantar e colher na lote do dono da terra. Em muitos puxiruns a pesquisadora estava ali, presente, participando, colaborando (e na maioria das vezes atrapalhando – mas ninguém dizia isso a ela). Porém desses momentos ela conseguiu captar no âmago a vivência rural.

Por muitos meses o acompanhamento da rotina comunitária, assessorada pela Associação foi essencial, para o relato da representatividade que ocorre na transferência de poder de uma pessoa física para um grupo jurídico, com poder de voz a transubstanciar junto às instituições (apossando-me de seus dizeres), mostrando a importância que as associações representam no universo rural.

Toda obra apresenta um “quê” de emoção, de afeto, em que o estudo reporta como topofilia, que é o elo afetivo entre os indivíduos e o ambiente em que ele vive. Isto é muito aparente na zona rural, principalmente nas pessoas mais idosas, que se apega à sua casa, seu lote, seu “mundo rural”, e nele tem o desejo de permanecer.

A obra também apresenta fatos não tão elogiosos ou adequados a um assentamento rural, gerido pelo INCRA, tais quais os “assentados do rádio” e outras situações, por isso da necessidade do anonimato dos personagens, tais quais este que apresenta esta obra, aqui citado somente como ENT-35, mediador e informante-chave, no intuito de evitar reprimendas ou dados àqueles que estão em desacordo com as institucionalizações, vindo a prejudica-los.

Esta obra é pertinente nos diversos tópicos aqui abordados, por levantar hipóteses inquietantes e relevantes ao mesmo tempo, e por abordar cenários que poderão trazer melhorias para a comunidade, bem como para o assentamento como um todo, como, por exemplo, a exploração do lazer como complemento de renda para os assentados, por adequar-se em capacidade turística devido sua localização, suas águas, suas matas.

Este é o resultado desta obra: instigar. Dar parâmetros para ampliar a vertente abordada, relatar o “mundo rural”, com suas benesses e dificuldades, e mostrar, nas entrelinhas das análises dos resultados, que o lazer pode transformar-se em mercadoria, com amplo valor comercial.

Porém, mais que o aqui já relatado, esta obra mostra que, para se praticar a

etnografia, a criatividade deve ser o instrumento humano de maior valor agregado, para um melhor conhecimento da cultura e dos indivíduos ali envolvidos.

Conforme ditos da autora, “a etnografia criativa resulta da criatividade do pesquisador, no convívio direto com o sujeito/objeto pesquisado, a partir do conhecimento e das interpretações sistemáticas”, quando o pesquisador se utiliza de diversas formas criativas para melhor “captar” as nuances do ambiente, da cultura, dos hábitos e comportamentos.

Ent-35, ENT-35, mediador e informante-chave da pesquisadora.

(Obrigatoriedade do sigilo na identificação, devido a diversos fatos inadequados que poderiam comprometer a posse da terra de alguns entrevistados na localidade pesquisada).

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1	7
O MÉTODO E A TÉCNICA DA PESQUISA	
1.1 A técnica da Observação Participante	08
1.2 A etnografia criativa	08
1.0.1 Os assentados do rádio	10
1.0.2 As roupas “assentadas”	10
1.0.3 Sou visita!	10
1.0.4 O mato roçado justifica	10
1.0.5 As onças e o medo	10
1.0.6 Mais onças?	12
1.0.7 Pesquisa e complacência	12
1.0.8 A “Trupe” da boia	14
CAPÍTULO 2	15
ORIGEM, CULTURA E ESPECIFICIDADES	
2.1 Cultura, memória e historicidade da comunidade afatam	17
2.1.1 Macabros e benesses, entre as desovas, as caveiras e as onças	19
2.1.2 Alimentação e regionalismo: diversidade no prato	20
2.1.3 A cura: pelas mãos ou pela fé?	24
2.1.4 Eu não posso! Querer não é poder	29
2.1.5 <i>O soldado da borracha</i>	31
2.1.6 Clínicas de recuperação: Esperança versus inquietação	33
2.2 Lazer e morte nas águas do tarumã mirim.....	34
CAPÍTULO 3	36
AS TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS	
3.1 As lavadeiras nos igarapés	37
3.2 Substituição do rádio pela televisão	37
3.3 O uso de privadas	38
3.4 O hábito do banho	38
3.5 O jogo de bola	39
3.6 O trabalho da parteira.....	40
3.7 O momento do repouso.....	40
3.8 Os eletrodomésticos.....	41
3.9 A educação escolar	41
3.10 O telefone rural	42
3.11 A produtividade agrícola	42
CAPÍTULO 4	43
QUEBRANDO PARADIGMAS	
4.1 Novos paradigmas de subsistência com sustentabilidade.....	44
4.2 O lazer como trabalho.....	44

4.2.1 Lazer e produtividade (i)material	45
4.3 Produto ou mercadoria: a utilidade define a sua função	46
4.3.1 O lazer como mercadoria: Karl Marx na roça	47
4.4 O lazer como prazer	50
4.5 O lazer e o renovar das emoções	51
4.6 O lazer na zona rural	52
4.6.1 As formas de lazer no Tarumã Mirim	53
CAPÍTULO 5	58
ASSENTAMENTOS: PRIORIDADES E NECESSIDADES	
5.1 O quinteto das necessidades	58
5.1.1 As estradas do sol	61
5.1.2 Saúde pública no assentamento. Cuidado ou utopia?	64
5.1.3 A escola rural e a leitura de mundo: regionalizar para ensinar	67
5.1.4 O elo entre dois brasis	70
5.1.5 Um projeto para quem?	72
CAPÍTULO 6	75
6.1 O puxirum comunitário: os cultivos de muitos donos	75
6.2 O puxirum do dia: farinhagem	76
6.2.1 A bricolagem com os excedentes da mandioca	80
6.3 O puxirum da noite: colhendo cheiro-verde	82
6.4 O puxirum da madrugada: a colheita do pimentão	83
CAPÍTULO 7	86
O PROCESSO CIVILIZADOR	
7.1 Observando o processo civilizador na pesquisa de campo	88
7.2 Configurações cegas ou aspectos eventuais?	92
CAPÍTULO 8	95
APEGO E TOPOFILIA	
8.1 Consumismo ou desapego?	96
8.2 A teoria do apego	97
8.3 Topofilia: o elo afetivo entre o homem e o ambiente	97
8.3.1 O avançar da idade e o aumento topofílico	101
CAPÍTULO 9	103
A REPRESENTATIVIDADE JURÍDICA	
9.1 As reuniões ordinárias e extraordinárias	105
CAPÍTULO 10	107
OS ASPECTOS INSTITUCIONAIS	
10.1 Agricultura familiar e as políticas públicas nos assentamentos	108
10.1.1 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	108
10.1.2 Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do	

Amazonas - IDAM	109
10.1.3 Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA	109
10.1.4 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	109
10.1.5 Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas	
-IDESAM	110
10.1.6 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -	
PRONAF	110
10.1.7 Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS	110
10.2 Os vizes da agricultura familiar	
10.2.1 A abrangência da agricultura familiar	111
10.2.2 Questionamentos e justificativas	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	122
SOBRE AS AUTORAS	129

ETNOGRAFIA CRIATIVA: INSUMO PRIMÁRIO ENTRE PESQUISA E EMOÇÃO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM-AM

Esta obra origina-se da Dissertação do mestrado “Lazer e Agricultura familiar: complementares ou antagônicos nos aspectos socioeconômicos no Tarumã Mirim?”. Método Etnográfico, técnica da Observação Participante. Relata a historicidade do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim-AM, através de dois olhares, retratando uma viagem contraditória por dois brasis bem brasileiros: o Brasil Real, na vivência cotidiana dos assentados, com dificuldades entre o querer e o poder, e o Brasil Ideal, com suas normatizações e institucionalizações para os assentamentos rurais; Descreve as formas criativas para executar a etnografia, interligando empirismo e cientificidade, nas intermediações entre razão e emoção; Apresenta o lazer sob dois aspectos pertinentes: como diversão, e como matéria-prima produtiva, ao explorar o lazer comercial; Demonstra que o turismo de cercania poderá despontar em novas possibilidades produtivas em um assentamento rural. Enquanto o mundo clama por preservação ambiental, o Tarumã Mirim rompe paradigmas que, além do cultivo, extração ou criatório, pode também explorar o “filão” que se estende a céu aberto (ou à floresta intacta), fazendo nascer um “novo mundo amazônico”, onde o lazer tanto pode ser um produto, quanto uma mercadoria. E a floresta, a partir dessas novas concepções, preservada em alguns lotes na área pesquisada, representará a subsistência com sustentabilidade ao homem do interior, por manterem-na intacta, porque suas sombras e os seus frutos se perpetuam com a floresta em pé, numa poupança de cuidados. Nesse novo paradigma, no dia de amanhã tanto os filhos quanto os netos desses assentados, se na comunidade permanecerem, nelas poderão repousar e sentirem-se parte integrante desta natureza deslumbrante, se a consciência entre o “homem que produz”, o “homem da subsistência” e o “homem do lazer”, dialogarem entre si, em prol da natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento rural. Tarumã Mirim. Etnografia Criativa. Cultura. Lazer.

CREATIVE ETHNOGRAPHY: PRIMARY SUPPLY BETWEEN RESEARCH AND EMOTION IN THE TARUMÃ MIRIM-AM SETTLEMENT PROJECT

This work originates from the Master's degree Dissertation "Leisure and Family Agriculture: complementary or antagonistic in socioeconomic aspects in Tarumã Mirim?". Ethnographic Method, Participant Observation technique. It reports the historicity of the Tarumã Mirim-AM Settlement Project through two views, portraying a contradictory trip through two Brazils very Brazilian: Real Brazil in the daily life of the settlers with the difficulties between will and power and Ideal Brazil with its norms and institutionalizations for rural settlements. It describes the creative ways to execute the ethnography linking empiricism and scientificity in the intermediation between reason and emotion. It presents leisure in two pertinent aspects such as fun and as a productive raw material when exploring commercial leisure. It demonstrates that the vicinity tourism can emerge in new productive possibilities in a rural settlement. While the world cries out for environmental preservation, Tarumã Mirim breaks paradigms that in addition to cultivation, extraction or breeding, can also explore the "lode" that extends to the open sky (or to the closed forest), giving rise to a "new Amazonian world", Where leisure can be both a product and a commodity. And the forest, based on these new conceptions, preserved in some plots in the researched area. It will represent the subsistence with sustainability to the man of the countryside for keeping it intact. it because its shadows and its fruits are perpetuated with the forest standing in a saving of care. In this new paradigm, in the future even the children as well as the grandchildren of these settlers, if they remain in the community, they will be able to rest in them and feel part of this dazzling nature, if the conscience between the "man who produces", the "man of subsistence" and the "man of leisure", dialogue with each other, in favor of nature.

KEYWORDS: Rural settlement. Tarumã Mirim. Creative Ethnography. Culture. Leisure.

Conheci o Projeto de Assentamento Tarumã Mirim em 2009, quando praticava o voluntariado como Agente da Pastoral da Sobriedade, palestrando em clínicas de recuperação de dependentes químicos dentro daquele assentamento. Durante cinco anos, geralmente uma vez por mês, eu comparecia às referidas clínicas, e prestava-lhes minha contribuição social, através de palestras, tanto aos dependentes químicos, quanto para os familiares.

A partir desse trabalho, conheci também diversas famílias que residiam no assentamento, e a elas também eu estendia o meu trabalho. Maiores aproximações ocorreram ao instruir-lhes sobre os cuidados essenciais dentro da família, para que seus filhos não viessem a ser usuários de drogas ou que os pais não se castigassem emocionalmente, presos ao sentimento de culpa.

Esse contato me propiciou entendimento empírico acerca de unidades de produção agrícola, e aprendi a olhar de forma diferenciada para a zona rural e aos povos que lá viviam.

Desse conhecimento e percebendo suas características peculiares, certos aspectos me instigaram a mais aprofundamentos. Em um primeiro momento tornou-se primordial entender os aspectos jurídicos-institucionais que regem os assentamentos rurais no Brasil, para posteriormente vivenciar *in loco* a realidade que norteia a agricultura familiar dentro do assentamento. Ao continuar meus estudos, com a aprovação na seleção para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, escolhi o tema sobre lazer e agricultura familiar em assentamento rural, e elaborei o meu Projeto de Pesquisa tendo como objeto de pesquisa o referido assentamento.

Esta obra originou-se da Dissertação “Lazer e agricultura familiar: complementares ou antagônicos nos aspectos socioeconômicos no Projeto de Assentamento Tarumã Mirim?”. O projeto de pesquisa para a referida Dissertação foi apresentado à Plataforma Brasil, Comitê de Ética na Pesquisa em 13/11/2015, submetido à análise em 25/11/2015 e aprovado em 03/12/2015, através do Parecer 1.350.135, CAAE 512955159.0000.5020. Dissertação defendida em 24/01/2017, com indicações da Banca Examinadora para publicação em formato de livro.

Nesta obra (e na Dissertação) é válido aqui esclarecer por que utilizamos a

expressão assentado ou morador: A denominação de “assentado” se aplica àquele que tem o título da terra, expedido pelo INCRA, enquanto que “morador” se reporta àqueles que:

- a) comprou do assentado (o que é proibido);
- b) invadiu o lote abandonado;
- c) entrou (com permissão do beneficiário ou da associação) e aguarda a definição do órgão fiscalizador.

Outra forma de expressão a justificar, é o foco narrativo, seguindo norteamentos de Oliveira Filho (1999, p. 212), referente as narrativas etnográficas. Devem ser escritas na 1ª pessoa do singular, pois o olhar etnógrafo descreverá as diferenças e a variação no outro. A partir do dito, cito o “eu” nos momentos específicos da coleta de dados, retornando ao pronome na 1ª pessoa do plural “nós” nas análises e interpretações dos dados coletados, as quais foram procedidas conjuntamente com a coautora deste trabalho.

Para justificar ou refutar as hipóteses, necessitava validá-las com base em um método científico, e, para tal, residi durante nove meses no assentamento, enquanto executava a pesquisa de campo. Tais amplitudes e durabilidade da pesquisa geraram conhecimentos, proximidade e empatia, permitindo descrever com acuidade a cultura e as características antropológicas e sociais dos assentados e moradores do assentamento.

Consequentemente (e, porque não), emoções foram geradas pela proximidade duradoura, apesar de sempre procurar manter-me à margem em muitas situações, para que sentimentos particularizados não interferissem na qualidade do trabalho acadêmico proposto.

Porém, como manter o distanciamento na pesquisa, à medida que o tempo transcorre, e, nesse percurso, a aproximação com o sujeito pesquisado se intensifica? Como lidar com a emoção?

Neste trabalho, busquei demonstrar que a etnografia possui elementos que podemos classificar como “insumos primários” para:

- a) relatar a historicidade do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim, através de dois olhares, díspares, e ao mesmo tempo complementares, nos levando a uma viagem contraditória, por dois brasis bem brasileiros: o Brasil Real, na vivência cotidiana dos assentados, nas suas dificuldades entre o querer e o poder; e o Brasil Ideal, com as suas normatizações e institucionalizações para os assentamentos rurais, nos apresentando a personificação adequada para o desenvolvimento da agricultura familiar na zona rural¹.

- b) descrever as formas criativas para executar a etnografia, interligando empirismo e cientificidade, nas mediações entre razão e emoção;

- c) apresentar o lazer sob dois aspectos pertinentes: como diversão, relaxamento

1 Mais detalhes no artigo: Assentamentos rurais e dois Brasis bem brasileiros. <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5112>

e como matéria-prima produtiva, ao explorar o lazer comercial;

d) demonstrar que o turismo de cercania poderá despontar em novas possibilidades produtivas dentro de um projeto de assentamento.

Conhecer o Brasil Ideal dos assentamentos rurais, através da revisão bibliográfica, descortinou-nos um Brasil de utopias, com possibilidades e oportunidades para o agricultor familiar. Quando da pesquisa de campo, em que vivenciei o Brasil Real, utopias caíram por terra, e a realidade nos mostrou as “fendas” em ambos os parâmetros. Entre esses dois mundos (o Brasil Real e o Brasil Ideal), percebemos que o antagonismo entre a caneta e a enxada teima em surgir, colocando esses dois brasis em polos opostos, mostrando lacunas que interferem na produtividade local, quer do lado das instituições, quer dos assentados, porque um e outro esqueceram que gerir e seguir normas norteia para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Dessa percepção veio a emoção, pois foi um trabalho árduo porém prazeroso, porque entender novas possibilidades, conhecer novos ambientes e pessoas, detectar fatos antes inimagináveis, torna a pesquisa um elemento de surpresas, em que se inicia com hipóteses hipotéticas e as confirmações surgem em meio às peculiaridades e especificidades entre sujeito e objeto pesquisado. Os resultados nos mostraram que, ao usar a criatividade na etnografia, nos descortina horizontes díspares, nos permitindo visualizar o oculto, escondido na penumbra do silêncio e da timidez, que somente a convivência prolongada permite identificar.

Inicialmente a proposta era pesquisar, dentre outras categorias, os “assentados do lazer”, referindo-se àqueles que compareciam no assentamento somente aos finais de semana. Porém, nos entremeios do furtivo, nas especulações naturais e nos detalhamentos observados, detectamos uma atividade e uma mercadoria, que desponta como o eldorado rural, porém ela encontra-se ainda adormecida entre as brumas do acanhamento e do anonimato, porque o deslanchar dessa atividade não se enquadra no trio norteador dos assentamentos, que é desmatar-cultivar-colher para subsistir.

Esse produto, rico em possibilidades, a propiciar subsistência com sustentabilidade chama-se lazer, que não desmata, não polui e proporciona desenvolvimento socioeconômico no assentamento. Melhor explicando: diversos sítios que em suas limítrofes singram igarapés de águas límpidas e natureza exuberante, muitos assentados e moradores preservam-nos, pra explorá-los comercialmente, em aluguéis para fins de semana para eventos ou através da comercialização contínua, com barraquinhas nas margens, redes atadas em árvores à beira dos igarapés, churrasqueiras embaixo das árvores. O contato direto com a natureza instiga os turistas a retornarem posteriormente, para mais relaxamentos e o renovar das emoções.

A proposta da pesquisa direcionava às análises entre trabalho e lazer, e esse nicho, detectado ao acaso, nos proporcionou maiores riquezas nos dados coletados,

a nos instigar a mais aprofundamentos ao proposto anteriormente. Nesse viés, procuramos estender mais um parâmetro: o lazer como mercadoria dentro de um assentamento rural.

Lazer e prazer nos remetem às manifestações de bem-estar e qualidade de vida (saúde, bem-estar físico, mental e emocional). Em conformidade com a sociologia do lazer, aquele é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade para repousar, divertir-se, recrear-se, desenvolver uma formação desinteressada, socializar-se após desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e afins. Outrossim, o prazer, dialógico e social, é sentir bem-estar, em manifestações do organismo ou da mente.

O prazer advém através de diversas formas, tais como praticando exercícios, comendo, fazendo sexo, escutando música, lendo, pescando, nadando, escrevendo, embalando-se na rede, realizando algo que, particularmente, cause prazer ao indivíduo. Lazer e prazer confortam corpo e mente.

O MÉTODO E A TÉCNICA DA PESQUISA

1 | O MÉTODO ETNOGRÁFICO

Metodologia (ou método) é o caminho, a trajetória, para se construir o conhecimento. Ao referirmos à pesquisa científica, existe uma metodologia para essa trajetória, que leva a um resultado sistemático. Dessa sistematização, formam-se as regras da produção científica. O método científico é composto de etapas que visam levar a resposta aos problemas para, assim, construir o conhecimento. Cada área científica tem um objeto e um método próprio. Nesta obra, utilizamos o método etnográfico, para descrever os fenômenos sociais.

Nakamura (2011) cita que a vida social e cultural de uma sociedade é apreendida em sua totalidade, observando-se os diferentes aspectos da vida social em situações particulares, revelando valores, comportamentos, modos de vida e visões de mundo diferentes.

A etnografia nos remete à ideia da descrição de culturas, etnias, características antropológicas e sociais de determinados povos. Isto significa conhecer seus hábitos diuturnos, seus alimentos (e como os adquire), que formas de lazer apreciam (ou tem à sua disposição), quais as lendas que os cercam, como são suas relações sociais, que relações jurídicas e estatais os norteiam, etc. Para proceder essas descrições, demanda tempo, para a coleta perspicaz do objeto (ou sujeito) pesquisado. Porém, a etnografia não é a descrição somente de um momento, mas sim uma sequência deles, formando uma constância, para o entendimento adequado, criando elos que formarão o entendimento e conhecimento complexo e abrangente.

Geertz (2008) defende que praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos, manter um diário, porque a etnografia é uma descrição densa dos fatos em análise. Se a etnografia é uma descrição densa e os etnógrafos são aqueles que fazem a descrição, então a questão determinante é fazer as transcrições de forma concisa e minuciosa, tentando salvar o “dito” (GEERTZ, 2008, p. 12-15) no discurso, diferenciando as diversas interpretações das piscadelas², porque às vezes o “dito” o é dito de forma que não representa a realidade vivenciada, instigado somente pelo momento da entrevista. Minúcias nas descrições propiciam uma aproximação entre o ocorrido e o

2 Alusão ao texto de Geertz onde ele descreve que uma piscadela possui diversas maneiras interpretativas, dependendo do contexto em que foi praticada: é uma insinuação; um tique nervoso; uma imitação.

registrado, sendo, portanto, essencial que os registros se concretizem tão logo tenha ocorrido o fato, a entrevista, a observação.

Nesse tipo de pesquisa, Malinowski (1978, p. 31), recomenda ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado a máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo, tomando parte nas atividades, passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas. Dependendo do ambiente, recomenda-se um mediador. Na pesquisa, contamos com um informante-chave, mediador para quesitos de dúvidas ou para sanar falsas interpretações, passando ele a ser colaborador da pesquisa, que foi o líder daquela comunidade e presidente da associação dos moradores. Obtivemos também auxílio relevante da ex-presidente da associação, por ela residir há quinze anos na comunidade e ter sido presidente da associação por oito anos, tornando-a deveras conhecedora do ambiente, e dos aspectos socioeconômicos da área pesquisada.

1.1 A técnica da Observação Participante

A técnica da Observação Participante, tradicional no método etnográfico, consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano. Em conformidade com Mónico et al. (2017), “um observador é considerado participante quando se integra num grupo e na vida do mesmo. Um importante contraste neste processo é o grau de envolvimento, com as pessoas e nas atividades que se observam”, sendo um exemplo de observação natural ou uma forma especial de observação, especialmente apropriado para estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que visam a generalização de teorias interpretativas.

A observação participante impõe atitudes metodológicas que o observador deve assumir em relação ao seu sujeito ou objeto de análise, conforme cita Ribas (2009, p. 44-45), “somente um ser humano pode entender as razões humanas”, portanto, entender essa relação de sonhos, perspectivas, anseios, desilusões que permeiam a vivenciar do sujeito pesquisado, está inserido na Observação Participante. Ribas (2009, p. 91) questiona: “É possível olhar uma dada realidade sem se envolver emocionalmente? Não. Hoje os cientistas sabem que o envolvimento emocional faz parte da paixão por um tema que os atrai”, cabendo portanto nesse contexto, tomar cuidado com o envolvimento emocional, para que a subjetividade não interfira nos fatos observados, nem nas análises dos resultados, mas também não se transformando em um elemento totalmente distanciado, sem o alcance da emoção existente naquele momento e naquele contexto.

1.2 A etnografia criativa

Para entender o conceito de Etnografia Criativa, faremos um paralelo à Economia Criativa, que são atividades resultantes da imaginação dos indivíduos,

explorando a sua criatividade, para resultar em produtos com valor econômico. Parte da matéria-prima é a criatividade. O pesquisador britânico e especialista na área, John Howkins, sustenta que é justamente a relação que se dá entre a economia, a criatividade e o campo simbólico que constitui a Economia Criativa.

Madeira (2014, p. 40) explana que

Economia criativa é um conceito novo, ajustado ao delicado equilíbrio entre imperativos econômicos e o patrimônio de uma nação [...] correlato e ligado ao de desenvolvimento sustentável. Ambos têm como base e alvo patrimônios preciosos – a cultura e o meio ambiente – recursos de importância estratégica para o desenvolvimento. Para autores como John Howkins, a economia do conhecimento ou da informação deixou de satisfazer como termo que sintetiza os novos requisitos da competição econômica. Em seu lugar, a criatividade deve ser entendida como a tendência mais recente dessa tentativa de síntese.

Em conformidade com Newbigin (2010), a economia criativa mistura valores econômicos e valores culturais, sendo esta ampla e complexa herança cultural que a diferencia de qualquer outro setor da economia.

Nesse viés de raciocínio, a etnografia criativa resulta da criatividade do pesquisador, gerando resultados advindos do convívio direto com o sujeito/objeto pesquisado, a partir do conhecimento e das interpretações sistemáticas, solidificadas por metodologias continuamente aplicadas. Apesar do senso comum continuamente estar presente no dia-a-dia do pesquisador que pratica a etnografia, esse empirismo torna-se elemento de base, para solidificar o conhecimento científico.

O período para se executar uma pesquisa etnográfica comporta variações, a depender do ambiente, do que se dispõe a pesquisar, das formas colaborativas da população, etc. Quando apresentamos o termo “Etnografia Criativa”, nos referimos a uma especificidade particularizada da etnografia, em que o pesquisador se utiliza de diversas formas criativas para melhor “captar” as nuances do ambiente, da cultura, dos hábitos e comportamentos. Na pesquisa de campo, fonte primária desta obra, a referida “criatividade” foi essencial, devido a diversos fatos deveras curiosos, que somente através de “técnicas criativas” poderíamos aprofundar no conhecimento psico-socio-antropológico a envolver os aspectos também econômicos da região.

Uma comunidade é composta por diversidades de fatores, e no projeto de assentamento Tarumã Mirim constatamos que a sua cultura se miscigena por dois motivos principais: a interferência da cultura urbana em um ambiente rural, devido à proximidade de Manaus, e a existência de migrantes das diferentes regiões brasileiras, contribuindo para a pluralidade dos costumes. Portanto, a criatividade e o senso comum se tornam elementos essenciais para um melhor entendimento do contexto, e, desse conjunto, resultar em conhecimento científico. Citamos algumas “descobertas” provocadas pela percepção, pela ajuda do intermediador e por outros detalhes que me permitiram detectar certos fatos fortuitos.

1.0.1 Os assentados do rádio

No período da pesquisa de campo, por diversas vezes deparei-me com os “assentados do rádio”, em que os beneficiários se preocupavam em deixar o rádio ligado, para “demarcar território”, mesmo comparecendo à propriedade somente esporadicamente. A quem transitar próximo, ouve sons, e supõe haver pessoas no sítio.

1.0.2 As roupas “assentadas”

Casos também foram relatados, e constatados *in loco*, de roupas deteriorando-se no varal, no sentido de demonstrar, a quem possa interessar (INCRA), que haviam pessoas residindo na localidade, o que não correspondia à realidade detectada. Conforme relatos, as roupas eram substituídas do varal, quando os proprietários por lá compareciam, às vezes em visitas bi ou trimestrais.

1.0.3 Sou visita!

Mais situações também esdrúxulas foram relatadas nos momentos da pesquisa, de prepostos ou proprietários irregulares (que possuíam somente contratos de gaveta), em que mantinham os dados do legítimo beneficiário da terra, para atender a eventuais visitas fiscalizadoras, a demonstrar que o proprietário se encontrava “bem ali”, ou “foi dar um pulinho na cidade”, porém informações pessoais estavam à mão, e a desculpa “na ponta da língua”: vim só passar uns dias por aqui.

1.0.4 O mato roçado justifica

Em diversos lotes visitados, percebi a preocupação em manterem carpidos os arredores das residências (contratam mão de obra local para carpir uma vez por mês), mesmo não residindo na localidade. Ora, folhas secas, acesso limpo às residências, entende-se existirem moradores. Explicou-me o intermediador que há sempre a preocupação dos “assentados do lazer” em manterem as aparências de moradia fixa, pra não despertarem suspeitas caso haja alguma fiscalização sem aviso prévio.

Outras situações esdrúxulas também marcaram significativamente a coleta de dados da pesquisa, por gerar excessivo grau de medo, outras situações marcaram por me exigir extrema complacência e muitas, ao longo toda a pesquisa, me despertaram alto grau de deslumbramento, e tudo ficou registrado no meu Diário de Campo. Alguns, relacionados ao medo ou à extrema paciência, vale o relato. O deslumbramento fica “diluído” no transcorrer desta obra.

1.0.5 As onças e o medo

Parte difícil da minha coleta de dados na pesquisa, seria localizar os “assentados

do lazer” que, naquele momento, eram somente os moradores donos de lotes que iam ao assentamento somente aos finais de semana, para apreciar o lazer. Para quem “vive” em um assentamento, a terra não deverá ser utilizada somente para o lazer. Nela há de ser cultivada, para comercialização ou subsistência. Quando eu tinha conhecimento que alguém não se preocupava com as normatizações e assumia abertamente que ia somente “curtir o banho e a cervejinha” aos finais de semana, eu abandonava todo cronograma de entrevistas previamente elaborado, e “corria atrás”, até fazer a entrevista com o “assentado do lazer”.

Ao entrevistar, dentro do meu cronograma, uma assentada, um veículo passou velozmente pelo ramal. Ela, resmungando, comentou:

- Lá se vai “X”. Só aparece aqui nos fins de semana. Bota o som “rasgando o mundo”, e passa o tempo todo só na cerveja e na farra. E ainda acha *bunito* dizer por aí que tem sitio só pra curtir. Nem disfarça. E o *disgraçado* tem as terras de melhor igarapé, e num usa nem pra criar peixe.

Mal terminei de entrevistá-la, perguntei onde era o sitio do sr “X”, e pra lá me dirigi. É válido esclarecer que não sou boa motorista, principalmente em “estrada de chão”, onde às vezes perde-se rapidamente o controle do veículo, em areias, lamaçais ou pontes improvisadas. Para piorar a situação, logo... logo iria escurecer. Se ocorresse algum problema com o veículo, sendo noite, teria que pernoitar dentro do veículo, pelo risco das onças ou animais peçonhentos. E o mais angustiante é que eu me encontrava fora da rota prevista, portanto não teriam condições de saber onde eu estaria. Vale aqui ressaltar que, todos os dias, ao sair, eu deixava em casa o roteiro previsto, ou seja, o nome do ramal em que eu estaria trafegando durante o dia. E, é obvio, nesse momento eu estava me desviando totalmente de toda a programação, mas, em nome de uma boa entrevista, eu estava “abrindo mão da segurança”. Mas resolvi arriscar.

Consegui a entrevista, agradei pela maravilhosa acolhida, pelas gargalhadas que me fizeram relaxar, porque o entrevistado era realmente “gente boa”, alegre, descontraído. Hora de encarar o caminho de volta, já escuro. Coloquei em dia todas as orações que aprendi desde criança, benzi-me e encarei a estrada. Porém as orações não me salvaram do “prego”. O carro afundou na areia. No meio da floresta. Escuro. E eu sozinha. Hora de reforçar nas orações, me autorrecriminar pela imprudência, e começar a afastar, com as mãos, as areias sob as rodas do carro. E ficar atenta a qualquer barulho vindo da floresta.

Após quase uma hora de trabalho, ouvi o barulho de veículo. Esperança e receio se contradiziam. E se fosse bandido? Mesmo na zona rural, haviam os “maus elementos”, conforme alguns me alertavam nas minhas andanças. Resolvi encarar, pois a floresta era mais assustadora que o “possível” bandido. Por sorte era um vizinho do sitio de onde eu estava vindo. Me ajudou a desatolar o carro, e eu fui pra

meu alojamento. Feliz pela entrevista, porém com os nervos em frangalhos.

1.0.6 Mais onças?

Na comunidade Afatam, alguns acessos só seriam possíveis a pé ou de moto, pois eram somente estreitos caminhos denominados “picadas”. Nos lotes nessas condições, o mediador da pesquisa (e líder da comunidade), me acompanhava. Rumamos para o lote do ENT-47. No trajeto, eu estava apavorada, por medo de onça, haja vista já estar escurecendo, a mata ser bem fechada sobre o caminho, e o meu acompanhante estar portando somente um facão. Porém o futuro entrevistado era mais um “dos sítios do lazer” e estaria na localidade somente naquele fina de semana. Resolvi encarar.

Qualquer barulhinho estranho, um estalar de galhos, eu já imaginava que estava sendo atacada por uma fera. Não queria demonstrar que estava apavorada, porém não consegui disfarçar muito bem. Até que enfim chegamos ao destino pretendido. Confesso que, para esta entrevista, não dei muita abertura para conversas paralelas, ainda mais, que teríamos que dar uma boa caminhada, pela mata, até o lote do ENT-22, onde havíamos deixado o carro. A noite estava a cair rapidamente, e mais o meu receio aumentava. Decidi abandonar a entrevista pela metade, e irmos embora, porém o entrevistado, ao saber do meu receio, informou que nos acompanharia, com os cães, até onde não haveria mais risco de ataque das onças. Riram, o líder e ele, do meu medo, porém isto não melhorou o meu humor nem o meu receio. Concordei em concluir a entrevista, porém jurei a mim mesma nunca mais me meter nessas confusões. Naquela mesma noite resolvi visitar Manaus. Saí de lá às pressas, louca pelo ar da cidade, com suas poluições, ruídos e ladrões, porém sem onças, matas ou ruídos estranhos.

1.0.7 Pesquisa e complacência

A amostragem da minha pesquisa indicava a quase totalidade dos sujeitos a serem entrevistados, ou seja, 70 de um total de 85 assentados ou moradores. Eu já havia entrevistado 68, e estava se tornando extremamente difícil localizar mais dois, para finalizar. Até que no lote da ENT-69 ela estava em casa. Em um ajuntamento de mulheres.

Ao iniciar as perguntas do questionário, iniciaram-se também os meus problemas. Todas as mulheres presentes queriam dar seus pareceres na resposta da entrevistada. Quando a sua resposta não coincidia com a opinião das outras, havia um verdadeiro “cabo de guerra”, para ela mudar de opinião, e migrar para a opinião geral delas. Cometi a ingenuidade de alertar a elas que a opinião vigente deveria ser da ENT-69, e com tal inferência, feri os brios de todas as outras.

- *Porque* a opinião dela é mais importante que a nossa? É só ela *qui* vive no assentamento e sabe das dificuldades? Por que a soma *di nós tudo* aqui perde importância diante do que ela tem pra falar?

Para acalmar os ânimos (que já estavam exaltados), prometi entrevistar a todas (apesar de não pertencerem ao grupo de inclusão) e descartar as referidas entrevistas posteriormente, porque nenhuma das outras mulheres presentes (nove ao todo), eram responsáveis por seus lotes. Todas moravam em um mesmo lote (sistema muito comum no assentamento – várias famílias no mesmo lote). Observei que, nesse dia (para testar minha resistência), nesse “grupo problemático”, eu perguntava uma coisa, e elas respondiam outra totalmente diferente, fora de qualquer contexto. Eu voltava a perguntar, com outras palavras, e novamente a resposta estava totalmente inadequada, que eu não conseguia encaixar no que havia no questionário.

Exemplifico somente com uma das questões, apesar de que o problema ocorreu nas dez questões. Perguntei: “O que mais necessita melhorar no assentamento? Enumere de acordo com a importância”. E eu dava as opções: saúde, educação, estradas, subsídios, orientações e capacitações. E obtive as respostas:

- Dona, aqui a droga tá entrando. E tá braba. Temos que fazer alguma coisa. A gente tá *in* casa e *num* sabe se vai entrar um drogado e matar a gente. Nós *tamos* assustadas. Alguém tem que fazer alguma coisa, tomar alguma providência.

Eu voltava a inquirir: - Mas com relação a esses tópicos: saúde, educação... Onde acham que precisa melhorar mais? E elas respondiam:

- No combate às drogas. Ainda mais que já estamos sabendo que a clínica de recuperação de drogados está reabrindo. Ninguém tem *sussego* nem no meio do mato. *Óia* dona, vai ser um inferno se reabrir mesmo essa clínica.

Na parte da pergunta-chave, os “sítios do lazer”, pela opinião da ENT-69, eles são entraves, ou ajuda a desenvolver a comunidade? Aí novamente houve um embate ferrenho, porque algumas das outras não concordavam, porque desses “sítios do lazer” poderiam surgir inclusive,

- Um bom partido para o casamento das minhas *mininas*. Veja bem, dona. Esses “sítios do lazer”, *cuma* senhora chama, só tem, quem teve dinheiro pra comprar de outro, então são mais “bem de vida” que os *caporreiros* daqui. Então são partidos melhores pra casar minhas *mininas*.

Novo princípio de tumulto! Conclusão: Saí de lá às 15h, exausta, porém, faltando somente mais um(a) entrevistado(a) para fechar mais esse ciclo.

1.0.8 A “Trupe” da boia

Quando do período da pesquisa de campo, observei durante dois meses o ajuntamento de 15 mulheres (designadas na pesquisa pela sigla TRU-1 a TRU-15), que se uniram para cozinhar para a equipe de 20 trabalhadores da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus - SEMINF que recuperavam as vicinais, no acampamento improvisado na sede da associação da comunidade, denominado como “Acampamento da boia”, e elas classificadas como “Trupe da boia”.



Figura 1 – Trabalhadores almoçando no “acampamento da boia”

FONTE: Pesquisa de campo.

Fui “convocada” a fazer parte da última equipe, na localidade pesquisada. Em virtude de eu ser uma péssima cozinheira, a mim coube a tarefa de descascar batatas. Creio que somente soldado em quartel já descascou mais batatas que eu! Sofri mais uma vez, porém também foi muito enriquecedora a experiência, pois me permitiu observações e análises pertinentes no quesito sociabilidade e voluntariado nos puxiruns³.

3 Maiores detalhes no artigo: Trabalho, lazer e o renovar das emoções: As atividades comunitárias na zona rural de Manaus-AM <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=3372>

ORIGEM, CULTURA E ESPECIFICIDADES

2 | A ORIGEM DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM

O projeto de assentamento Tarumã Mirim foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, através da Resolução nº 184, de 20 de agosto de 1992, estando aquele imóvel rural inserido no Projeto Fundiário Manaus da década de 1970. Com o decorrer do processo foi-se subdividindo em diversas comunidades⁴, dentre elas a comunidade Afatam. O acesso ao referido assentamento pode ser realizado via terrestre, através do Ramal do Pau-rosa, estrada secundária, à altura do KM 21 da BR 174 (sentido Manaus-Boa Vista), e via fluvial pelo Rio Negro através do igarapé Tarumã Mirim a sudoeste e a noroeste pelo Igarapé Tarumã Açú. Limita-se ao norte e ao sul com terras da União de competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. O projeto de assentamento Tarumã Mirim possui uma área de 42.910,76 ha (429 km²), com capacidade (oficial) para assentar 1.042 famílias (INCRA/AM 1999:1; PINTO e CARVALHO, 2007), porém em cada lote há, em média, duas ou três famílias.

O nome que deu origem ao ramal principal (Pau-rosa) procedeu-se da atividade da retirada da madeira pau-rosa no km 30 do referido ramal, para extração do óleo e da própria madeira, nativa e abundante na época da criação do assentamento. Atualmente essa espécie encontra-se praticamente extinta⁵, salvo poucas unidades em alguns lotes. Ainda há a usina (desativada), onde se extraía o óleo (muito utilizado na indústria de cosméticos) e a madeira (de lei, nobre, devido à sua boa qualidade, aroma e beleza). Do ramal principal (Pau-rosa) ramificam-se as vicinais, que adentram no território rural, formando as comunidades. Dentre essas, encontra-se a comunidade Afatam, na penumbra do anonimato, loco desta pesquisa, fundada em 13/09/1997, e formada por 85 lotes.

A referida comunidade segue ao padrão espacial tradicional, conforme cita

4 Abelinha, Amigos Imigrantes, Azamor, Boa Vida, Colônia Central, Cristiano de Paula, Cristo Rei, Ebenézer, Fé em Deus, N. Sr^a de Fátima, N. Sr^a do Livramento, Nova Esperança, Nova Luz do Bom Retiro, Novo Amanhecer, Novo Paraíso, Raio de Sol, São José, São Sebastião, União da Vitória Cuieiras, e diversas outras, que não foi identificado no momento.

5 Na obra de Matos (2015 p.119) ele cita que o pau-rosa quase foi à extinção devido à extração do óleo, para fabricação do Chanel nº 5. A lendária frase dita pela atriz Marilyn Monroe de que dormia vestida apenas com algumas gotas de Chanel nº 5 guarda um toque bem brasileiro. O principal ingrediente do famoso perfume francês lançado pela empresa de mademoiselle Coco Chanel em 1921 é o óleo essencial extraído da madeira do pau-rosa, uma árvore nativa da Amazônia. Fonte: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2005/05/01/pau-rosa-n5/>

Leite (2004, p. 81), “a organização espacial interna dos projetos de assentamentos é diferenciada e parece seguindo um padrão preexistente entre os agricultores familiares”, observado pela forma de se organizarem (através de associações ou cooperativas), existindo um ramal principal que corta o assentamento (Pau-rosa), bem como a necessidade dos órgãos governamentais norteadores, fiscalizadores e de incentivos para o desenvolvimento comunitário e de sustentabilidade para os meios de subsistência dos assentados, na agricultura familiar.

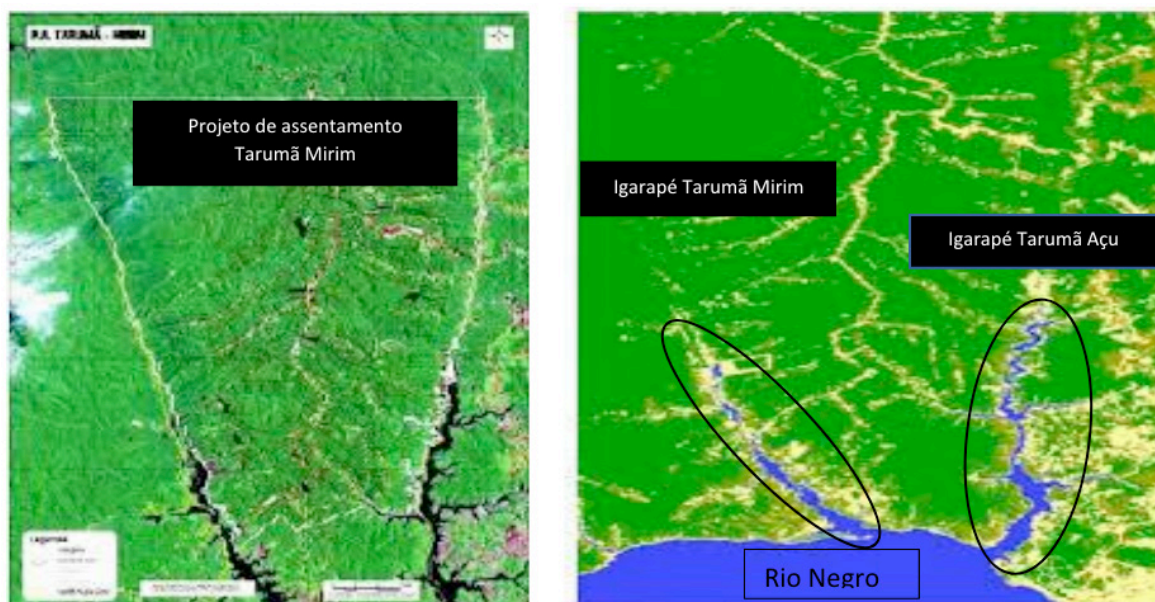


Figura 2 – O rio e os igarapés que delimitam o projeto de assentamento Tarumã Mirim

FONTE: https://www.google.com.br/search?q=bacia+hidrogr%C3%A1fica+do+rio+tarum%C3%A3+a%C3%A7u+am&iw=1517&bih=714&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwitbyGsYXOAhVlkpAKHbBzDAgQ_AUIB_ygC&dpr=0.9#t=isch&q=rio+tarum%C3%A3+a%C3%A7u+am+e+projeto+de+assentamento+taruma+mirim&imgc=_

Devido a grande extensão rural do assentamento, tornou-se inviável o trabalho de campo, no quesito entrevistas, abranger à totalidade do assentamento em todos os parâmetros, o que nos levou a definirmos o espaço de uma das comunidades para as entrevistas. Outras análises, tais como os costumes nos puxiruns, o sistema de ensino, a saúde pública, foram abrangidos não somente na comunidade escolhida para a pesquisa, mas no âmbito de diversas comunidades, por possuírem rotinas e costumes similares.

Em virtude de a referida pesquisa relatar alguns fatos que poderiam comprometer a posse da terra de alguns moradores, bem como no intuito de mantermos o sigilo da pesquisa, resolvemos substituir o nome da comunidade escolhida por um pseudônimo em que não a identificasse, porém que detivesse o significado do objeto pesquisado: a agricultura familiar no Tarumã Mirim, que forma o acrônimo⁶ AFATAM, que o adotamos. Os acrônimos são escritos em letras maiúsculas, porém nesta obra

o nome da comunidade está em minúsculo, exceto a 1ª letra, como se fosse uma palavra própria natural, pessoal, identificando-a.

Ainda no intuito do sigilo na pesquisa, os nomes dos entrevistados foram substituídos por siglas (ENT-1 a ENT-70 para os 70 entrevistados dentro dos critérios de inclusão; TRU-1 a TRU-15 para as 15 cozinheiras do acampamento; DIV-1 a DIV-6 para as diversas personalidades pertinentes).

Na transcrição integral ou fragmentada dos diálogos com os entrevistados, foram observados a fonética da pronúncia. Inicialmente houve o receio de tal procedimento estigmatizar o (a) entrevistado (a), porém, conforme orientação da Mestra na área da Filosofia da Educação, Elvira Eliza França, em comunicação pessoal em 09 de junho de 2016, recebida por correio eletrônico, nos instruiu para manter a forma de expressão da pessoa entrevistada, registrando o linguajar caboclo, para que não se perca a característica linguística regional de quem deu o depoimento. Ainda que este não seja um trabalho voltado para a análise da linguagem, ele poderá se constituir em material futuro para investigação de algum outro pesquisador nessa área, daí a importância da riqueza linguística dos depoimentos coletados.

Em outros trabalhos acadêmicos também observamos o respeito à fonética original transcrita na íntegra das pronúncias, a exemplificar com algumas citações de Baldino et al (2015): “minha *fia*, fui *trabaiá* e *esquici* de *istudá*. As professora do Mobral veio aqui em casa, *pelejô* comigo e eu não fui” (idem, p. 391); “Uma vizinha quis *aprendê*” (p. 392); “Num aprendi nada, nem *assiná* o nome, mas lembro da *parmatória*. E *tamém* tinha uma régua *cumprida* lavrada assim que ele dava nas *perna* da gente” (idem, p. 393); “*Aprindi* a *benzê cum dizoito ano*, de vê os *benzedô benzê*. Fui *oiano* e fui *aprendeno*. Eles me *binzia* e eu punha *sintido nu* que eles falava. Quando me dava dor de cabeça eu ia *benzê*, ô dor no corpo. De *iscutá aprindi*” (idem, p. 394).

É válido esclarecer, e ressaltar, que o caboclo amazônida possui elevado conhecimento no cultivo e na sobrevivência nas regiões inóspitas, se sobressaindo em conhecimentos empíricos que destacam sua sabedoria popular, merecendo o respeito e admiração, não sendo, portanto, o seu linguajar característico interiorano citado neste trabalho que venha a estigmatizá-lo, menosprezá-lo ou diminuir a sua importância.

2.1 Cultura, memória e historicidade da comunidade afatam

Apesar da proximidade com a zona urbana, o projeto de assentamento Tarumã Mirim é formado por comunidades com costumes interioranos, tais como os puxiruns, as benzeções, a subsistência produzida na terra (verduras, tubérculos, frutos) ou na água (peixes). O lazer vivenciado sem o auxílio do poder público, e as complementações financeiras dependentes de auxílios assistenciais governamentais (Bolsa Família), como é o caso de diversas famílias formam as

estruturas socioeconômica do assentamento.

Definir cultura, conforme Canedo (2009) é complexo, pois evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras. Em cada uma dessas áreas, a cultura é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos. Tal posicionamento nos remete ao próprio caráter transversal da cultura, que perpassa diferentes campos da vida cotidiana.

Em conformidade com Cuche (2002, p. 203), há algumas décadas, a cultura tende a suplantiar outros termos mais usados anteriormente, como “mentalidade”, “espírito”, “tradição” e até “ideologia”. Cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, da arte, mas não somente desta maneira (idem, p. 45).

De acordo com o Silva e Silva (2009, p. 85) “cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças”. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica. Dentre a cultura, insere-se a tradição. No âmbito da etnografia, a tradição revela um conjunto de costumes, crenças, práticas, doutrinas, leis, que são transmitidos de geração em geração e que permite a continuidade de uma cultura ou de um sistema social. Transmitidos para pessoas de uma comunidade, os elementos passam a fazer parte da cultura e, inseridos na tradição, estão os costumes, que são as práticas comuns aos membros de um grupo social, com os hábitos, a maneira de pensar ou de se comportar, própria de uma pessoa ou sociedade, de forma generalizada e prolongada.

Esses comportamentos resultam numa certa convicção de obrigatoriedade, de acordo com cada sociedade e cultura específica. Ferrari e Guerreiro (2009, p. 25-26) nos esclarece que, se o código genético não define o nosso comportamento, torna-se necessário a cultura para nos orientar e dizer como devemos nos comportar, quer no relacionamento com a natureza, através de técnicas e ferramentas específicas, ou entre seus integrantes, por meio de linguagens distintas, ou ainda com o mundo do imaginário, através de mitologias próprias, comuns à cada região, principalmente na zona rural, onde mitos e verdades se misturam, formando a cultura local, que são contadas de geração a geração, tais como: o caititu fantasma, a serpente encantadora⁷, etc.

Esses códigos e normas, além de simbolizarem as culturas entre os povos, formam também as configurações, que interligam os seres humanos, determinando as suas condutas e os seus relacionamentos (ELIAS, 2011), normatizando as suas maneiras de se comportar.

Toda cultura deve ser vista como uma maneira possível de os homens se organizarem e transformarem o meio em que vivem (PASSADOR e GUERREIRO,

7 Maiores detalhes no artigo: **As representações sociais e o mito da serpente encantadora no Tarumã Mirim** <http://oldgrt.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=8593>

2009, p. 29-31), buscando adaptações que se adequem às suas realidades e às suas crenças, formando histórias que se complementem ou se diferenciem, dependendo do contexto.

Geertz (2008) complementa que a cultura é composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupo de indivíduos guiam seu comportamento. A cultura é pública porque o significado o é, pois estão intrinsecamente inseridos nas falas, no agir, na vivência comunitária, apresentando-se tanto no trabalho, quanto no lazer. Essas adequações marcam o seu habitat, com as suas peculiaridades e as suas especificidades, porque cada comunidade possui a sua história, seus hábitos e a sua memória.

A comunidade Afatam, por ser constituída de migrantes procedentes de diversas áreas geográficas brasileiras, forma uma miscelânea cultural, tornando-a deveras peculiar, o que nos instigou a relatar as suas diversidades.

As especificidades (qualidade própria, peculiar) constituem o âmago da comunidade Afatam e do projeto de assentamento Tarumã Mirim, tal qual a historicidade local, com seus “causos”, suas histórias, seus ritmos, tradições e costumes miscigenando entre rural e urbano (devido à proximidade à metrópole). Memórias se tornam pertinentes, para o entendimento e conhecimento daquele ambiente pesquisado.

2.1.1 Macabros e benesses, entre as desovas, as caveiras e as onças

Fato no mínimo curioso e assustador nos desperta a atenção, e também nos remetem aos “causos de assombração” da nossa infância. Porém, não são estórias de caçador ou pescador. São histórias reais. Dentre os diversos ramais⁸ existentes no Tarumã Mirim, dois deles possuem apelidos macabros: o “ramal da desova” e o “ramal da caveira”, entre tantas referências às assombrações que constituem a memória da comunidade Afatam, ou mesmo do próprio assentamento.

O “ramal da desova” é o tradicionalmente conhecido Ramal do Pau-rosa. Possui este apelido porque constantemente estão “desovando” cadáveres nele. Em virtude do fácil acesso (é asfaltado) e a preferência dos moradores em construir suas residências próximas ao ramal, devido à facilidade em pegar os ônibus que por lá fazem linhas, como o 901 (linha Manaus Pau-rosa), ônibus da Cooperativa (comumente mencionado como caveirão da cooperativa), tão logo os cadáveres são “desovados”, são detectados rapidamente pelos moradores, e não chegam nem a se decompor totalmente.

Em contrapartida, o “ramal da caveira” trata-se de vicinal “de chão batido”, com pouca movimentação, onde os moradores procuram construir suas moradias próximas aos igarapés, (pela praticidade dos banhos) e não próximo ao ramal (onde geralmente ocorrem os abandonos dos cadáveres). Devido a estas preferências

⁸ Ramal do Pau-rosa, e outros, que não cito os nomes aqui, para não gerar indicativo específico da comunidade pesquisada.

geográficas em construírem suas casas, os cadáveres lá “depositados” demoram mais para serem detectados. Em muitos casos, quando vêm a ser localizados, os mesmos já se encontram em avançado estado de putrefação, assimilando-se mais a “caveiras”, o que originou o apelido citado.

Outro fato que pende mais para o assustador, é a quantidade de onças existentes na comunidade pesquisada. Parte substancial do projeto de assentamento Tarumã Mirim faz adjacência com as terras da SUFRAMA, área de reserva florestal, havendo, conseqüentemente, grandes áreas constituídas de vegetação nativa, ou, conforme falas de diversos assentados, “uma imensidão de mata virgem, a perder de vista”. Nelas, há existência de onças, às quais estão constantemente comendo os cachorros dos sítios adjacentes (três cães da ENT-2; dois do ENT-35; um do ENT-1; um do ENT-9; dois do ENT-11, etc., segundo seus relatos).

Por diversas vezes, nos nove meses em que residi no assentamento, procedendo à pesquisa de campo, visualizei onças ao redor da casa em que eu me alojava, à noite. Ela, andando faceira, em busca de alimentos, e eu, paralisada, entre medo e fascinação, admirando o belo espécime em seu andar felino. Esses dois fatos – cadáveres e onças - se interligam, e se transformam em lendas rurais, metamorfoseando-se em aspectos de segurança local. Quando alguns visitantes tomam conhecimento desses dois fatos, geralmente exclamam: “Que lugar perigoso!”, os moradores contestam:

- Esse é o lugar mais seguro do mundo. Os *cadávis* que jogam aqui, foram assassinados *im* Manaus – *intão* a violência *tá* lá [na cidade], e não aqui. E *cum* relação às onça, eu *drumo cum* a casa aberta, e *num* tenho medo de *nium* (nenhum) ladrão transitando por aqui à noite. Eles [os ladrões] *sabe qui* aqui têm onça, e se mantém longe da minha casa (ENT-6, 37 anos).

Esses (e outros fatos narrados neste trabalho), marcam a historicidade do Tarumã Mirim, nos seus aspectos peculiares, nas miscelâneas entre os problemas urbanos e as especificidades da zona rural, sempre nos instigando aos aprofundamentos das contradições e complementariedades existentes naquele ambiente rural.

2.1.2 Alimentação e regionalismo: diversidade no prato

A identidade de um povo se dá, em diversos parâmetros, por sua língua, costumes e cultura alimentar. A diversidade alimentar em nosso país delimita de forma predominante as regiões, diferenciando-as, formando características tão díspares entre sul, sudeste, norte, nordeste e centro oeste. Essas práticas alimentares identificam o seu povo, tornando-se um símbolo cultural regionalizado.

Conforme cita DaMatta (1998, p. 55), cada região desenvolveu a sua cultura alimentar, fundamentada na sua produtividade local e nas suas preferências alimentares, como as heranças adquiridas da miscigenação de seus povos. Ele relata que a comida é algo que define um domínio e põe as coisas em foco. Assim, a

comida é correspondente ao antigo de-comer, estabelece uma identidade, definindo, por isso mesmo, um grupo, classe ou pessoa. Nessa definição de domínio, dois alimentos não se regionalizam, pois são predominantemente essenciais na cultura alimentar do povo brasileiro, independente da região: o arroz e o feijão.

Na região norte, além dessa “dupla do bem”, a mandioca é também o alimento bastante apreciado, em suas diversas formas. No Amazonas, devido a abundância de rios e igarapés, o consumo de peixe também é muito apreciado, e confirmado pela matéria publicada no Diário do Amazonas em 05 de junho de 2013, sobre a preferência alimentar da população.

Enquanto a média nacional de consumo do produto é de 9 kg/ano por habitante, no Amazonas a média atinge 180kg/ano por pessoa, superando o recomendado pela Organização Mundial e saúde, de 45kg/ano por pessoa.

Estas afirmações se confirmam ao acompanhar a rotina cabocla, os seus costumes alimentares, à permanência nas preferências por peixes e farinhas. Vale ressaltar que as “regionalizações alimentares” se mesclam no Tarumã Mirim, devido às origens diferenciadas dos seus habitantes. Procurei observar detalhadamente o hábito alimentar dos assentados. No desjejum, a mandioca, o café, a farofa de ovo, a pupunha cozida e o tucumã cru, em fatias, formam os componentes alimentares assíduos no cardápio dos moradores, dependendo da época do ano.



Figura 3 – Viveiro de peixe no lote do ENT-42

FONTE: Pesquisa de campo

Essa diversidade alimentar foi observada também em um estudo sobre a cultura caboclo-ribeirinha, por Fraxe (2004, p. 183)] “o exotismo [...] o diferente, são traduzidos nos cardápios fartos, de sabores próprios, acrescentando sobre a caça e a pesca [...]e suíno; farofa, pirões [...]”.

Observei também o consumo do cuscuz, denominado “quarentão”, que consiste

em cozinhar, feito uma “papa”, o floco de milho. Os hábitos alimentares matinais, no projeto de assentamento Tarumã Mirim diferencia-se do tradicional “café com pão”: é substituído pela tapioquinha, feita da goma da macaxeira, ou pela farofa de ovo. Em diálogos com o ENT-30, dono de uma granja local, por eu ter percebido a grande incidência de moradores nas vicinais com cartelas de ovos nas cercanias da granja, quando lhe inquirei sobre o fato, ele me esclareceu:

- Quando a ração do galinhame está com deficiência de cálcio, as galinhas costumam bicar os ovos. Pra não se perder, eu coloco a cartela com 30 ovos à venda pra comunidade, a um preço de R\$ 5,00. Então a freguesia é certa. Tomamos o cuidado de colocar à venda só os ovos em que a casquinha está danificada, mas película interna está intacta, estando o ovo preservado. O ovo é um alimento completo, saboroso. Tem que ser de consumo rápido. Quando fazemos a correção do cálcio, e elas param de bicar os ovos, aí eu mantenho mesmo assim um preço mais acessível dos ovos aqui, pra manter a clientela fidelizada (ENT-30, 53 anos).



Figura 4 – Galpões de criação de galinhas do ENT-30

FONTE: Pesquisa de campo.

Nas refeições principais, o feijão é cozido com complementos tais como: bucho, ossada, mocotó de gado, verduras. Denominam-no “feijão-com-tudo-dentro”. O consumo do macarrão espaguete encontra-se presente diariamente, cozido e afogado no alho, sal e coloral, extraído do urucum (*Bixa orellana* L). O colorífico açafraão (*Cucuma longa* L) foi pouco percebido na cultura alimentar local.

O arroz, na maioria dos lares em que acompanhei o preparo alimentar e na “trupe da boia”, é despejado na panela quando a água está fervendo, temperado com alho e óleo, e não refogado no óleo quente. É o “arroz escorrido”. Frango, da produção local, geralmente comprados da “granja de corte”⁹ dos ENT-09 e ENT-10

9 As granjas no assentamento se dividem em “granja poedeira”, para a comercialização de ovos, e a “granja de corte”, para a venda dos frangos, vivos ou abatidos.

ou dos galinheiros¹⁰ das ENT-14 e ENT-18 ou do ENT-52. Quando os recursos para a compra de alimentos encontram-se reduzido, os assentados compram o frango congelado¹¹, mais barato, no comércio do ENT-48.

-O gosto *num* é o mesmo, porque a criação da ave também é mais rápida, com muita ração, e elas ficam *tufadas cum* tanto hormônio. *Num* é tão gostosa quanto aquelas que a gente cria no quintal, ou aquelas que são criadas no sistema de cercados aqui, que comem capim, grama, e *bichim* que passam por perto delas, mas dá pro gasto, *né?* (ENT-60, 72 anos).

- Pra mim cumê esses frango congelado, é mermo qui cumê capim, num tem gosto de nadinha. A carne é mole, mal a gente põe no fogo e a bicha já se desmancha toda. Credo! Aqui em casa a gente só come dessas quando o dinheiro tá curto pra *comprá* do bom *mermo*, daquele de carne dura, roxa, com gosto de galinha da roça, da boa (ENT-34, 77 anos).

Os peixes são comprados em quaisquer dos 23 criatórios existentes na comunidade, sendo os mais procurados a Matrinchã (*Brycon cephalus*); o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o jaraqui (*Semaprochilodus theraponura*), nos diversos tanques escavados.

Tomei conhecimento através de informações da ENT-1, ENT-2, ENT-13 e na trupe da boia, do consumo assíduo do caldo de piranha para “curar ressaca”, principalmente à beira dos igarapés, onde o mergulho após a ingestão do caldo propicia bem-estar ao corpo.

Em algumas residências visitadas, percebi a ingestão do tererê (bebida típica da região sudeste). Ofertaram-me. Ingeri todo o conteúdo da cuia, e apreciei o amargo acentuado da bebida, ingerida quente, enquanto ouvia os “causos” que narravam, numa mistura de nostalgia e saudade, das terras longínquas que abandonaram, em busca de uma vida melhor.

O almoço na comunidade geralmente ocorre às onze horas, ou no máximo até ao meio dia, porque os assentados cedo vão à lida, e também devido ao sol escaldante após esse horário, sendo preferível ficar em casa até a temperatura amenizar-se. Comumente retornam ao trabalho após as quinze horas, porém antes apreciam o suco do cupuaçu, o açaí (com tapioca), a bacaba, muito comum na comunidade.

Encerram suas atividades no campo, na granja ou no tanque de peixes antes que escureça, devido à exaustão física provocada pelo trabalho braçal, bem como ao cuidado com os répteis peçonhentos, onças ou os mosquitos vetores de doenças, tais como a malária e a leishmaniose, comuns, não só na comunidade, mas em toda a extensão do Tarumã Mirim. Ao inquirir a alguns trabalhadores sobre o jantar, as falas foram bem parecidas entre eles:

10 Diferenciamos granja (instalações de maior porte) e galinheiro (instalações de menor porte).

11 Frango não abatido na hora, porém comprado em caixa, nos atacadistas de Manaus, e abastecido o pequeno comércio (bodega) do assentamento.

- Nossa janta é bem reforçada, pra dar *sustança*. *Nóis trabaia* duro o dia inteiro, de noite o corpo *tá pidindo* um *di-cumê* forte, *sinão* num aguenta o tranco do dia seguinte. Intão a véia faz uns cuzidão, qui quando cai no bucho a gente senti qui cumeu. Esse negócio de *cumê* papinha é pra *minino*... Trabaiaidô tem *qui cumê* é *cumida* forte. Aí sim, dá pra aguentar o tranco (ENT-5).

Perguntei a alguns se, após o jantar, se eles costumam cear antes de dormir. A maioria me informou que “comem umas bolachinhas de motor¹²”. O ENT-54 me falou que depois do jantar não come mais nada, com receio de uma “constipação”¹³, que é a alteração do trânsito intestinal, gerando prisão de ventre, distensão abdominal, flatulência, interferindo inclusive na qualidade do sono. Posteriormente percebi também outros anciãos preocupados com esta mesma ação decorrente da “alimentação pesada” tarde da noite.

2.1.3 A cura: pelas mãos ou pela fé?¹⁴

Na comunidade Afatam são muito arraigadas as práticas das benzeções e “puxações”, exercidas pela DIV-4, 63 anos. Mulher simpática e gentil, ela reside há mais de 30 anos na comunidade, citada por muitos como uma “mulher de mãos mágicas e coração de ouro”. Conheci-a desde 2009, quando eu realizava outros trabalhos naquele assentamento. Sua vivência solidária e voluntária abrange quatro contextos específicos, da cultura local: no conhecimento dos remédios caseiros; no ofício de parteira; na prática das benzeções e na técnica de puxação, demonstrando, nesses âmbitos, conhecimento, disponibilidade, solidariedade e fé.

Naquela época (2009) muito solicitada para os serviços de parteira, hoje mais pela pratica das benzeções e pela técnica da puxação. Em diversos diálogos, refiro-me às suas práticas como “a técnica da fé”, definições que lhe provoca risos e traços de timidez. Nas adequações entre ciência e empirismo, alocamos as qualidades da DIV-4 entre práticas adquiridas e congênitadas. As adquiridas vieram da repetição (para a sua prática de “puxadeira” e parteira) e parte congênita das benzeções contra quebranto, mau olhado e arca-caída, haja vista que desde “menininha”, segundo suas palavras, já haviam percebido o seu dom.

Para assimilarmos técnica e fé, conceitualmente denominamos de “técnica” os saberes de ordem prática ou de procedimentos para a execução de um ato, com a utilização de destreza manual ou intelectual, geralmente aperfeiçoada com a repetição ou a inserção de novos métodos, buscando um determinado resultado.

Fé, no catolicismo, é a primeira das três virtudes teológicas (Fé; Esperança; Caridade). Ela deriva do latim Fides, que quer dizer confiança, crença, promessa. Através da fé os cristãos creem em Deus, nas suas verdades reveladas, reforçando

12 Biscoito Cream Cracker fabricados em Manaus (Rainha ou Modelo), servidos aos passageiros nas viagens nos barcos que trafegam por longas distâncias.

13 Referindo-se ao mal-estar, tais como pesadelos ou sono agitado.

14 Maiores detalhes no artigo: **A cura: pelas mãos ou pela fé? A cultura popular na zona rural de Manaus-AM** <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/12954/pdf/>

a sua crença em algo que não se pode ver, tocar, mas pode sentir, pressentir.

Quando se interliga técnica e fé, as crenças se fortalecem, intensificando as tradições de um povo, ultrapassando as barreiras do tempo, permanecendo ainda como prática comum entre eles. Para cada um dos males, físicos ou espirituais, há orações diferenciadas e técnicas específicas. Nas comunidades rurais, essa busca da cura para os males do corpo e da alma advém tanto das crenças e tradições repassadas de pais para filhos, quanto da escassez da oferta de médicos.

A oração, considerada como um elemento fundamental para a manutenção do acesso ao universo das coisas e seres sagrados é revelada como chave para a compreensão de dinâmicas de pertencimento, pelo qual corpo, linguagem e sentidos constituem-se como elementos de uma totalidade produtora de orações e de situações que conduzem a experiências místicas (PEREIRA, 2009).

Isto nos instiga a pensar sobre o que acontece quando alguém invoca um ser sagrado. O raciocínio socioantropológico nos responderia que se dá a mobilização de uma série de significados e práticas que são socialmente concebidos como eficazes na interação com os seres aos quais são atribuídos características e poderes não humanos. Ao levarmos em consideração também os efeitos dessa invocação na relação que se forma entre a pessoa que profere algumas palavras e executa determinadas ações e o ser a quem essas palavras e ações se destinam, percebemos uma interação imaterial entre ambos, onde a fé predomina.

Em conformidade com Schweickardt (2002), a reza praticada pelos rezadores é magia, sendo ela uma prática comum no Brasil, no entendimento de que palavras e gestos irão interferir no processo natural das coisas, porque há uma relação entre fatos distintos que aparentemente não tem nenhuma relação, mas que a magia os põe em relação, unindo fé, reza e magia.

Mauss (1974, p.168) é categórico quando diz: “Não é mágico quem quer: há qualidades cuja posse distingue o mágico do comum dos homens. Umas são adquiridas, outras são congênicas”. Hoffmann-Horochovski, (2012, p. 128) nos esclarece que as benzeções são atividades antigas na sociedade e costumam serem associadas à religião católica, fato também relato por Baldino et al. (2015, p. 398).

Em todos os rituais de benzeções, existe relação com a igreja católica, sendo a benzedeira “uma mulher de fé”. Esse empoderamento, advindo da religião católica, é um dos elementos essenciais que instiga a força do ato. Transmitida de geração a geração ou recebida como um “dom divino”, o caráter sagrado das benzeções é evidenciado no gestual e/ou nas rezas das benzedeiros que visam curar doenças do corpo e do espírito.

Tais rituais de cura possibilitam formas de sociabilidade e interação entre os membros do grupo social, ainda que em determinados espaços geográficos tornam-se cada vez menos comum. A urbanização, o avanço tecnológico, a universalização da saúde, o ingresso e permanência no mercado de trabalho, conforme explana Hoffmann-Horochovski (2012, p. 129), o crescimento de religiões evangélicas (que

geralmente condenam essa prática) contribui para atenuar essa tradição, e, quanto mais os costumes urbanos adentram nas áreas rurais, mais esses costumes tendem a desaparecer, sendo que, muitas vezes, sem os registros detalhados dessas práticas.

As rezas, os remédios naturais, as imersões com folhas, raízes, sementes e plantas diretamente na água quente constituem a “farmácia natural” do interior, complementadas com uma “boa dose” de fé, pela busca da cura e bem-estar físico e psíquico, exercidos por pessoas que carregam o “dom de curar”, e que transmite confiança aos que os procuram.

Schweickardt (2002) esclarece que o poder adquirido para rezar (já que não são todos que rezam), é entendido como uma bênção, portanto, “não é possível nem parar de rezar, nem cobrar pelos serviços. [...] A pessoa uma vez que recebeu o dom, tem uma obrigatoriedade moral em retribuir”. Quando falamos de rezadores, em termos ideais, temos em mente aqueles que usam da reza como meio simbólico para a cura de determinadas doenças.

Os remédios naturais também fazem parte da tradição na comunidade. A designação remédios caseiros, ou remédios naturais, possuem a sua eficácia confirmada mais pelo empirismo que pelos estudos laboratoriais, principalmente aqueles à base de plantas (fitoterapia), geralmente bastante difundidos onde a farmácia não está ao alcance de todos. No Tarumã Mirim, como em diversas outras comunidades onde houve implantação de posto de saúde, diversos costumes, tais quais os chazinhos para o alívio da dor, os óleos com seus efeitos antibióticos, as sementes para os diversos tratamentos foram substituídos pelos fármacos manipulados em laboratórios. Os remédios caseiros ainda são difundidos somente entre os mais idosos.

Matos (2015), estudioso da realidade social amazônica, observou que, por um período longo de tempo, dado o processo de integração, os remédios caseiros foram gradativamente sendo relegados, por não existirem comprovações laboratoriais. À medida que os jovens do projeto de assentamento Tarumã Mirim não se preocupam com esses conhecimentos tradicionais, os medicamentos alopáticos vão substituindo o etnoconhecimento praticado na região. Ficam a depender do sistema de saúde do Estado.

- As *simente* do mamão, do mastruz são bons *vermífugo* pra matar *lumbrigas*. A andiroba e copaíba dão óleo *qui servi cumo* anti-inflamatório. As *fôia* (folhas) das ervas cidreiras e capim santo é um bom remédio pros *gáis* (gases) das crianças, “disarranjo” no estômago dos *grandim*, e é calmante pra todo mundo. Mas, muita gente agora, principalmente a moçada mais nova, prefere ir no *postim* (posto de saúde) e pegar lá os remédio *du quê tê* o *trabaio* de extrair, fazer, ou vim aqui *pegá* (falas da DIV-4, a benzedeira local).

Essa “migração cultural” dos povos, substituindo ervas, as benzeções, os serviços de parteira, para a medicina tradicional, ofertado pelo posto de saúde do

Tarumã Mirim também foi confirmado pela DIV-1, agente de saúde do projeto de assentamento Tarumã Mirim, e por outros anciões, com idades entre 70 a 77 anos (ENT-5; ENT-11; ENT-29; ENT-34, 77 anos, ENT-54, 70 anos, etc.) nas nossas entrevistas.

O ofício da parturição continua sendo praticado em diversas localidades rurais brasileiras, tendo em vista o diminuto número de médicos para atendimento da população, conforme Mesquita (2014, p. 756), porém, essa prática cultural vem-se extinguindo no Tarumã Mirim. Nesse trabalho, ao inquirir a DIV-4 sobre o seu ofício de parteira, ela me falou que “Já aparei mais de 80 crianças, mas agora são poucos os que me *prucura* pra esse *serviço*”. Ao lhe perguntar qual a sensação de ajudar o nascimento de um bebê, ela foi sucinta: “É um milagre. Todo nascimento é um milagre. É uma bênção de Deus”. Confirmou-me ela.

A cultura local vai se moldando, se modificando, instigada pela tecnologia, pelo avançar do meio urbano ao rural, tal qual o trabalho de parteira sendo substituídos pelo pré-natal e parto com acompanhamento médico no posto de saúde do assentamento Tarumã Mirim.

Matos (2015, p. 219) também detectou esse fato, “as mulheres, que antes era assistida por parteiras da comunidade, agora passaram a fazer o pré-natal por agendamento de consulta médica”. As demandas pelos serviços de parteira escassearam-se, a partir da instalação do posto de saúde local, porque as gestantes procuram o acompanhamento do pré-natal pelo médico da família, e, para o parto, as parturientes deslocam-se para as maternidades em Manaus-AM.

Com relação às benzeções, a prática da reza é marcada pelo simbolismo católico, característico da realidade rural, porém também podemos observar no contexto urbano. O rezador cura através de meios simbólicos, agindo preferencialmente sobre doenças de gravidade como erisipela, mau-olhado, vermes (SCHWEICKARDT, 2002, p. 153-156), propiciando inclusive equilíbrio emocional, porque foi movido pela fé, em busca da magia que lhes leva à cura.

O que mais me instigou na DIV-4 foi a grande procura pela sua “puxação”. Enquanto a entrevistava, toda hora alguém a procurava para “puxar”. Estalar, puxar, massagear, o tradicional “estica-e-puxa” é uma descrição sucinta da prática da puxação, para tratar e prevenir as desordens do sistema neuro-músculo-esquelético. Apesar de complicado em definir a técnica, na prática se resume em ações vigorosas, porém descomplicadas, ofertadas gratuitamente pela DIV-4. Pedi-lhe que me falasse como e quando iniciou essa técnica.

- Foi assim... Eu *cumecei* cum meu marido. Ele chegava todo *istrupiado* da roça, *intão* eu *sinti qui podia* fazer *arguma* coisa. *Qui* eu tinha *qui fazê!* *Intão* eu *cumeçava a parpá* (palpar)¹⁵, pra lá, pra cá, ajeitando os nervo, *sintindo* onde *tava*

15 Palpação é o ato de sentir com as mãos, que consiste na aplicação de pressão manual variável sobre a superfície do corpo com a finalidade de determinar a forma, a posição, condição dos tecidos. Fonte: http://www.quiropaxia.org.br/portal/images/abq/artigos/diretrizes_da_oms_sobre_educacao_e_seguranca_em_quiropaxia.pdf.

discunjuntado, e eu fui na pressão *mermo* botando no lugar (risos). E foi dando certo. *Dispois* fui fazendo nos *fio* (filhos), nos *vizim* (vizinhos), nos parente... Fui praticando. Aperta daqui, puxa dali, *istica* (estica), *troce* (torce)... Eu *cumecei* nos braços, pernas, ombros. O *ispinhaço* (espinha dorsal) só *dispôis di praticá* muito, *purquê ispinhaço* é mais *milindroso*.

- Mais *dispôis fui criditando* (acreditando) que eu *pudia* também *cunsertar ispinhaço*. *Qui* eu tinha também esse dom. Eu fui *cunhecendo* as junta, *sintindo* onde eles *si discunjuntavam*, e passei a *cunsertar o ispinhaço*, e fui praticando, e o pessoal si sentindo *mió* (melhor). Mas ninguém *mi insinó* não. *Aprindi* sozinha, só eu, Deus e os *discunjuntados* (mais risos). E nisso já si vai pra mais de 30 anos.

Perguntei-lhe se acreditava ser o seu dom uma dádiva especial que Deus lhe deu. “Creio *qui* sim. *Num* é todo mundo *qui* tem esse dom, *qui* tem jeito pra *puxá*”. Respondeu-me ela. Em um dado momento da entrevista fomos interrompidas por uma visita. Era mais uma pessoa buscando seus serviços de “puxadeira”. Observei que ela tinha um quatinho reservado para tal função. Cronometrei o tempo do trabalho: 17 minutos. Quem entrou com expressão macambúzia, alquebrada, saiu sorridente. Abraçou-a, agradeceu-lhe e foi embora. Retomamos a entrevista. Inquiri-lhe: DIV-4, observei que a senhora não cobra pelo “puxamento”. É a sua tática, o seu tempo, e não cobra nada? “Num cobro, *porque sinão* quebra o dom. Si tenho o dom, sou obrigada a ajudar as pessoas, né!”.

Tal similaridade percebemos também nos relatos da benzedeira na obra de Baldino et al (2015, p. 390), “Não há cobrança financeira, pois existe uma ordem moral de acordo com a qual não se pode cobrar sob pena de não valer o pedido ao sagrado”. Tanto para as benzeções, partos, medicamentos e puxações, não há cobrança financeira, para não “quebrar o dom”. Procurei entender sobre essa “quebra do dom”. No caso das “puxações” não é uma técnica? Perguntei-lhe.

- É, mas *num* é só técnica. *Num* é só isso. Pra *discubri* onde *tá* amassado, tem *qui tê* o dom. *Num* basta puxar. A gente tem *qui* ir *cunversando e aparpando* (palpando), *sintindo cum* as pontas dos dedos, vendo onde *tá* rasgado. O *quí* dá dor é a rasgadura. *Intão* tem *qui* saber onde *tá* rasgado, pra puxar e *cunsertá*. Mas sem o dom, os dedos *num* sente. Num *discobre* onde *tá* rasgado.

No transitar entre modernidade e rusticidade, na 3ª visita à DIV-4, resolvi vivenciar, e me beneficiar, da sua técnica de “puxadeira”, por sentir-me extremamente tensa, por tanto “fugir das onças” nos meus percursos da pesquisa. Entrei no “quarto da puxação”. Inicialmente benzeu-me, e depois massageou meus braços, desde os dedos das mãos aos ombros, apertando bem, fazendo semicírculos com os dedos. Várias vezes. Segundo ela, pra detectar o “nó”. Então ela começou a palpar a minha coluna vertebral, de cima a baixo, perguntando, sondando, rezando. Seus dedos detectavam cada pontinho de dor existente.

Nas regiões do corpo onde mais doía, ela iniciava as palpações levemente,

intensificando-se à medida que prosseguia com a sua técnica. Intrigou-me profundamente sobre a suavidade onde ela “pressentia” a localidade mais dolorosa no meu corpo, antes mesmo que eu emitisse qualquer gemido de dor. Mandou-me descer da “cama de exames”, e deitar-me no chão de tábuas. Deitei-me. E começou a puxação. Eu ouvia nitidamente o som da coluna sendo reajustada ao seu lugar. Creeeeeque... Creeeeeque...

Não consegui definir, pelos seus balbucios, as palavras da oração pronunciada. Percebi que a técnica era a mesma da quiropraxia¹⁶. Não senti medo, porque sentia sua total segurança. E puxa braço, puxa perna, pescoço, estica, torce. Intriguei-me por ela ser tão pequenina, frágil e anciã (aproximadamente 1,40m, 45 kg, 63 anos) e possuir tanta agilidade. Ao final, senti que eu me encontrava em um corpo novo, sem as dores e tensões que me acometia quando ali cheguei.

Por mais duas vezes eu visitei aquela mulher, e, em todas as visitas, não me faltaram simbologias relacionadas à fé, tais como os raminhos de arruda murchos após as benzeções, ou os vidrinhos contendo seus óleos curativos. A eficácia da sua técnica como “puxadeira”, ainda se mantém em grande procura, e, pelas diferenciações das fisionomias dos “clientes”, entre o entrar e o sair do “quartinho dos milagres”, seus “puxamentos” ainda irão perdurar por muito tempo.

Entre a magia e a técnica, a comunidade a considera “uma mulher de fé, *qui* ajuda todo mundo” (ENT-13, 33 anos); “Bondosa *dímais*, *num* tem tempo ruim pra ela, sempre disposta a *ajudá*” (TRU-15, 38 anos); “Sempre cuidou dos *mininos* daqui, dos *véio*, das *muié paridêra*, de todo mundo *qui* precisa dela, ela tá ali, firme, ajudando o povo” (ENT-54, 70 anos).

Essas afirmações constataam que DIV-4 representa parte relevante na memória e cultura local. Saí desse “mergulho cultural” transformada, porque vi, ouvi, vivenciei, senti e aprendi com aquela mulher, em que a solidariedade está acima dos seus afazeres domésticos, ou dos momentos de conforto no embalar da cadeira, à sombra das árvores do seu quintal. Sempre que alguém a procura, está apta a atender e ajudar, distribuindo solidariedade, contribuindo para o fortalecimento da memória e tradição daquela comunidade.

2.1.4 Eu não posso! Querer não é poder

Conheci uma das moradoras, DIV-1, mãe de nove filhos (entre 2 e 17 anos), que vivencia um caso deveras curioso. Seu esposo é vigilante noturno na cidade de Manaus, para melhorar a renda da família. Ela tem condições (documentais) de utilizar os subsídios do governo para alavancar a sua produtividade agrícola, porém labuta a terra utilizando as ferramentas rústicas de pá, enxada, machado, foice, etc. porque o lote dela situa-se na margem esquerda do igarapé, e os maquinários fornecidos através de subsídios, para mecanização, não conseguem chegar até lá,

16 A quiropraxia, dentre as multiplicidades de funções, localiza e corrige um padrão primário de distorção corporal. Fonte: http://quiropaxia.org.br/portal/rbq/rbq_vol_4_n_1.pdf.

porque não há acesso possível (não há ponte para interligação).

Sob esse aspecto, observei que mais de 20 lotes vivenciam essa mesma realidade de inacessibilidade para mecanização através de tratores (esteira, arado, pá mecânica), na comunidade Afatam, fato corriqueiro também em outras comunidades. Em virtude da grande quantidade de filhos e da pequena capacidade produtiva, ela resolveu que os filhos maiores cuidariam dos menores, e conseguiu emprego também na cidade, para ajudar nas despesas da casa. O INCRA tomou conhecimento que marido e mulher possuíam emprego na cidade, e abriu processo de desapropriação deles do lote, porque ela, a beneficiária da terra, possuía carteira assinada e, pela normativa do órgão fiscalizador, quem possui renda advinda de fontes que não no assentamento, encontra-se fora do estipulado, e perde a posse do lote.

Para não perder a terra, ela abandonou o emprego e agora luta contra esse processo de desapropriação, intermediada pela associação. Entende-se que, por um lado, o INCRA encontra-se exercendo o seu papel fiscalizador, de ceder terra a quem nela queira produzir. Em contrapartida, ele (INCRA) não concretizou ao preconizado, que é “dar condições para na terra produzir”, tanto no lote dela, quanto em tantos outros, por não propiciar o acesso das máquinas agrícolas aos lotes de quem mora “do lado de lá” do igarapé. Ao ouvir sua história, me contada em meio à “trupe da boia” (ela era uma das cozinheiras), eu lhe perguntei: “E como você se vira?” A entrevistada, DIV-1 me respondeu:

- Eu não posso fazer nada sobre isso. Eu não posso ir pra cidade morar e trabalhar, porque, com nove filhos soltos por lá, imagine só o que vão virar, porque lá é mais perigoso para criar filhos que aqui. Eu não posso deixar eles aqui, que é mais seguro, e ir pra cidade trabalhar, porque senão perco minha terra. Eu não posso pegar subsídio, porque os técnicos vão ver que os maquinários não chegarão até meu lote pra mecanizar e corrigir o solo, por causa do igarapé, e não aprovarão o projeto. Eu não posso “dar meu jeito” e produzir, porque depois não tenho como escoar a produção, porque meu acesso é só por “pinguela”. São tantos os “eu não posso”, que a única coisa que eu realmente “não posso”, é baixar a cabeça e chorar, senão fica pior. Mas eu posso... ter esperanças de um dia essa realidade se modificar.

Outros moradores, sabedores do “caso-salário” da moradora, não mais buscam empregos na cidade, com medo de perder sua terra. Alguns dizem: “sei lá, não quero correr o risco”. Isto nos remete novamente aos aspectos do panóptico, analisados por Foucault (2013), porque o “vigilante” está de olho!¹⁷

Com relação ao “caso-ponte”, somente dois moradores “do lado de lá do igarapé” possuem o acesso (ponte), construída com recursos próprios, porém não

17 “O Panóptico é uma máquina de dissociar o par “ver - ser visto”: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto”. Nesse contexto, o assentado se autovigia, com medo do INCRA, que é o vigiador. Mais detalhes no artigo: **O panoptismo exercido pelo INCRA nos assentamentos rurais, analisados pela teoria foucaultiana** <http://oldgrt.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=8595>

podem utilizar os subsídios do governo para produção, por dois motivos: um deles não possui a concessão do INCRA (é morador), possuindo somente o “contrato de gaveta”, não lhe permitindo usufruir de nenhum benefício advindos dos órgãos públicos (ENT-35); 2), e o outro porque não reside na propriedade, é “assentado do lazer” (ENT-25). Possui documentação regular emitida pelo INCRA (é assentado), mas projetos com finalidade de subsídios possuem acompanhamento técnico, porém é necessário que o beneficiário resida continuamente no lote. Essas “ironias do destino” também fazem parte da memória e da cultura local.

2.1.5 O soldado da borracha

Reside na Comunidade Afatam o morador mais idoso da área, DIV-6, 105 anos, residente na comunidade há mais de 15 anos. Homem franzino, bem magrinho mesmo, fala mansa, uma lucidez espantosa, memória brilhante. A qualquer momento do dia (cedinho ou no ocaso do dia), ao passar em frente ao lote do seu filho (ENT-61), lá está o velhinho com sua enxada, carpindo e limpando a sua plantação, restaurando as grades dos chiqueiros dos porcos que ele cria, ou mesmo consertando os poleiros das galinhas, com muita disposição. No dia da entrevista, encontrei-o no chiqueiro, capando porcos. Um dos filhos segurava o porco, e ele executava “a cirurgia”. Após a execução da tarefa (que não demorou), ele me cumprimentou, ofereceu um café (ele costuma ficar triste quando a visita não aceita o café dele), e nos sentamos embaixo dos mangueirais. Expliquei-lhe que gostaria de saber da vida dele, de quando ele se mudou para o assentamento, e também de quando ele era seringueiro no Amazonas. Deixei-o falar livremente.

- Eu nasci no interior do Rio Grande do Norte, a *três* léguas de Portal Alegre, no dia 18/02/1910. *Nóis* era 12 irmãos, mais só vingou sete, eu e mais seis. *Cumecei* mais ou menos em 1932, eu tinha mais ou menos 22 anos. O “gato”¹⁸ *convocô* *nóis* lá no nordeste, *nóis* era pra mais de cem. *Nóis* veio pro seringal do Cuboã, *prarriba* de Lábrea. A senhora *cridita* que pra esses mais de cem, só escapou uns dez? O resto, dona, morreu tudo de impaludismo. *Óia*, os daqui *num* pegava tanto impaludismo *cumo* os nordestino. *Magino* *qui* seja *pruquê* os daqui já eram *customado* *cum* os *moiádo* daqui, e *nóis* não. Pro nordeste é tudo seco. *Morrero* muitos, viu dona. Mais *duquê* os daqui. *Têve* um causo *qui* morreram os nordestinos de um *siringal* do Palma *tudim*. Foi quando peguei um impaludismo brabo. Fiquei tão seco, *qui* era *mia muié* quem ia *recoiê* o leite, eu só dava conta de latanhar. Ela também era *siringuêra*. Eu *mermo*, tomei as *píula*, *qui* *comprêi* no armazém do meu patrão, e *num* *adiantô* *di* nada. Fiquei tão seco, mais tão seco, *qui* o patrão *dispensô* minha dívida e *mandô* eu ir morrer *nôtro* lugar. Eu *disci* rio abaixo, na minha canoinha, *cum* *minha* *famía*, *inté* *qui* *incontrêi* um barco maior, *qui* *mi* acudiu. *Cridita* *qui* foi só eu me afastar de lá *qui* *as* *febre* *foi* *simbora*? Fui *mimbora* pro Acre, *trabaiá* cum os portugueses.

Os relatos de DIV-6 contrapõem-se ao citado por Reis, (1972, p. 101),

A restauração da atividade gomífera, como decorrência da segunda guerra, motivou a mobilização dos nordestinos, trazidos para a chamada “batalha da

borracha”, sobre cuja história demográfica escreveu-se e afirmou-se tanta inverdade, inclusive aquela patranha da mortalidade infinita de imigrantes, desaparecidos nos seringais restaurados, quando sabemos todos que se procedeu um incessante trabalho de preservação, realizado com técnica e altíssima dedicação pelo pessoal especializado do Serviço Especial de Saúde Pública, criado justamente para aquela finalidade, quase que diríamos de sentido cívico.

Não repudio a informação da vontade política, no sentido cuidador, aos seringueiros imigrantes, porém, há mais relatos de precárias condições de vida, que de assistencialismo. Em outra entrevista, com outro seringueiro amazônico (DIV-2) me foi relatado também as péssimas condições sanitárias em que viviam quando eram seringueiros.

DIV-6 também me relatou sobre o trabalho escravo e as diversas ocorrências de violências extremas contra os seringueiros, e como conseguiu se aposentar:

- Ih dona, já vi muita gente morrer no toco de sernambi. Era assim, dona. Tinha o *morão* do *sernambi*. [...] Passava (o leite da borracha) no *cabôco*, e tocava fogo, *pruquê* era proibido *vendê burracha pra ôtro*. Tinha *qui* sê só pro patrão. *Num podia vende côro di quexada... burracha... nada*. Era tudo do patrão. Ele matava e *pindurava os infratô* nos pau na mata, ou mermo *dêxava* no *morão*, pra dá o exemplo pros *ôtros* num fazer a merma *bestêra*. Mas *num* tinha jeito, é *qui asvêiz* a conta no armazém tava grande *dimais*, e a *nicissidade* era tanta, *qui o cabôco* arriscava, achando *qui num* iam *discubrí*. Óia dona, *asvêiz* tinha também o *tôco* do *furmiguêro*. Amarrava o caboco no toco e assanhava o *furmiguêro* perto. Se o *cabôco iscapasse*... Era pra dá o exemplo. Quem tivesse juízo na cabeça num fazia *bestêra*.

- Um montão de tempo *dispôis*, ainda lá no Acre, *incontrei* um dos patrão *qui* eu tinha *trabaiado* pra ele. Ele *preguntô* se eu *tava apusentado*, e eu disse *qui* não. *Intão ele arrumô* meus papel tudo. Meu e da *muié*. *Apusentô* nós dois. Eu e ela. Ela recebe o mermo *qui* eu recebo.

- Neste ano o senhor irá completar 106 anos. Não está na hora de ficar quieto? Descansando? Instiguei-o a continuar falando, apesar de que uma das imensas alegrias dele é contar “seus causos passados” e falar sobre as ocorrências presentes.

- Si eu parar, acho *qui mi* entrevo todo. *Priciso* tá cuidando dos meus porcos, minhas galinhas, meus patos, meu mandiocal.

Terminei a entrevista ao anoitecer, com a certeza de que não são os obstáculos, as necessidades materiais ou a idade que restringem a capacidade produtiva dos assentados. Se assim o fosse, ele seria somente um ancião improdutivo, incapacitado pela idade e pelas intempéries que a vida lhe impôs, a esperar que os filhos, netos ou bisnetos lhes dispensassem cuidados e amparo. Mas lá está ele, trabalhador, ativo e simpático, com o seu riso fácil e seu café saboroso, que ele mesmo faz questão de coar.

2.1.6 Clínicas de recuperação: Esperança versus inquietação

No Projeto de Assentamento Tarumã Mirim há dois centros de recuperação para dependentes químicos, sendo um no ramal do Pau-rosa, na comunidade Afatam, e outro na Estrada da Cooperativa. Ambos se tornaram fontes geradoras de discussões acaloradas por parte dos assentados. Medo e recomeço representam dois olhares diferentes sobre as clínicas de recuperação. Um deles é coordenado pelo ENT-3, e é mantida por uma entidade evangélica. Em 2013, as comunidades circunvizinhas, temendo a fuga dos referidos internos (que pudessem causar danos), solicitaram junto ao INCRA a interdição e a remoção das referidas, sendo as reivindicações atendidas. Sentimentos contraditórios acometeram-nos, analisar que: a)

a) é aceitável e normal o temor dos moradores, com relação à segurança das suas casas e de suas famílias, pois muito se divulga sobre as ações danosas provocadas por dependentes químicos, no consumo ou na fissura às drogas, que lhes tiram a percepção da moralidade ou da ética, em decorrência do vício;

b) clínicas de recuperação para dependentes químicos dentro dos assentamentos rurais descaracterizam a função sua, que é destinar terras para a agricultura familiar, e não para processos terapêuticos de recuperação de jovens dependentes químicos;

c) A existência das referidas clínicas alteram os aspectos de ambiente pacato, sem os sobressaltos de violência como nas zonas urbanas, pois, qualquer percalço que ocorre dentro do assentamento, tal qual o desaparecimento de aves, pertences, já supõem tratar de “fuga dos internos”, que se encontram a “afanar”, para comprar drogas, mesmo que tais fatos não sejam comprovados;

d) Interfere na toponímia local, pois muitos já não sentem estarem *vivendo em um lugar de paz* (ENT-20); *livre de sobressaltos* (ENT-18); *na mansidão da roça* (ENT-2), porque temem que a qualquer momento haja rebeliões. Porém, em contrapartida, com o fechamento das clínicas, elimina-se a possibilidade de recuperação a muitos outros jovens, pela dificuldade em conseguir internação em outras clínicas, pelo excesso da procura e escassez na oferta, porque, devido à complexidade no tratamento, demandam-se recursos e tempo, pois somente um ou outro não trazem resultados positivos.

Ressaltamos que, tanto essa quanto qualquer outra clínica de recuperação, não há grades ou barreiras que impeçam o interno a ir embora, pois é de sua livre e espontânea vontade que os mesmos buscam o tratamento. Esses sentimentos contraditórios foram (e ainda são) palco de calorosas discursões, a maioria defendendo a retirada da clínica.

Embora tenham sido desativadas anteriormente, quando do meu retorno à região, para a pesquisa de campo, deparei-me com a clínica da comunidade Afatam funcionando novamente. Inquiri ao ENT-3 sobre o fato da reativação da mesma, e ele me esclareceu:

- É... Realmente em 2013 foi fechada, porém conseguimos a reativação, através de instâncias superiores, saindo da alçada do INCRA. Temos agora autorização para funcionar, tudo dentro da lei. Não é mais delegado ao INCRA a possibilidade de vetar ou não o funcionamento.

Não consegui informações concretas dentro do INCRA sobre a veracidade ou não das declarações do ENT-3, ademais, não nos cabe essa versão investigativa, ou mesmo a função de denunciar, se realmente eles estejam atuando de forma irregular.

Devido ao meu papel social, o fato da reativação muito me alegrou, mesmo em contraposição à maioria dos moradores, que permanecem temendo ações danosas advindas dos internos em recuperação, sentimento este relatado por várias pessoas da comunidade. Tanto pelos prós como pelos contras, a existência das referidas clínicas fere ao que preconiza o INCRA, no uso e usufruto da terra.

Em virtude desta parte do trabalho referir-se tanto às representatividades pertinentes na comunidade, quanto aos seus casos esdrúxulos, a existência da clínica de recuperação foge à normalidade do contexto e se encaixa nesse aspecto fora do comum, haja vista que os assentamentos rurais visam alocarem os beneficiários no intuito da produtividade e subsistência, e não para recuperar pessoas, na luta contra seus vícios. Mesmo existindo o meu lado pessoal, sendo uma agente que trabalha contra a dependência química, não impede a minha concepção de que a clínica se encontra fora do contexto institucionalizado aos assentamentos rurais.

2.2 Lazer e morte nas águas do tarumã mirim

Água instiga ao lazer! Água e produtividade são compatíveis! O cultivo depende da água. Essas são expressões comuns a todos. A água faz parte da vida em todas as suas fases, conforme relata Gorgulho (2004). Dela se tira o alimento, incrementam transportes, utiliza-a como bem de consumo, e se obtém prazer pela recreação. Água é vida, conforme dito popular. Verdade comprovada, tanto em teorias, quanto no empirismo do nosso cotidiano.

Porém as forças antagônicas constituem fatores presentes na vida dos indivíduos. E isto também se aplica ao quesito água. A água tanto pode manter a vida, quanto gerar acidentes e mortes decorrentes de situações em que as vítimas se encontram no meio aquático, impossibilitadas de respirar, devido à imersão prolongada com água nas cavidades corporais. A penetração desse líquido nos pulmões provoca distúrbios hidrossalinos, ocasionando a morte por asfixia, relata Pereira e Pilenghi (1999, p. 112).

Dentre todas as possibilidades de trauma, o afogamento é sem dúvida o de maior impacto familiar, social e econômico, tendo um risco de óbito 200 vezes maior quando comparado ao acidente de trânsito. A Organização Mundial da Saúde estima que 0,7% de todas as mortes no mundo - ou mais de 500 mil mortes a cada ano - são

devido a afogamento não intencional, relatam Szpilman et al., (2015). De modo geral, os acidentes são facilitados por falta de movimento das vítimas dentro d'água, por pânico e conseqüentemente o enrijecimento da musculatura e cansaço prematuro; inabilidade para elevação da cabeça e dificuldade em flutuar na posição horizontal, complementa Pereira e Pilenghi (2008).

Matos (2015, p. 94) nos relata esse componente natural inerente à vida (a água) é também condutor de eletricidade, passível de ser contaminado e, por conseguinte, contaminar. A água tem força naturalmente destrutiva, que pode afogar, e ser ao mesmo tempo ambiente das mais variadas forma de vida, porque todos os *seres* existentes no universo (animais, vegetais e minerais) dependem da água para sobreviver.

O igarapé Tarumã Mirim possui um balneário denominado “banho da ponte”, onde se inicia o assentamento, muito frequentado por moradores de Manaus, bem como pelos assentados e moradores das cercanias, em busca do lazer. Nele, a força destrutiva da água se percebe em forma de constantes acidentes, fatais ou não. A ponte do referido igarapé localiza-se em uma curva, que induz os motoristas a perderem a direção dos veículos e desembocarem num salto mortal para a água, causando o falecimento por afogamento. O acidente mais grave ocorreu em 28/11/2010, quando morreram cinco pessoas afogadas, presas dentro do carro. Segundo moradores do local, aquele foi o quarto acidente com mortes por afogamento, dentro de veículos, a despencar da ponte.

No referido “banho da ponte”, há uma praia, onde banhistas refrescam-se do calor, e às vezes, em descuidos esporádicos, ocasionam também os acidentes, geralmente afogamentos de crianças, porque os pais distraem-se, aproveitando o lazer, e finda que os risos se transformam em lágrimas, o divertimento em tragédia, devido ao afogamento e morte. A comercialização de bebidas alcoólicas em locais com farta água corrente oferece riscos (o que é o caso no balneário citado), devido às percepções distorcidas causadas pelos efeitos psicotrópicos das mesmas.

Os mergulhos nesses pontos turísticos incutem no bebedor a sensação de lucidez, quando na realidade os efeitos do álcool permanecem inalterados na corrente sanguínea, tornando-os fragilizados perante a força da correnteza ou a profundidade do seu leito. Constantemente ocorrem também brigas e maus entendidos, transformando o renovar das emoções em iras incontroláveis, que provavelmente seriam evitados em condições de sobriedade, conforme também observado em outros “banhos” às margens dos igarapés.

A apropriação da água, como forma de lazer, é interpretada como fator de inclusão social, por proporcionarem aos indivíduos socialização, diversão e bem-estar. Infelizmente, a mesma água que dá prazer e vida, também pode representar perdas irreparáveis, gerando angústia e dor, através de acidentes fatais ou desentendimentos ocasionais.

3 | TRANSFORMAÇÕES E AJUSTES CULTURAIS FRENTE ÀS TECNOLOGIAS¹⁹

Algumas transformações, modificações e especificidades foram observadas entre os anos de 2009 e 2016, quando das minhas idas ao projeto de assentamento Tarumã Mirim. Os principais foram os ajustes culturais frente às novas tecnologias, beneficiadas pelo Programa Luz para Todos (PLpT). Tal programa foi instituído pelo Decreto 4.873, de 11 de novembro de 2003, referente à universalização do acesso ao uso da energia elétrica, proporcionando mais qualidade de vida aos comunitários, pelo processo de integração.

Onde antes (2009) os apetrechos das residências eram bancos rústicos e fogões à lenha, atualmente (2016) a maioria possui eletrodomésticos, o que também impulsiona a diferenciação social (MATOS, 2015), porque enquanto em algumas residências o aparato tecnológico é visível, em outras a existência é precária. Citamos aqui um equipamento que possui interferência predominante em todos os âmbitos culturais, pessoal ou profissional, que é a bomba submersível, comumente conhecida como “bomba-sapo”. Possui esse apelido porque funciona mergulhada dentro da água. Equipamento simples, de fácil manuseio, preço acessível. Ligada à rede elétrica através de um quadro de comando, contendo chave e disjuntor, de fácil instalação e manuseio simplificado.

Matos (2015, p. 75), cita que, em “busca de comodidade, as famílias têm cada vez mais se apropriado de equipamentos de captar água. As motobombas vêm ganhando adeptos com o programa do governo Luz para Todos”. Considerada a vedete rural, atriz principal a proporcionar benefícios advindos da água encanada nas residências, nos canteiros ou nas plasticulturas²⁰, transformou-se em um dos principais artefatos tecnológicos no campo. Presente na maioria das casas, essencial nos aspectos produtivos, sendo possível o seu uso somente com a existência da energia elétrica. Ressalto as modificações percebidas entre 2009, quando iniciei

19 Maiores detalhes no artigo: **Ajustes culturais no Tarumã Mirim, decorrentes do Programa Luz para Todos** <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=3357>

20 Cultivo auxiliado por plásticos, sendo os transparentes para os tetos das casas de plantio, que mantêm a temperatura e umidade elevada em seu interior e protegem das chuvas e intempéries, sendo muito usadas para abrigar sementeiras e cultivos mais exigentes/delicados, como pimentão, tomate, rosas etc. e os plásticos pretos para o solo, em culturas como a do morango, para evitar a perda de umidade do substrato e impedir o contato deste com o fruto.

meus trabalhos sociais naquela comunidade, e não possuía energia elétrica, e quando efetuei a etnografia para a minha dissertação, agora beneficiada pelo Programa Luz para Todos. Os assentados, salvo raras exceções, permaneceram os mesmos, porém os hábitos cotidianos modificaram-se, incorporando-se, formando novos hábitos.

3.1 As lavadeiras nos igarapés

Em 2009, quando em visitas à comunidade, observei as lavações de roupas à beira dos igarapés. O projeto de assentamento Tarumã Mirim é reconhecidamente um “assentamento das águas”, beneficiado pela existência de diversos igarapés, e a comunidade Afatam não foge à regra. As peças de roupas ficavam expostas ao sol para “quarar”, em um processo de clareamento das roupas brancas, expondo-as ao sol com sabão, e aquelas que não necessitavam alvejar eram postas ao molho nas bacias, para “amolecer” a sujeira. O equipamento essencial para a lavagem era uma prancha de madeira (tábua), firmada em troncos para não ser arrastada pela correnteza, e fixa às margens dos igarapés. O processo consistia em elevar pausadamente a roupa ao ar, e deixá-la cair pesadamente sobre a tábua, em pancadas sucessivas. O processo da retirada do sabão se executava elevando-se delicadamente a peça de roupa com uma mão, enquanto que, com a outra, esguichava água, em um movimento contínuo, até o momento em que a lavadeira não pressentia mais a saída de espumas de sabão da roupa. Após o processo de enxague eram postas a secar, nas moitas dos arbustos ramosos ou nas cordas de varais estendidas à beira dos igarapés. Vento e sol executavam a secagem das roupas, tornando-as mais leves para serem levadas para casa. Por diversas vezes acompanhei as mulheres nessa lida, enquanto conversava, ouvia e participava dos afazeres, como uma forma de aproximação a elas. Com a “chegada” da luz, esses hábitos foram se modificando, os ajustes tecnológicos se adequando, porque em praticamente todas as casas, hoje, há um tanquinho, ou a máquina mais sofisticada, reservando os igarapés somente para o lazer em suas águas.

3.2 Substituição do rádio pela televisão

No primeiro período citado neste trabalho, o uso do rádio à pilha era instrumento essencial nas residências. Gomes e Oliveira (2015) informam que, do ponto de vista comunicacional, o rádio permite veicular informações rápidas e simultâneas, além de se colocar em disponibilidade 24 horas por dia. Isto lhe confere um poder particular de atingir diferentes tipos de audiência e ser um veículo potencialmente mobilizador de grupos sociais, devido a sua capacidade de influenciar pessoas e interferir na agenda social, principalmente das camadas populares.

Em 2015/2016, mesmo o rádio “perdendo o seu posto” para a televisão, ainda era elemento presente em diversos lares. Em alguns entrevistados, inquiri: Por que ouvir

rádio? Não tem televisão em casa? Alguns²¹ me esclareceram: “Tem sim, mas é que de madrugada tá frio, então fico deitado, ligo o rádio e fico escutando as notícias, ainda deitado” (ENT-65). Em diálogos com diversos moradores da comunidade Afatam, inquiri-lhes sobre o hábito televisivo. ENT-5; ENT-21; ENT-29; ENT-54, me confirmaram que, apesar de se divertirem assistindo televisão, ela também atrapalha o diálogo familiar. “Antes a gente *si riunia* (reunia) *in vorta* da mesa, *cunversava*, contava os causos do dia. Hoje é todo mundo de ôi (olhos) grudado na TV, ninguém *qué sabê di cunversá*” (ENT-60). Dumazedier (1973, p. 194) vem a confirmar essa inquietação ao afirmar que “a televisão prejudica a conversação. Se fala menos quando o receptor está ligado. O espetáculo televisionado alegra o horizonte familiar e ao mesmo tempo suscita limitadas conversações”, afirma ele.

3.3 O uso de privadas

Pequeno compartimento com porta, utilizado para urinar e defecar. Até a metade do séc. XIX, o banheiro ainda não havia se tornado um cômodo residencial no Brasil. Até então a latrina, instalada sob fossa fétida, era localizada do lado de fora da casa, nos fundos dos quintais, sem água corrente, e consistia em um buraco escavado na terra, assoalho com piso de madeira, e uma das tábuas do piso continham círculo ou um quadrado, por onde fezes e urinas eram eliminadas. Observei (e tive que usá-las por diversas vezes) quando visitava aquela comunidade. Para acudir as necessidades fisiológicas noturnas, eram utilizados penicos (urinol) - vaso portátil para se urinar e defecar. Em um segundo momento, estando a comunidade já beneficiada com o advento da Luz para Todos, as privadas em diversas residências na comunidade pesquisada foram substituídas pelo vaso sanitário, devido a existência da canalização da água.

Esse foi mais um ajuste cultural, beneficiado pela utilização tecnológica, proporcionado pela bomba-sapo, movido à energia elétrica, transportando água do igarapé para as moradias. Em diversos lares ainda não existem os apetrechos adequados ao banheiro, tais como a caixa de descarga, porém os moradores utilizam o balde para despejar água no vaso, bem como a pia não é elemento presente em diversos banheiros, pois ainda utilizam as bacias. As modificações mais aparentes foram: a aproximação da privada ao ambiente doméstico; o buraco no chão substituído pela fixação do vaso sanitário; o piso de madeira substituído pelo piso cimentado.

3.4 O hábito do banho

A imersão, especialmente em água para lavar, higienizar, refrescar têm propósitos higiênicos, terapêuticos e lúdicos. Em registros históricos de “Mil anos com banho!”, Custódio (2011) cita que, apesar de reconhecer que o banho, como

21 Especificação daqueles que citaram “ouvir rádio” como 1ª ou 2ª opção de lazer: (ENT-7, 2ª opção; ENT-15, 2ª opção; ENT-18, 2ª opção; ENT-22, 2ª opção; ENT-29, 1ª opção; ENT-32, 1ª opção; ENT-40, 2ª opção; ENT-47, 1ª opção; ENT-51, 2ª opção; ENT-55, 1ª opção; ENT-62, 2ª opção; ENT-64, 2ª opção.

hábito de higiene, sofreu seus períodos de rejeição e foi até objeto de superstições na idade média, nos dias atuais, ele representa uma prática “quase” cotidiana, e de considerável complexidade, do ponto de vista social e antropológico. O “quase” se destaca, levando-se em consideração ainda haver povos que não apreciam o banho diário. Em 2009 observei que a prática do banho demandava esforços físicos acentuados, porque os indivíduos desciam as encostas dos igarapés, para banhar-se ou para levar água em vasilhames para as residências. Para o aproveitamento do tempo e esforço físico, quem se encarregava de buscar água, já aproveitava a deixa, e higienizava-se no igarapé, destinando a água levada à residência para outros fins ou outras pessoas. Os banhos nas residências consistiam em despejar água sobre o corpo ou na cabeça, utilizando-se um recipiente para tal (denominada “caneca”), havendo a preocupação para não desperdiçar. Ocorria geralmente em espaço aberto (principalmente crianças), com os pés sobre tábuas, e os adultos higienizavam-se em precários cômodos de madeira, fora das residências.

Com o benefício da luz elétrica, mais uma vez a bomba submersa protagoniza os ajustes culturais, ao transportar a água do igarapé para caixas d’água, os precários cômodos transformaram-se em banheiros com paredes de alvenarias, geralmente dentro ou muito próximo das residências, e existência de chuveiros a substituir a “caneca” utilizada anteriormente para despejar água. O igarapé destinou-se para o lazer aos finais de semana, para pescarias, para a captação de água para as utilidades domésticas, para as irrigações nas plantações, ou outras utilidades afins. Ao pôr do sol ainda percebi ainda alguns moradores descerem os barrancos em busca de um mergulho refrescante, mesmo havendo água canalizada em suas residências, porém sem o sentido da obrigatoriedade.

3.5 O jogo de bola

Em 2009 já era prática comum o jogo de bola entre os assentados, durante os finais de semana nos campinhos improvisados no assentamento. No período da pesquisa de campo entre 2015/2016, constatamos que essa atividade se expandiu para outros dias da semana, dependendo da disposição e do calendário esportivo promovido pela associação ou pelas iniciativas particulares. Nas noites que lhes apeteçam, aproveitando os “bicos de luz” para clarear o campo improvisado, eles se exercitam e se divertem.

Matos (2015, p. 122), também relata que em outras regiões amazônicas ocorreu essa transformação, ao citar que, com o advento do Programa Luz para Todos, “os comunitários se organizam para continuar a jogar com o espaço iluminado à luz elétrica. Nesse lado do mundo, no adormecer do sol, é a luz artificial que permite a visibilidade da bola que rola no campo”. O jogo de bola, no renovar das emoções, assegura qualidade de vida e refuta o sedentarismo.

Na pesquisa de campo constatamos que muitos dos que praticam esta

atividade, não são os beneficiários da terra (dentro dos critérios de inclusão), mas sim os seus filhos, filhas e esposas. Ao inquirir alguns dos beneficiários do porque não apreciarem o futebol, eles me esclareceram que findam os dias cansados, sem disposições pra “correr atrás de bola”.

3.6 O trabalho da parteira

Salvo raras exceções, os partos domiciliares, com o acompanhamento da parteira, foram extintos com a implantação do Posto de Saúde, após a luz chegar ao projeto de assentamento Tarumã Mirim (presença do Estado) e, conseqüentemente, à comunidade Afatam, devido a implantação do posto de saúde. Essa “migração cultural” dos povos, os serviços de parteira, para a medicina tradicional, ofertado pelo posto de saúde do Tarumã Mirim também foi mais uma modificação observada entre os dois períodos vivenciados na comunidade.

3.7 O momento do repouso

Dentro do contexto rural, as árvores em volta das residências fazem parte do paisagismo natural, em uma extensão às residências. Geralmente embaixo das árvores existiam rústicas mesas, bancos e troncos, formando o paisagismo doméstico. Com um olhar mais apurado, os visitantes poderiam detectar cordas afixadas aos seus troncos, em um convite a atar redes, e nelas embalar, apreciando a brisa que geralmente balançavam folhas e galhos, refrescando o ambiente. Esses momentos de descanso nas redes armadas embaixo das frondosas árvores de sombras convidativas, enquanto aguardavam o abrandamento das elevadas temperaturas, instigavam ao ócio e contemplação, em apreço à natureza. As mesas ainda permanecem embaixo das árvores, os bancos e troncos, mesmo sofrendo ações diretas das intempéries da natureza, resistiram ao tempo. No entanto a brisa natural, a balançar folhas e galhos, perdeu espaço para a tecnologia, sendo o vento originado do ventilador uma escolha mais atrativa, dentro das casas, mesmo que, dependendo da intensidade do calor, pouco refresca. Nas residências em que os proprietários são mais abastados, os ares condicionados ligados em sua potência máxima rompem o elo homem-natureza, devido ao isolamento em compartimentos fechados, longe da brisa, do vento ou do calor escaldante, que é a característica peculiar do Amazonas. Aos migrantes dos pampas gaúchos e catarinenses que residem na comunidade, o apreço a essa tecnologia os “reportam” às suas terras de origem, “manipulados” pelas sensações provocadas pelos ajustes tecnológicos (ares condicionados), trazendo-lhes à memória, o clima ameno do sul.

3.8 Os eletrodomésticos

No interior das residências, às quais antes existiam somente os móveis (rústicos), atualmente existem freezers, geladeiras, liquidificadores, micro-ondas. Em algumas, tais como nas residências dos ENT-19, ENT-22, ENT-30, ENT-40, ENT-50, verifiquei a existência de ares condicionados, televisores de plasma, Disco Versátil Digital (DVD), micro-ondas, *freezers*, chuveiro elétrico, enquanto outros possuem simples geladeiras e pequenos ventiladores. O calor também é amainado, conforme referências de Matos (2015, p. 88), “possibilitando disporem de água resfriada em geladeiras ou *freezers*”, mas também “impulsionando a diferenciação social” (idem, p. 88) por uns possuem muitos eletrodomésticos enquanto outros permanecem ainda na precariedade. Entre os dois momentos comparativos nesta pesquisa, houve um equipamento doméstico que evoluiu em demasia, que foi o ferro de engomar. Apesar de as vestimentas utilizadas na zona rural, pela sua simplicidade, geralmente não necessitarem da engomagem, as roupas “domingueiras” exigem esse cuidado. Em 2009 existia o ferro à brasa, que continha uma tampa que era levantada para se colocar a brasa acesa dentro. Tornava-se necessário bastante atenção, pois a fuligem podia cair do ferro e sujar a roupa limpa ou a brasa cair no tecido, queimando-o. Por estranho que pareça, o equipamento poderia também esquentar muito, chegando a queimar a roupa. Na atualidade, existem ainda alguns desses equipamentos, porém nas estantes ou jiraus (depósito de utensílios domésticos feito de tábuas), como relíquias obsoletas, servindo apenas como resquícios do passado, a lembrar de um tempo sem luz.

3.9 A educação escolar

Na modalidade de *Educação* Básica do Campo, a *educação* para a população *rural* está prevista com adequações necessárias às suas peculiaridades, conforme Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010. Nele define-se que as populações do campo (os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, etc.), sejam atendidas observando-se à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, abrangendo crianças, jovens e adultos. No entanto, sem os benefícios da energia elétrica, tornava-se inviável o funcionamento das escolas no período noturno, geralmente destinadas aos adultos, o que prejudicava a formação. A comunidade Afatam é assistida por duas escolas e, em 2009 funcionavam somente nos turnos matutinos e vespertinos. Entretanto, com o advento da Luz para Todos, uma das escolas passou a ofertar aulas no período noturno, disponibilizando cursos para os adultos, geridos pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED; Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, e também cursos profissionalizantes ministrados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE AM.

3.10 O telefone rural

Para os “vivos” da vida moderna, o celular tornou-se um apêndice do corpo. Para uma minoria, o telefone fixo atende às necessidades de comunicação. E como seria viver sem nenhum desses dois ícones tecnológicos? Dia e noite, ano após ano? Como se comunicar com indivíduos que não estão próximos? Por carta? Mas, na zona rural, não há os serviços dos correios e telégrafos! Restava, portanto, para os recados de urgência e emergência, a perna. Isso mesmo. A utilização das pernas para levar a voz, andando ou pedalando. Para uma pequena parcela dos moradores, a utilização da moto ou do carro, para o deslocamento até os vizinhos, a comunidade, o mundo, para poder se comunicar.

Mas, com a chegada da luz elétrica, essa deficiência foi sanada, ao inserir-se entre as “trabalhas tecnológicas”, o telefone rural. Equipamento obsoleto na zona urbana, porém na zona rural é essencial para comunicação e informação. O sistema de telefone rural trata-se de uma tecnologia para voz e dados. Nada mais é que um rádio que transmite a linha telefônica ou um ramal de um lado para outro com total qualidade. Podem ser usados para diversas funções em empresas e propriedades rurais. É mono canal, tendo apenas um canal de comunicação. Depende de energia elétrica para carregar a bateria.

3.11 A produtividade agrícola

A água é um dos elementos essenciais à produtividade agrícola, e a sua forma de captação contribui para a otimização do processo de cultivo. Porém, na impossibilidade do transporte de água em quantidade suficiente para suprir os aspectos produtivos, as plantações “desciam” para as margens dos igarapés, devido à proximidade com os igarapés, ocorrendo inclusive a contaminação da água, devido ao uso de agrotóxicos nas plantações. Pequenos canteiros situavam-se também próximo às residências, com suas plantações de cebolinha, cheiro verde, pimenta de cheiro ou ardida, e ervas medicinais para os chazinhos, etc. Em 2009 observei os puxiruns (mutirões) comunitários durante o dia. Em 2015/2016 detectei mais duas formas de puxiruns: os da noite e os da madrugada. Em todos, como elemento de interligação, verifiquei a utilização da bomba submersível, ou comumente conhecida como “bomba-sapo”. Entre um e outro período analisados, o processo da fabricação das farinhas também sofreram ajustes, tais como a ralação das mandiocas (ou macaxeiras) de ralos manuais para os caititus, tocado à energia elétrica. Para os puxiruns da noite e da madrugada, os “bicos de luz” são essenciais para a execução do trabalho, dando-lhes condições de executarem as tarefas e para afastar os animais ferozes (as onças são comuns na comunidade Afatam) ou peçonhentos (os répteis são abundantes).

4 | TERRA DE TRABALHO E SITIO DE LAZER²²

O Amazonas responde por aproximadamente 20% da água doce do planeta e seus principais rios são: Negro, Amazonas-Solimões, Madeira, Juruá, Purus, Içá, Uaupés e Japurá, conforme dados da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, 2012). Também é o Estado mais preservado do país, com 92,84% do seu bioma e remanescente florestal, de acordo com o mapeamento do Ministério do Meio Ambiente (2005) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA, 2015). Aliados a esse universo verde, estão também outros rios (Canumã, Jutaí, Preto da Eva, Urubu, Xingu, etc.), lagos (Encantado, Jucurui, Verde, Acarituba, Pingá, etc.) e igarapés (Mindu, Tarumã Açu, Tarumã Mirim, etc.), componentes indispensáveis para marcar o contato inesquecível com a maravilhosa natureza amazônica (SEMA, 2015). Este “paisagismo” líquido, corrente, negro, turvo ou barrento, formam caminhos suaves, percorrendo distâncias, interligando comunidades, transportando bens materiais, fomentando sonhos de ir ou voltar. Próximo ou longe, também há o manto verde, que se sustenta sob e sobre o solo, em simbiose harmônica às diversas espécies existentes, instigando os homens a olharem-no com consciência, mostrando-lhes o seu valor “em pé” e não caído.

Na história do município de Manaus, consta que a partir de 1877, o Amazonas, como alternativa de sobrevivência, recebeu migrantes atraídos pelas perspectivas de enriquecimento fácil, fixando-se quase sempre nas áreas periféricas às margens dos igarapés (WITKOSKI et al., 2011). Nessas regiões, às quais foi possível a preservação ambiental, elas se transformaram em pontos turísticos, tendo como elemento chamativo a água, a propiciar o mergulho refrescante, ou o apreço ao ócio e contemplação. Porém, com o avanço da metrópole, diversas localidades do município se degradaram, devido ao descuido do poder público, mas também pela falta de conscientização e educação ambiental da população, esquecendo-se que essas mesmas águas, que as estão poluindo, é também fonte de lazer e prazer. Mais afastados das áreas urbanas de Manaus, alguns igarapés escaparam da poluição das suas águas e da degradação das suas margens, mantendo o seu manto verde,

22 Detalhes no artigo: **Lazer e agricultura familiar: Novos paradigmas de subsistência com sustentabilidade** <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=3458>

como o Tarumã Açu e Tarumã Mirim, que cortam o assentamento na sua maior parte.

4.1 Novos paradigmas de subsistência com sustentabilidade

Nesse ambiente mítico do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim, onde o silêncio também conta a sua história, alguns assentados “escutaram” a voz da floresta, e substituíram o machado, a motosserra e a caixa de fósforos, por um cultivo mais sustentável: o *balnearismo*. Mesmo de forma tímida, sorrateira, simplista, distante do turismo elitista que demandam recursos elevados, os “comerciantes do lazer” daquele assentamento, têm como clientes cativos os “turistas de finais de semana”, que se achegam ao ambiente rústico em busca diversão e relaxamento. Ambos aprenderam, ou persistiram, na capacidade de escutar a natureza, e dela tirar proveito, sem agredi-la, cultivando seu atributo imaterial, ofertando ao público-alvo (o turista de cercanias) o lazer. Nesses dois polos estão, de um lado, os clientes, geralmente residentes na área metropolitana, a usufruir o lazer, de outro lado, os “comerciantes do lazer”, empreendedores que ofertam esse lazer, como mercadoria, nos seus “sítios do lazer”.

Tal categorização “sítios do lazer” provoca controvérsias porque, pelos aspectos norteadores da legislação que rege os assentamentos rurais, tal categoria se encontra na contramão do que preconiza a lei, por “nada produzirem”. Ademais, pela visão de diversos assentados, bem como pelos aspectos da teoria defendida pela Sociologia do Lazer, ao analisarmos sobre lazer e produtividade, o referido possui a sua importância relevante.

A legislação é clara referente ao direito ao lazer, inserida na Constituição Federal, porém também muito clara sobre o uso da terra, nas Instruções Normativas do INCRA. Entre direitos e normatizações, existe o projeto de assentamento Tarumã Mirim, a instigar o lazer e a demandar produtividade, impulsionando assentados e visitantes a enxergarem aquele assentamento além da enxada ou aquém da assinatura em um decreto, porque ele se constitui de peculiaridades que vale a pena conhecer, apreciar, pesquisar e respeitar.

4.2 O lazer como trabalho

A agricultura familiar e *balnearismo* (modalidade de turismo saudável, com a utilização da água), nos mostra o lazer como matéria-prima do trabalho, apresentando novos paradigmas de subsistência com sustentabilidade, imbricando produtividade com lazer, dentro de um projeto de assentamento gerido pelo Estado, propiciando trabalho e gerando renda.

Pela visão de Elias e Dunning (1992, p. 107), o trabalho é o que as pessoas executam como modo de ganhar a vida, e dele gerar condições para sua sobrevivência, tanto na utilização da terra, da mata, quanto do ar ou da água. Na perspectiva marxista (2014), o trabalho pode ser compreendido como uma capacidade de transformar a

natureza para atender necessidades humanas. Nessa concepção, o trabalho é vida, e se a vida não for todos os dias permutada por alimento, depressa sofre danos e morre, necessitando, portanto, da subsistência para sua sobrevivência.

Ao analisarmos lazer e agricultura familiar, ambos representam subsistência na localidade pesquisada, pois um e outro possuem a sua representatividade e relevância no tocante aos aspectos socioeconômicos. Às vezes buscamos nos afastar dos grandes centros urbanos, à procura de silêncio, paz, ócio ou contemplação. Nesse momento, nos deparamos com outro contexto, o universo rural, onde um sítio, às margens de um igarapé de águas límpidas e frescas, nos induz a estender o nosso olhar e o nosso pensamento além da nossa satisfação biológica.

É nessa busca de refúgio, nas fugas esporádicas da cidade, que os turistas das cercanias se deparam com o projeto de assentamento Tarumã Mirim, na zona rural de Manaus, expandindo o seu olhar para além do alimento, do riso ou do repouso, e desse processo, visualizamos o lazer nos seus aspectos socioeconômico dentro de um projeto de assentamento rural. Ao pesquisar o projeto de assentamento Tarumã Mirim, constatamos existirem lotes que não são destinados ao plantio ou criatório. Isto contradiz as normatizações de que os projetos de assentamentos são para cultivar e colher, utilizando predominantemente a mão de obra familiar. Porém, são nas quebras de paradigmas que novas vertentes são reveladas, e novas propostas são apresentadas.

4.2.1 Lazer e produtividade (i)material

Em diversas formas analíticas da vida, buscamos conceituar trabalho como aspecto produtivo, dando-lhes uma valoração maior, em detrimento ao lazer, que para muitos se apresenta de menor importância. Tal conceituação é refutada por Elias e Dunning (1992, p. 106), ao citar que a satisfação advinda do lazer pode ser da maior importância para o bem-estar das pessoas enquanto indivíduos ou sociedades, ou seja, as benesses pelo lazer se destinam não somente ao homem pelo aspecto individualizado, mas também contribuem de forma positiva ao conjunto dessas pessoas, formando uma sociedade menos estressada e, portanto, mais produtiva. É válido enfatizar o lazer como “bem de consumo de suma importância”, através de uma “economia imaterial”, porém lucrativa em termos físicos e emocionais.

Ao utilizar essa “economia imaterial” alguns assentados exploram o lazer como matéria-prima essencial à sua subsistência. Matos (2015, p. 117) relata que “o Amazonas proporciona o exotismo do seu paisagismo ao mexer com as emoções de muita gente”, e é nesse prisma das emoções que a região pode deslanchar-se em aspectos econômicos, incrementando o lazer, como forma produtiva. Na verossimilhança deste estudo com a obra de Matos (2015, p. 121), percebemos a importância do lazer, tanto para os indivíduos, nos aspectos biológicos, quanto socioeconomicamente, contribuindo, direta e indiretamente, na sua otimização

produtiva. Portanto, o lazer nos apresenta como elemento essencial, tanto na qualidade de vida, quanto na produtividade econômica e social.

4.3 Produto ou mercadoria: a utilidade define a sua função

Sparovek (2003) em concordância com Marx (1990) nos elucida que, em sua essência, todo produto obtido pelo homem tem como origem o seu trabalho sobre a natureza. Esse processo foi acelerado quando o homem começou a produzir excedentes, porque suas ações de trocas e negociações os conduziram a processos econômico-sociais. Nem toda a produção torna-se uma mercadoria, pois quando se produz um artigo somente para consumo pessoal, cria-se um produto, mas não uma mercadoria (MARX, 2002, p. 43). Se não envolve valor de troca que represente recurso financeiro negociável, não é uma mercadoria. Ora, o valor de uso de uma mercadoria tem dupla qualidade. Uma é aquela que tem em comum o valor de uso de todas as outras mercadorias (a de satisfazer uma determinada necessidade); a segunda é qualidade que somente a ela pertence, que é a de criar valor (MARX, 2014, p. 91). Uma mercadoria tem um valor, porque é o resultado do trabalho social, a atender aos anseios de quem produz e daquele que a compra.

Marx (1990) também nos elucida que o trabalho é, antes de tudo, um ato que se passa entre o homem e a natureza. Nele o homem é também uma força natural. Ao mesmo tempo em que modifica a natureza exterior, modifica sua própria natureza, porque o trabalho o norteia à produtividade e à ação criativa, diferindo dos outros animais, por produzir sua própria subsistência. O resultado do trabalho humano preexiste idealmente na imaginação do trabalhador. O trabalho não propicia somente modificação de forma nas matérias naturais, mas também realiza aí o próprio fim de que tem consciência, ao qual deve subordinar seus direcionamentos na execução das tarefas.

Marx (1990) permanece nos elucidando que o tempo de produção se decompõe em dois períodos: num período o capital se acha no processo de trabalho (plantação, cultivo e manuseio da terra) e no outro ele é abandonado à ação de processos naturais (maturação), sem que permaneça no processo de trabalho. Somente após ter atravessado o período de produção e maturação é que o produto está acabado, pronto para deixar o estado de capital produtivo e inserir-se como capital-mercadoria.

Para Marx (1990) o processo de trabalho se extingue no produto, pois, ao manusear a terra, o trabalho se materializou e a terra tornou-se economicamente produtiva, porque foi arada, adubada, irrigada, transformando-se o trabalho e o objeto de trabalho constituintes intrínsecos dos meios de produção. Se deixarmos de lado a apreensão de subsistências já encontradas na natureza, veremos que o trabalhador se apodera imediatamente de seu meio de trabalho, e não do objeto do trabalho, ou seja, a terra se torna meio, mas só começa a funcionar como tal na agricultura quando se dão outros meios de trabalho.

Em diversos momentos da execução da pesquisa de campo, foi possível visualizar as teorias de Marx na agricultura familiar: ao observar a continuidade da execução do trabalho em atividades, em plantações, em criações de peixes, em explorações econômicas, em rodízios de funções. A diferença entre produto (nos lotes de subsistência), ou nas mercadorias, ao atingir determinado objetivo, uma finalidade e um valor, é uma das mais expressivas manifestações do homem e, no âmbito do projeto de assentamento Tarumã Mirim, da “mercadoria-lazer”.

4.3.1 O lazer como mercadoria: Karl Marx na roça

Em conformidade com Marx (1990, p. 41), a mercadoria é inicialmente um objeto exterior, uma coisa que satisfaz necessidades humanas, quer se origine do estômago (aquelas que suprem as necessidades básicas de sobrevivência), quer da fantasia (aquilo que nos remetem ao ego, lazer e relaxamento), proporcionando bem estar e satisfação. A própria venda do lazer (onde a exploração ao lazer gera renda econômica e atende à fantasia) se transforma em produção, e consequentemente em mercadoria, com valor de consumo, onde há oferta e procura, porque “produzir prazer”, no sentido de renovar as tensões (Elias e Dunning, 1992) também é produtivo ao ser humano e à sociedade. O valor de uso da mercadoria se baseia na sua qualidade própria: se ela é para beber, para comer ou para se divertir. Portanto, essa qualidade é determinada para satisfazer uma dessas nossas necessidades, volta a ressaltar Marx (2014, p. 21).

No trabalho de campo, observamos a utilização da água, abundante no Tarumã Mirim, como elemento produtivo, na interligação com o lazer, no que concerne ao valor de uso: ao executar o trabalho de preparação das adjacências nos igarapés, este trabalho se torna meio de produção para outro trabalho – que é o uso comercial desses igarapés para a exploração do lazer com fins lucrativos - para banhos e pescas comerciais explorados economicamente.

Nos “sítios do lazer” uns exploram o lazer como mercadoria e outros, em que não há comercialização desse bem, possui a função primordial de renovar as emoções. Em ambos, existe a preocupação em manter a floresta de pé, conforme falas da ENT-2, “comerciante do lazer” e ENT-41, “assentado do lazer”, respectivamente:

- “Tudo tem que tá verdinho, sombreado, com muita água, muitas árvores, pro pessoal que aluga pros eventos sentir que aqui a gente cuida da natureza”.

- “pra mim relaxar no embalo da rede ou na vigilância da minha vara de pesca, escutando a natureza”

Em concomitância com Matos (2015, p. 118), esse bem de consumo, o lazer, proporciona às comunidades amazônicas condições para se apropriarem desse filão como uma alternativa econômica.

Moradores de comunidades amazônicas diante da matéria-prima existente desencadeiam outras ações, outros comportamentos. [...] No lazer, diferentemente do trabalho, a fonte primária deve ser conduzida e apropriada pelo prisma da subjetividade, espiritualidade, tolerância, nostalgia, curiosidade, para proporcionar emoções prazerosas. É o momento de sensibilizar-se pelas formas de cipós, troncos e galhos de árvores, pelas cores de flores, anfíbios, tarântulas, répteis e de aves; odores de madeiras, flores; formas de vida; sons que vêm da mata e dos rios no coaxar dos sapos e rãs, aves e insetos. O indivíduo, em momentos de lazer, vem apreciar os momentos nostálgicos do raiar e pôr do sol e suas cores espetaculares; o indivíduo vem em busca de desafios e riscos, em áreas de rios e suas correntezas ou em área da mata.

Os “comerciantes do lazer” têm conhecimento da necessidade de explorar a natureza de forma sustentável, preservando-a. As exigências do lazer estimulam a manutenção do paisagismo natural, despertam mudanças de comportamentos e sensibilidade com relação às questões ambientais, preservam formas de vida e ambientes exóticos, tanto pela necessidade na manutenção da “matéria prima do lazer” quanto pela conscientização da preservação ambiental.

Pés na água ou corpo da rede ou espreguiçadeira, observando o vai e vem das piabinhas, ou então no apreço à sensação da força da cachoeira, despejando a água sobre os ombros, pela sua queda natural, os clientes relaxam e o proprietário produz. Produz “mercadoria”, que ele vende, em forma de lazer, e dali obtém o seu recurso financeiro.

Mais uma vez nos identificamos com Matos, (2015, p. 120), ressaltando as riquezas naturais amazônicas,

As pessoas em momentos de lazer não buscam o paraíso, pois o lazer é breve. Elas estão em busca do exótico que a região amazônica ainda guarda nas entranhas das matas, dos rios e nas histórias de seu povo. Apesar dos contrastes, o lazer é uma esfera que pode sensibilizar o indivíduo ao ver o ambiente em que habita. Em um processo de integração, essa é uma alternativa para dar voz ao amazônida em seu conhecimento e fazer o indivíduo, em momentos de lazer, se distanciar, ver em perspectiva tridimensional e corporalmente o ambiente do qual ele é um constituinte natural e sociocultural.

Nos lotes em que a “mercadoria” comercializada é o lazer, um item é comum a todos: os igarapés, onde seu curso singra as matas e a contemplação se torna mais um componente ofertado no lazer. A água torna-se o elemento essencial, a instigar a procura, induzindo à sensibilização. Esse processo do aproveitamento da água para transformá-la em trabalho (e lazer para outrem) também foi observado por Matos (2015, p. 108), “Enquanto muitos indivíduos se apropriam de seu tempo livre para usufruírem do lazer, outros tantos trabalham para aumentar a renda da família [...]”. Nessa relação de interdependência, muitos gastam suas economias em busca de emoções prazerosas, outros, de alguma forma, ganham esse dinheiro, dali tirando a

sua subsistência, em maior ou menor proporção.

Inserimos essa análise no contexto em que os assentados, que exploram o lazer aos frequentadores eventuais de finais de semana, trabalham “vendendo o seu peixe”, na comercialização do espaço, das bebidas, ou dos alimentos que geralmente consiste no peixe ou na galinha caipira. Novamente há similaridade deste com aquele trabalho (MATOS, 2015, p. 110), ao elucidar que o lazer pode contribuir para especializar a mão de obra, estimular o trabalho de pessoas da comunidade. Dentre aqueles que exploram o lazer como mercadoria, especializam-se em atendimento ao cliente, culinárias regionais, etc. para proporcionar maior qualidade nos serviços prestados.

Ao observarmos o lazer como mercadoria no Tarumã Mirim, constatamos também que os “comerciantes do lazer” se moldam ao público do momento, tanto nos ritmos musicais, nos aspectos alimentares, quanto no comportamento em relação aos outros moradores. Explicou-me a ENT-2 que, quando aluga para eventos o seu lote, faz previamente uma análise do público alvo:

a) quando aluga para grupos religiosos que não consomem carne, ela repõe na sua dispensa alimentos à base de soja, estoques de legumes são reforçados, não investe em bebidas alcoólicas, oferta músicas gospel, etc.;

b) quando aluga para grupos de jovens, ela reforça o estoque de refrigerantes e cervejas, permitindo inclusive a participação de outros jovens da comunidade, para uma interação e socialização divertida, incentiva o uso do campo de futebol, incrementa o freezer com as batatas pré-cozidas em fatias (para frituras), músicas de rock, funk, etc.;



Figura 5— Campo de futebol no lote da ENT-2

FONTE: Pesquisa de campo

c) quando aluga para grupos da 3ª idade, os ritmos musicais migram-se para os da jovem guarda, boleros, e outros ritmos saudosistas, que despertam recordações nos clientes e o desejo de lá retornarem posteriormente. Observamos, em um desses eventos (da 3ª idade) que até as frituras são substituídas por preparações a vapor, onde ela faz questão de comunicar aos clientes, para conquistar-lhes a fidelização ao lugar.

Os finais de semana para esses “comerciantes do lazer” representam dias úteis de trabalho, e o decorrer da semana retornam para suas rotinas como agricultores, ou trabalhadores que ofertam a sua mão de obra disponível. Conforme alguns desses citados me confienciaram, a lucratividade advinda no “negócio de vender o lazer” é superior ao que retiram dos cultivos nas suas propriedades, conforme algumas confirmações:

- Entre *torrá* de sol a sol, arrancando toco, brigando *cum* as pragas, tendo *prijuízo cum* as *simentes qui* num germinam, é mais *vantage* eu cultivar os banhos, cuidar de *preservá* a natureza, e atender bem meus clientes, e da natureza *tirá* meu sustento e da *famia*. É mais lucro e menos dor. A vida de *agricultô* sem dinheiro pra *invisti* na terra *cum* maquinário, correção desse solo pobre, é muito difícil (ENT-2).

- Óia dona, pra escolher entre sobreviver aqui do que a terra dá, e concentrar mais a atenção pra alugar pros eventos, eu *prifiro* o último. Eu cuidando direitinho daquilo qui eu ofereço pros finais de semana, num tem perda, num tem erro. É bem verdade qui tempo de chuva o negócio cai um pôco, mas é purisso *qui* eu tenho também minhas plantaçozinha, pra acudir na necessidade, mas o forte mesmo aqui é eu vender o lazer, como a senhora diz (ENT-62, 40 anos).

Isto reforça as análises de que o Tarumã Mirim possui as peculiaridades específicas para o lazer se transformar em um nicho econômico que pode amenizar os problemas produtivos existentes devido ao solo que necessita de correções, à falta de recursos para investir na terra ou aos transtornos para escoar suas produções. Nessas condições, no seu “isolamento financeiro”, percebemos que esses “empreendedores do lazer” não conseguem dar amplitude à “mercadoria-lazer”, que possibilitaria expansão e divulgação do seu investimento, porque encontra-se prensado entre a falta de recursos, a inexistência de projetos específicos no quesito lazer como mercadoria, e o receio de desapropriações por não focar na agricultura familiar.

4.4 O lazer como prazer

As benesses pelo lazer se destinam não somente ao homem pelo aspecto individualizado, mas também contribuem de forma positiva à sociedade, gerando elementos essenciais como forma de produção de novas tensões, ou renovações

das emoções, porque esses processos nos proporcionam “produtividade” física e emocional, conforme a Sociologia do Lazer, analisada através das obras de Dumazedier, Marcelino e Elias e Dunning, dentre outros.

Elias e Dunning (1992, p. 181) esclarecem que as pessoas esperam das suas atividades de lazer não só “relaxamento”, mas também estímulos, alegria, um despertar emocional agradável, em resumo, a produção de tipos específicos de tensão em companhia dos outros. Se o lazer fosse vivenciado para eliminar as tensões do trabalho, ninguém, após horas laborando, com suas emoções pessoais controladas, iriam participar de competições no lazer, não assistiriam nunca a filmes de terror (com sua sobrecarga de ansiedade, mas o medo é um dos elementos do lazer), não participaria de jogos perigosos (onde o medo predomina), e muito menos participaria de brincadeiras em que as expectativas elevam as emoções, tensões, conduzindo o ser humano a polos opostos tais como medo e excitação, relaxamento e tensão, risos e lágrimas.

4.5 O lazer e o renovar das emoções

Apesar das benesses do lazer, este também pode ser estigmatizado, menosprezado ou diminuído de importância, nas comparações com o trabalho. Vale ressaltar que tanto o trabalho quanto o lazer possuem suas características produtivas, porque tanto um quanto outro contribuem para propiciar qualidade de vida e sustentabilidade aos indivíduos.

Marcellino (1998, p. 16), considera o lazer como cultura vivenciada no “tempo disponível”, não em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e as demais esferas de obrigação da vida social, combinando os aspectos tempo e atitude. Salienta também outro parâmetro relacionado ao lazer no “tempo livre” (idem, p. 29), haja vista que, se levarmos o conceito que restringe o lazer a um tempo determinado, como classificaria a ação que uma mesma pessoa pode praticar, num certo período de tempo, por exemplo, ouvir música enquanto trabalha? Além disso, tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social.

Talvez fosse mais correto falar em tempo disponível, ao invés de tempo livre. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência no aspecto do lazer. Para Marcellino (2007, p. 14) estas incluem atividades como “as práticas esportivas, os passeios, a pesca, a ginástica e todas as atividades em que prevalece o movimento, ou o exercício físico, incluindo as diversas modalidades esportivas”, gerando tensões ou relaxamentos, dependendo da atividade praticada. No tempo disponível, Marcellino (idem, p. 34) diz que o indivíduo pode fazer o que quiser, seja atividade física ou descanso, de cultura ou esporte, turismo, ócio ou contemplação.

Dumazedier (1973) explana que a função do divertimento, recreação e entretenimento é para liberar do tédio, livrar do sentimento de privação e gerar a

ruptura com o universo cotidiano. Essa ruptura poderá levar ainda a atividades reais, baseadas em mudanças de lugar, ritmo e estilo (viagens, jogos, esportes), ou então a recorrer a atividades fictícias, com base na identificação e na projeção (cinema, teatro, romance).

Por último, o desenvolvimento da personalidade, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica; oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais; possibilita o desenvolvimento livre de atitudes adquiridas na escola, sempre ultrapassadas pela contínua e complexa evolução da sociedade e incita a adotar atividades ativas na utilização de fontes diversas de informação, tradicionais ou modernas (imprensa, filme, rádio, televisão).

4.6 O lazer na zona rural²³

A nossa sustentabilidade como indivíduo, naqueles momentos em que vivemos “além do trabalho”, necessita equilibrar-se entre o repouso, o prazer e o estar bem. Não esquecendo também o âmbito geral da vida, a envolver o trabalho e o desenvolvimento da personalidade, porque “a vida não é só trabalho”. O indivíduo usufrui do lazer no seu cotidiano, conforme nos relata Matos (2015, p. 391), pois o prazer permeia a obrigatoriedade do fazer.

Ao observar e analisar o lazer na zona rural, alguns aspectos (e formas de lazer) são díspares da zona urbana. Em estudos sobre Permacultura²⁴, deparei-me com as publicações de Pereira (2012), em seu espaço digital, a relatar sobre o lazer em comunidades rurais,

Em uma comunidade rural o que se faz para se divertir de forma saudável envolvendo todas as famílias? Muitas diversões estão ligadas a cultura local e as tradições, daí nem todos os tipos estão presentes em todas as regiões. Ensina a brincar com o vento, com o sol, com a água, com o barro. Para as crianças, principalmente os filhos de agricultores, é imprescindível aprender brincar com estes recursos da natureza. Manter contato do toque, do manipular, deve fazer parte da vida e das diversões destas crianças. [...] Para muitas pessoas, a tarefa de lidar com a terra já é um prazer, é divertido, inusitado, desafiante. Criar conexões entre a terra, o vaso, a planta, a flor, o fruto e a cor é instigante. É um raro prazer que precisa ser vivido, vivenciado. A alegria é o plantar e o colher é o prazer. [...] precisamos aprender como dosar o tempo para o trabalho e criar tempo para o lazer, isto conduz também à saúde.

Isto nos instiga às interpretações que, para se divertir, relaxar, não necessita ser através de um lazer elitista, porque ele pode estar inserido em ambientes os mais diferenciados, em formas variadas. Ademais, na zona rural as opções de lazer possuem suas nuances singularizadas, pela escassez (ou inexistência) dele ofertado

23 Maiores detalhes no artigo: **Lazer rural: Entretenimento presente e estado ausente no Tarumã Mirim** <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=3459>

24 Criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza.

pelo Estado. Apesar da proximidade à zona urbana, no Tarumã Mirim não existem os parquinhos para as crianças, as praças ou cinemas para os jovens, os centros de convivência para os anciãos.

Mas existem as árvores para as crianças subirem, as matas para os adultos praticarem as suas aventuras, os banhos para apreciarem os seus mergulhos, os campos improvisados para jogar a “pelada”, iluminados pelo “bico de luz” à noite, ou nos finais de semana, entre as obrigações de “cuidar dos bichos” e o “aguar das plantas”.

4.6.1 As formas de lazer no Tarumã Mirim

Para analisar o aspecto do lazer na Comunidade Afatam, solicitei que o entrevistado citasse, por ordem de importância, cinco formas de lazer que ele mais apreciava, e praticava na comunidade. Para a compilação dos dados, as primeiras opções foram catalogadas com peso maior.

Utilizamos, para a formatação da tabela, os critérios de importância, utilizando peso 5 (P-5) para o lazer mais apreciado; peso 4 (P-4) para o 2º lazer mais apreciado, e assim sucessivamente, até a última opção de lazer, dentre os cinco citados, para peso 1 (P-1), compondo-se a tabela que consta as classificações das 16 formas de lazer apresentadas aos entrevistados, os quais relatamos detalhadamente na Tabela 2, e nos dados particularizados.

Classif.	Lazer	Qt	P-5	=	Qt	P-4	=	Qt	P-3	=	Qt	P-2	=	Qt	P-1	=	Geral	%
1º lugar	Conversar c/amigos	8	5	40	3	4	12	12	3	36	16	2	32	17	1	17	137	13,02
2º lugar	Pescar	9	5	45	11	4	44	8	3	24	6	2	12	6	1	6	131	12,45
3º lugar	Assistir TV	4	5	20	10	4	40	10	3	30	10	2	20	9	1	9	119	11,31
4º lugar	Caminhar	7	5	35	9	4	36	9	3	27	5	2	10	5	1	5	113	10,74
5º lugar	Ouvir rádio	5	5	25	7	4	28	6	3	18	10	2	20	8	1	8	99	9,41
6º lugar	Futebol	8	5	40	6	4	24	4	3	12	1	2	2	3	1	3	81	7,70
7º lugar	Ler	5	5	25	6	4	24	2	3	6	2	2	4	5	1	5	64	6,08
8º lugar	Dançar	8	5	40	2	4	8	4	3	12	0	2	0	1	1	1	61	5,80
9º lugar	Nadar	3	5	15	3	4	12	6	3	18	6	2	12	4	1	4	61	5,80
10º lugar	Jogos	3	5	15	4	4	16	4	3	12	5	2	10	2	1	2	55	5,23
11º lugar	Caçar	5	5	25	4	4	16	1	3	3	1	2	2	3	1	3	49	4,66
12º lugar	Cantar	3	5	15	2	4	8	4	3	12	2	2	4	1	1	1	40	3,80
13º lugar	Canoagem	2	5	10	2	4	8	0	3	0	0	2	0	0	1	0	18	1,71
14º lugar	Pedalar	0	5	0	1	4	4	0	3	0	2	2	4	1	1	1	9	0,86
15º lugar	Ócio	0	5	0	1	4	4	0	3	0	1	2	2	2	1	2	8	0,76
16º lugar	Viajar	0	5	0	0	4	0	1	3	3	1	2	2	2	1	2	7	0,67

Tabela 1 – Classificação, por ordem de preferências, do lazer na comunidade Afatam

FONTE: Pesquisa de campo

Conversar com os amigos: a opção “conversar com os amigos” como a primeira

opção de lazer reforça a importância da interação (socialização) entre os seres humanos. Para nós apresentou-se como uma surpresa, por supormos “pescar, assistir TV, ouvir rádio e nadar” como as opções mais propícias às primeiras classificações, demonstrando mais uma vez que as surpresas fazem parte das constatações nas pesquisas de campo. As águas formam o catalizador entre pessoas e lazer. Esta forma de socialização ocorre principalmente às margens dos igarapés existentes na comunidade, aos finais de semana, instigados pelo calor, ou pelo repouso ao corpo cansado da lida semanal.

Pescar: a pesca, neste capítulo do trabalho, não está inserida na categoria comercial, quando da retirada do pescado nos tanques-criatórios para a venda, e sim na subcategoria amadora, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, de acordo com a Lei 11.959, de 29 de junho de 2009, tendo por finalidade o lazer ou o desporto. Conforme detectado pela pesquisa de campo, na comunidade Afatam, dentre os 85 lotes existentes, 23 deles possuem tanques escavados para criatório de peixes, e em alguns deles os proprietários permitem que os seus clientes pesquem o produto, sendo, portanto, comércio para o proprietário e lazer para o comprador. Com os assentados, citamos fragmentos de diálogos: “Quando a gente tá com pressa, compra o que tá no gelo²⁵. Quando tem tempo, a gente aproveita pra apreciar uma pescaria e, ainda por cima, levar pra casa o alimento pra família” (ENT-35); “Mesmo tendo que ir comprar, é divertido porque relaxa” (ENT-22). A pesca nos igarapés existentes, pelos moradores locais, também é corriqueira, e apreciada pelos amantes da pesca esportiva. Muitos também relataram que, mesmo a pesca para o consumo diário se torna tempo de relaxamento, pelo prazer que proporciona.

Assistir televisão: este lazer está inserido nas atividades miméticas propostas por Elias e Dunning (1992), quando as tramas televisivas se aproximam do real, envolvendo o telespectador com os roteiros apresentados, em interações emocionais em que o fictício se mescla nas suas realidades. Para este 3º lugar, apresentou-se também uma surpresa, porque prevíamos anteriormente que “Assistir televisão”²⁶ seria o lazer que ficaria no topo da lista, devido ao seu apelo mimético, onde “a arte imita a vida”. A cultura novelística já faz parte da rotina diária da sociedade, influenciando inclusive os comportamentos, tais como: vestuário, linguajar, atitudes, etc. Dumazedier (1973, p. 178) cita que, assistir à televisão é uma ocupação de tempo livre²⁷, sendo já essa característica uma poderosa determinante daquilo que o público espera do conteúdo dos programas. Essa expectativa é, porém, complexa:

25 Nos tanques em que a comercialização do pescado é rotineira, é comum os peixes ficarem depositados em caixas de isopor com gelo.

26 Especificação daqueles que citaram “assistir televisão” como 1ª ou 2ª opção de lazer: ENT-5, 2ª opção; ENT-6, 2ª opção; ENT-11, 2ª opção; ENT-16, 2ª opção; ENT-25, 1ª opção; ENT-26, 2ª opção; ENT-29, 2ª opção; ENT-35, 1ª opção; ENT-38, 2ª opção; ENT-42, 2ª opção; ENT-50, 2ª opção; ENT-58, 2ª opção; ENT-60, 1ª opção; ENT-70, 1ª opção.

27 Mais uma vez refutamos essa referência do lazer “no tempo livre”, inclusive assistir TV, visto que em diversos lares, quando da pesquisa de campo, observamos o aparelho de TV na cozinha, onde as entrevistadas (ou esposa dos entrevistados), assistir TV enquanto executava as tarefas domésticas, tais como na residência do ENT-22; ENT-2; ENT-13; ENT-30 etc.

desejo de evasão e participação, entretenimento e adaptação, informação e formação desinteressadas. Em virtude de o assentamento não possuir cinema, teatro, nenhum espaço público ofertado pelo Estado em atendimento ao lazer, hipoteticamente a televisão supriria essa demanda, porém, 27 entrevistados²⁸ (38,57%) não citaram em nenhum momento essa opção de lazer.

Caminhar: em conformidade com Elias e Dunning (1992, p. 149) o caminhar encontra-se na esfera das miscelâneas de atividades de lazer menos especializadas, com caráter de agradável destruição da rotina, registrado como “dar um passeio a pé”, onde os entrevistados me relataram que esse lazer é praticado com duas funções diferenciadas: caminhar nas vicinais cedinho, em benefício da saúde ou para relaxar, ou caminhar até o lote ou o banho do vizinho, para conversar, misturando-se o lazer no caminhar e no socializar.

Ouvir rádio: esse quesito também foi muito citado (5º lugar), o que nos surpreendeu, pelo advento dos noticiários televisivos, que imaginamos superar em muito os programas radiofônicos. Em alguns entrevistados, inquiri: Por que ouvir rádio? Não tem televisão em casa? Alguns²⁹ me esclareceram: “tem sim, mas é que de madrugadinha eu acordo, ligo o rádio e fico escutando as notícias, ainda deitado” (ENT-65, 43 anos); “Pela madrugada, tá muito frio pra levantar da cama, *intão* é mais prático ligar bem baixinho o rádio, pra não acordar a *véia* (esposa) e ficar ouvindo uma musiquinha, as notícias, assim, *dibaxo* das *cuberta*” (ENT-63, 62 anos). As preferências para “ouvir o rádio” foi mais citado por homens (56,52% contra 43,48%), enquanto que “assistir TV” foi mais citado por mulheres (62,60% contra 37,40%), demonstrando-se que, na zona rural, as mulheres têm mais preferências por TV enquanto que os homens preferem ouvir rádio;

O jogo de bola: o jogo de bola alcançou o 6º lugar, o que foi também nos apresentou como surpresa, pois imaginávamos que fosse ficar entre os três primeiros. Reis (2006, p. 9) diz que o futebol é o esporte coletivo de maior sucesso, pois possui uma característica mimética que propicia ao seu público elevada tensão na expectativa do desenrolar das ações dos jogadores e da equipe, com funções de sociabilidade, interdependência e quebra de rotina, mesmo que praticados continuamente, porque há variações em cada momento.

Esta é uma atividade bastante praticada no tempo disponível, tanto por homens quanto por mulheres, nos finais de semana na comunidade, proporcionando emoções intrínsecas ao lazer, aliviando o estresse do dia a dia, visto que essa prática cuida do corpo e contribui para a interação entre os comunitários. Na pesquisa de campo constatei que muitos dos que praticam esta atividade, não são os beneficiários da

28 Não citaram “assistir televisão” como opção de lazer em nenhuma classificação: os ENT-9, ENT-10, ENT-12, ENT-15, ENT-17, ENT-19, ENT-21, ENT-22, ENT-24, ENT-28, ENT-33; ENT-36; ENT-37; ENT-41; ENT-43; ENT-45; ENT-47; ENT-48; ENT-49; ENT-54; ENT-57; ENT-59; ENT-63; ENT-66; ENT-67; ENT-68; ENT-69.

29 Especificação daqueles que citaram “ouvir rádio” como 1ª ou 2ª opção de lazer: (ENT-7, 2ª opção; ENT-15, 2ª opção; ENT-18, 2ª opção; ENT-22, 2ª opção; ENT-29, 1ª opção; ENT-32, 1ª opção; ENT-40, 2ª opção; ENT-47, 1ª opção; ENT-51, 2ª opção; ENT-55, 1ª opção; ENT-62, 2ª opção; ENT-64, 2ª opção).

terra, mas seus filhos, filhas e esposas (mulheres que apreciam o futebol é comum na comunidade).

Ler: a leitura se classificou em 7º lugar na preferência dos entrevistados. Dumazedier (1973) relata que a leitura se inclui no aspecto do desenvolvimento da personalidade (3D = Descansar, Divertir, Desenvolver a personalidade), enquanto que para Elias e Dunning (1992, p. 148) ler se insere nas atividades de formação de caráter, socialmente menos controlado e com frequência de caráter accidental. Para os entrevistados, o prazer na leitura representa dois aspectos diversos, porém ambos dentro do contexto “no tempo disponível” conforme Marcellino (1998, p. 29). Para uns, ler para se instruir, se informar, desenvolver-se culturalmente, enquanto para outros se inserem nos aspectos miméticos (Elias e Dunning, 1992), onde “a arte imita a vida”, em que os romances transpõem as barreiras entre realidade e ficção.

Dançar: para o 8º lugar apresentou uma característica muito peculiar: Dentre vários que a escolheram como lazer muito apreciado estão: ENT-54, 70 anos; ENT-49, 63 anos; ENT-8, 66 anos; ENT-5, 74 anos; ENT-14, 60 anos; etc., ou seja, anciãos (e anciãs), que apreciam bons ritmos corporais. A dança na comunidade apresenta-se numa mistura entre o forró e o xote para os mais velhos, o samba e o funk para os mais jovens. Entre seus ritmos corporais, em uma interação e socialização, misturando-se modernidade e saudosismo, os finais de semana muitos procuram “sacudir a poeira”, expressão citada diversas vezes pelos apreciadores. Nos eventos esporádicos e nos festejos anuais, maior parcela de “dançarinos” invadem as pistas, que aos poucos os fazem esquecer a lida diária do trabalho braçal.

Nadar: conforme cita Matos (2009), “não é confortável para jovens e adultos, estar sob o sol e a temperatura de 39°C, 40°C, escavando a terra para plantar mandioca...”, porém esse fato pode remeter posteriormente a um ato do lazer que atingiu o 9º lugar entre os assentados e moradores da comunidade, que é o atrativo do mergulho nos igarapés. É óbvio que se trata de um lazer simples, porém muito apreciado, observando-se os limites socialmente aceitos (Elias e Dunning, 1992), que os impedem de eliminar todas as roupas e apreciar o banho nus, nas águas refrescantes que singram as matas ciliares.

O ócio e os outros: entre o 10º ao 14º lugar (jogos, caçar, cantar, canoagem, pedalar) pouco há a relatar, porque não percebemos fatos que pudessem ser destacados neste trabalho, além das devidas catalogações. Ócio (ou o “não fazer nada”, conforme transcrito no questionário), ou seja, o descanso da rotina atribulada do dia a dia atingiu o penúltimo lugar na escala, porque, segundo a fala de diversos entrevistados “a gente sempre tem uma coisinha ou outra pra fazer”. A obra de Matos (2015, p. 63) amplia as definições do ócio, entre o “não fazer nada” categorizado nas esferas do lazer, e a concepção de ócio concebido como sinônimo de “indolência, de não querer nada, e está alicerçada naquela em que o indivíduo, desde cedo, é orientado para ser produtivo, guiado por preceitos do trabalho, pois este dignifica o homem”, contrapondo-se ao ócio contemplativo, como uma utilização do seu tempo

livre. Dos 70 entrevistados, somente quatro apontaram o ócio como apreciável (0,57%). O “não fazer nada” é também para relaxar e se harmonizar, estando inserido nesta opção de escolha o desejo de nada fazer que demanda atividades físicas. Apesar de Elias e Dunning (1992, p. 108) classificarem o repouso fora das atividades miméticas e de lazer, as pessoas o consideram como tal, pois é o momento em que elas se sentem bem. Marcellino (1998), considera o descanso como uma atividade do lazer.

Viajar: o último quesito, mesmo havendo este estigma de “último”, merece um destaque à parte, dado o local em que foi lançada esta proposta de lazer: Viajar, ou, como similaridade, “férias”, para Dumazedier (1973, p. 147) são importantes dentre as atividades de lazer, devido à sua duração e a sedução que exercem, por reduzirem os aspectos rotineiros de certos trabalhos. De modo geral, nas férias é mais fácil do que em outros períodos de lazer, descansar, sair do lugar em que se mora e encontrar oportunidades para uma livre expansão individual e social. São acentuadamente mais restritas, no que concerne aos moradores no meio rural, pois há a necessidade de cuidar diariamente dos animais, plantações e criatórios. São raros os casos em que os moradores da comunidade se ausentam em viagens, devido a diversos fatores, tais como: recursos financeiros insuficientes; receio em abandonar suas residências e elas serem “pilhadas” por vândalos, pois na comunidade não possui serviços de segurança pública e as residências são afastadas umas das outras.

ASSENTAMENTOS: PRIORIDADES E NECESSIDADES

5 | ASPECTOS ESSENCIAIS DE UM ASSENTAMENTO RURAL

Diversos são os aspectos essenciais que constituem uma comunidade em um assentamento rural que propiciam o desenvolvimento socioeconômico, porém vale citar prioritariamente cinco: saúde pública; educação escolar; as possibilidades de acesso (estradas); os cursos que capacitam e orientam os assentados e os subsídios que possibilitam uma melhor produtividade. As catalogações para esses cinco quesitos foram de acordo com as próprias percepções e citações dos entrevistados.

5.1 O quinteto das necessidades

Para conhecer um assentamento rural, nos aspectos da agricultura familiar, nos instigamos a “vivenciarmos”, empiricamente ou nas teorias, esse “mundo paralelo”, que são as “vivências” que distam do cotidiano urbano, sem internet, cinema, praças, parques, centros de compras.

Transitar entre teoria e prática, entre mundo teórico e empírico, ampliou nossos conceitos, favorecendo um melhor entendimento entre o Brasil Ideal e o Brasil Real, com as suas contradições, especificidades, peculiaridades, necessidades. Porém, somente citar essas disparidades e essas lacunas não atinge o patamar da credibilidade citada. Às vezes nos apegamos a imagens para demonstrar com mais ênfase o que estamos verificando e constatando, na pesquisa e campo e nas análises dos resultados.

Como relatado diversas vezes, as condições nem sempre são as preconizadas dentro de um assentamento rural, a exemplificar: O INCRA repassou para a Prefeitura de Manaus a responsabilidade pela “Patrulha Mecanizada”, para a manutenção das vicinais do Pau-rosa. A patrulha foi instalada no KM 15 do referido ramal.



Figura 6 – Brasil Ideal. Patrulha mecanizada, máquinas novas e assentados felizes

FONTE: google. <http://osnyaraujo.blogspot.com.br/2011/04/com-o-testemunho-de-assentados-incra.html>



Figura 7 – Brasil Real. Máquinas sucateadas e abandonadas no ramal do Pau-rosa

FONTE: Pesquisa de campo

No estreitamento dessa parceria, foi prometido que o assentamento Tarumã Mirim contaria com mais assistência técnica. Anunciou inclusive que um técnico (operador para as máquinas) residiria no ramal do Pau-Rosa para garantir essa assistência. Fragmentos abaixo da reportagem publicada on-line, transcrito a fala do Secretário de Produção de Abastecimento do município José Rogério Vasconcelos de Araújo³⁰:

- Estamos fazendo isso porque acreditamos na reforma agrária, acreditamos no campo e respeitamos os produtores rurais, homens e mulheres de muita fé. Precisamos entender que Manaus não pode ser vista apenas pelo Polo Industrial, mas também pela sua produção no campo, porque sem o campo, as grandes cidades como Manaus não existiriam (Fragmentos da entrevista do Secretário de Produção de Abastecimento).

30 Fonte: <http://osnyaraujo.blogspot.com.br/2011/04/com-o-testemunho-de-assentados-incra.html>, publicado em 15 abr 2011.

Observamos mais uma vez a lacuna entre o preconizado e o realizado, entre o que deveria ocorrer e o que ocorre, e não de forma velada, mas sim divulgada e constatada sistematicamente, nos mostrando carências que poderiam ser sanadas, se o Brasil Ideal estivesse mais próximo ao Brasil Real, com menos demagogias e mais democracias, e o sentimento pudesse ser expresso sem o receio das repreensões.

A partir dessa vivência continuada dentro do projeto assentamento Tarumã Mirim por nove meses, senti-me “segura” para explanar sobre as essencialidades que regem os assentamentos rurais.

Na entrevista estruturada, quando da pesquisa de campo, foi apresentado ao entrevistado os cinco itens acima, e lhes solicitado que relatasse, por ordem de prioridade, o que mais necessitaria melhorar no assentamento. O mais precário deveria ser citado em primeiro lugar.

Os dados foram compilados quantitativamente, utilizando-se escala de pesos, considerando que a prioridade mais importante deveria ser citada em primeiro lugar (Prio-1), tendo, portanto, o maior peso, ou seja, peso 5; a segunda prioridade (Prio-2) teria peso 4 e assim sucessivamente.

A quantidade mencionada na coluna Prio- (prioridade) refere-se às vezes em que foi citada pelos entrevistados, cada uma totalizando 70 ao final da somatória. A partir dessa compilação, formatamos a seguinte Tabela, respeitando a importância com que as necessidades foram relatadas:

Necessidades	Prio-1	Peso 5	Prio-2	Peso 4	Prio-3	Peso 3	Prio-4	Peso 2	Prio-5	Peso 1	Total	%
Estradas	33	165	13	52	12	36	8	16	4	4	273	25,90%
Saúde	21	105	16	64	14	42	11	22	8	8	241	22,98%
Educação	6	30	18	72	24	72	12	24	10	10	208	19,73%
Capacitação	5	25	15	60	9	27	24	48	17	17	177	16,79%
Subsídios	5	25	8	32	11	33	15	30	31	31	151	14,71%

Tabela 2 – Quinteto das necessidades da comunidade Afatam, por prioridades (Prio)

FONTE: Pesquisa de campo

O aprofundamento após o resultado dessas análises nos possibilitou conhecermos o “outro viés” de um assentamento rural, formando elos entre os dois brasis, o ideal e o real. O institucionalizado e o empírico, que constituem o “Brasil brasileiro”. De um lado, o Brasil das teorias, com seus entraves, burocracias, delegações infundáveis; do outro lado o Brasil do “jeitinho brasileiro”, que a tudo tenta consertar (ou maquiar), com o “quebra-galho” nos arranjos, as contravenções praticadas por muitos, ou o desestímulo vivenciado pela maioria.

5.1.1 As estradas do sol

As estradas no interior do estado são designadas como vicinais, de caráter secundário, e, na sua maioria não dispõem de asfaltamento, e muitas vezes tornam-se intrafegáveis em determinadas épocas do ano. Na pesquisa de campo, detectamos que, no quesito “necessidades”, o tópico estradas atingiu o *podium*, com 25,90%. Ao analisarmos através da quantidade de entrevistados que a definiu com a prioridade número 1, entre os 70 entrevistados, 33 elegeram esse quesito como premente, atingindo o índice de 47,15% da população pesquisada.

A “Estrada do Pau-rosa”, mesmo asfaltada, apresenta-se com buracos em toda sua extensão asfáltica e outras três vicinais que permitem os acessos na comunidade analisada estão sofrendo recuperações inadequadas; as vicinais secundárias, que permitem acesso aos lotes, permanecem na precariedade, e, em alguns lotes, o problema apresenta-se pior ainda, por não possuírem acesso algum, exceto para o tráfego em bicicletas, motocicletas ou a pé, conforme constatações quando da pesquisa de campo.

O “sonho de consumo” para aquela comunidade, quando da recuperação das vicinais principais, se resumiam a piçarras, que, a cada dia, se tornava um sonho distante. Em diversas conversas com a equipe da associação de moradores que acompanhavam os trabalhos de recuperação das vicinais, (ENT-1; ENT-2; ENT-12; ENT-30; ENT-35; ENT-54), percebi o sonho comunitário, como se fosse a “Disneylândia rural”: estradas trafegáveis.

Durante muitos dias acompanhei os trabalhos de recuperação das vicinais, estradas devidamente compactadas no barro em alguns trechos, areias “afofadas” em outros. Inquiri ao ENT-35: “Por que estão tentando compactar areia?” Respondeu-me: “Não tem mais caçamba para coletar piçarras pra jogar nas estradas, então eles têm que trabalhar com o que está disponível”. Volto a inquirir: “Mas cadê a caçamba que estava aqui? O gato comeu?” “Não, (sorriu da referência ao “gato”). Aquela que estava destinada para esta comunidade, o contrato dela com a prefeitura terminou, e não foi renovado”.

E os trabalhos continuavam, ou tentavam continuar. Quebra de máquinas, falta de combustível, ausência de operador... E a saga seguia. Montei meu campo de observação na sede da associação, onde 15 mulheres cozinham para esses trabalhadores. Além dos problemas já citados, havia ainda as ações da natureza, e dessas ações decorreram transtornos.

Quando ocorreu uma grande chuva, a primeira após o início dos trabalhos nas vicinais, o ramal, raspado e compactado, porém não piçarrado, transformou-se em um “tapete felpudo” de lama, lisa, escorregadia, onde nem os caminhões trucados da obra puderam trafegar, pelo risco de deslizarem para fora da pista.

Consternei-me e relembro que a observação participante impõe atitudes metodológicas que o observador deve assumir em relação ao seu objeto, conforme

cita Ribas (2009, p. 44-45), “somente um ser humano pode entender as razões humanas”, portanto, entendi essa relação de sonhos, perspectivas e anseios, que permeiam a mente dos assentados, visualizando o trabalho nas estradas, e a desilusão ao presenciar tanto lamaçal. Mesmo tomando o cuidado com o envolvimento emocional, para que a subjetividade não interferisse nos fatos observados, o alcance da emoção existente naquele momento e naquele contexto me fez mais uma vez observar as distâncias entre o Brasil Real e o Brasil Ideal. E no limiar entre as teorias e a realidade (tacitamente observada), constatamos que a comunidade Afatam possui as “estradas do sol”, porque, se chover, inutilizam-se, tornando-as intrafegáveis.

Entre o prazer e a desilusão, captei alguns diálogos da equipe que acompanhava os trabalhos: “Será que, pros detentores do poder, as chuvas não fazem parte da nossa realidade? Açam que faz sol o ano inteiro?” (ENT-1); “Será se imaginam que no inverno nós não produzimos culturas rápidas, tais como cheiro verde ou alface, porque *cum* chuva não podemos escoar a produção?” (ENT- 2); “Acho que vou pedir pras minhas galinhas pararem de botar ovos, porque não tenho como sair da granja pra vender...” (ENT-30). O líder comunitário me relatou suas preocupações:

- Morador daqui, se sofrer acidente em dia de chuva, tá ferrado! Morre, porque não entra nem sai carro. A única solução é depender de processos do tempo dos avós... transportes em redes, em busca de socorro... É voltar no tempo. E o problema dos produtores, pra escoar suas produções? E o risco dos ônibus escolares, nessas ladeiras escorregadias? (ENT-35).

No dia seguinte às intempéries da natureza, presenciei um belo sol aquecendo a terra, na comunidade. Porém as estradas ainda ficaram intrafegáveis, até secar o barro viscoso. As vicinais são constituídas de ladeiras que, caso não se proceda a um trabalho condizente de recuperação, com material adequado, os veículos não sobem as ladeiras em dias chuvosos, e os que tentarem por elas descenderem, incorrerão no risco de um mergulho indesejável pelas laterais, provocados pelo lamaçal escorregadio que são os componentes básicos das suas estruturas originais.

Naquele período acompanhei ao resgate de um veículo, vítima das condições climáticas citadas, e posteriormente presenciei mais um resgate, de ônibus escolar, que deslizou para fora da pista, devido ao lamaçal. Felizmente sem vítimas.



Figura 8: Veículo do ENT-25, em acidente na vicinal enlameada

FONTE: pesquisa de campo

Instiguei o líder da comunidade, ENT-35, a respeito das condições de trabalho insatisfatória na recuperação das vicinais, ele me esclareceu:

- Quando reclamamos pela ausência da caçamba para colocar piçarras nas ladeiras, eles (os responsáveis pela recuperação), simplesmente nos dizem: não tem caçamba, então não posso fazer nada. Se tá ruim assim, nós tiraremos as máquinas, e vamos fazer a recuperação em outra comunidade, para pessoas que agradeçam pelo que estamos fazendo (ENT-35).

Pergunto-lhe se poderá realmente ocorrer a interrupção dos trabalhos, e a ENT-2, presidente anterior da associação por oito anos (dois mandatos), me esclareceu:

- *Ich!* Só pode! Tem um monte de comunidade por aqui que as condições *tá* pior que aqui, e *tão* tudo doido pelo menos por uns arremedos de recuperação, então é *só nós bobiá* que eles vão pra lá. Em 2012 eles nos largaram “na mão” aqui. Ficamos com um dos ramos principais sem fazer nadinha nele, porque foram acudir outra comunidade, pra retornar depois e terminar aqui, mas não retornaram foi nada. Aí a gente fica com receio de exigir demais, e acontecer a mesma coisa agora!

E, pela cultura do “ruim com ele, pior sem ele”, as vozes se calavam, emudeciam no medo de perder o que já por ali chegou. A ENT-1 também me relatou:

- Ontem fui noutra comunidade daqui... Em muitos lugares era só uma ‘picada’, em outras as ‘pinguelas’ eram terríveis, então me lembrei de como estavam as nossas vicinais e dei Graças a Deus pela forma que elas estão. As deles estão bem pior”.

Isto me reportou mais uma vez aos dois brasis: o que é, e o que preconiza as

normatizações. De um lado está a presença do Estado, incentivando, orientando, normatizando, ou seja, na teoria há o apoio ao produtor, quer com recursos, quer com condições a escoar a produção; por outro lado há a realidade além das teorias, em que as estruturas normatizadoras não atendem as necessidades. Observamos mais uma vez a lacuna entre o preconizado e o realizado, entre o que deveria ocorrer e o que ocorre, e não de forma velada, mas sim divulgada e constatada sistematicamente, nos mostrando carências que poderiam ser sanadas, se o Brasil Ideal estivesse mais próximo ao Brasil Real, com menos demagogias e mais democracias, e o sentimento pudesse ser expresso sem o receio das repreensões. E o mito da obrigatoriedade da fala agradecida, em decorrência da “generosidade” ofertada, assola como moeda corrente nesse mundo paralelo.

5.1 2 Saúde pública no assentamento. Cuidado ou utopia?

Nas análises sobre as políticas públicas de saúde pública nos assentamentos rurais, Soares (2006) analisou que tal ação não diz respeito apenas ao atendimento médico e ao tratamento das doenças em nível individual, mas também em termos da existência e da qualidade de serviços básicos, como hospital, posto de saúde e agentes de saúde. No Tarumã Mirim, para adentrar-se nesse contexto, entrevistei a agente do posto de saúde, nessa atividade há quatro anos, e residente na localidade desde 2001.

Ela possui grande conhecimento da área e das pessoas, pois seu trabalho consiste nas visitas domiciliares. Segundo ela, há duas formas de atendimento, relativo à área da saúde: o atendimento em local fixo (no posto) e o atendimento domiciliar. O assentamento conta com um posto de saúde, no Km 15 do ramal do Pau-rosa, com o quadro clínico que atende às normatizações, formando a estrutura da saúde da família, em conformidade com o determinado pelo Ministério da Saúde (2001, p. 77): médicos, dentistas, enfermeiras, agentes de saúde.

Nas análises dos resultados da pesquisa, o tópico “saúde” classificou-se como o 2º item a demandar cuidados, com 22,98%. Citamos algumas declarações:

- Por tanta gente que procura o posto, o Tarumã Mirim *divia* ter um posto com instalações maiores, pois ele *num* atende só a nossa comunidade, mas todo o assentamento, que são em média quase 2.000 famílias no assentamento todo. É muita gente pra poucos atenderem, e tem gente *dimais* que sofre com a *maleita*³¹ e *leshimam* (Leishmaniose), qui tem dia nem cabe dentro do *postim* (posto de saúde). Sem contar também as *buchudas* (mulheres grávidas) e a *mininada* toda (ENT-2);

- Se alguém se acidenta *num* feriado ou *num* final de semana, também é *capaiz de morrê* à mingua, se nenhum *vizim acudí* e *levá* pra Manaus. A gente pode chamar a ambulância de Manaus, que demora a *chegá*³², e se tiver *chovido* e for

31 Alcinha de malária.

32 O filho da ENT-12 sofreu acidente com o manuseio da motosserra no período em que eu fazia o trabalho de campo. Ocorreu o óbito antes da chegada da ambulância.

mais pra dentro (do assentamento), *num* chega é nunca, *porque num* consegue trafegar. É contar *cum* a ajuda de Deus (ENT-18).

As epidemias assolam o Tarumã Mirim, conforme nos relatam Nogueira e Mainbourg (2010), nos seus estudos sobre saúde/doença no Pau-rosa, mostrando que a natureza e o processo saúde/doença se entrelaçam e mantêm um vínculo constante em que a natureza ora é provedora de auxílio e segurança, ora causadora de doenças. Pelo posto são monitorados outros programas governamentais, tais como:

a) Programa Leite do Meu Filho. Favorecem as crianças entre seis meses até cinco anos. Antes de seis meses as crianças não são atendidas nesse programa, inclusive para não incentivar o desmame do leite materno antes da idade recomendada pelo Ministério da Saúde (1997). De acordo com o portal da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)³³, para que o programa alcance seus objetivos de suprir as deficiências nutricionais da criança e garantir o efetivo acompanhamento de sua saúde, as condicionantes, de acordo com o secretário Francisco Deodato (secretário da SEMSA), foram elaboradas com o apoio de um grupo técnico, composto por pediatras, nutricionistas, enfermeiros e assistentes sociais. Somente em casos específicos da impossibilidade de a criança receber o aleitamento materno é que cadastra-a, com um constante acompanhamento quando da visita mensal da agente da saúde;

b) Programa de Planejamento Familiar. Favorecem os moradores, com distribuição de preservativos, medicamentos contraceptivos, acompanhamento à gestante, com consultas, encaminhamentos a exames e ultrassonografia, em observância ao que preconiza o SEMSA,

A Equipe Técnica Municipal das Ações em Saúde da Mulher avalia e monitora ações de saúde que contribuam para garantia dos direitos humanos das mulheres e redução da morbimortalidade por causas evitáveis de forma integrada nos diversos níveis do sistema: Planejamento Familiar; Pré-Natal, Parto e Puerpério; Prevenção do Câncer de Colo de Útero e Mama; Violência Contra Mulher.

Conforme informações da DIV-2, devido à expansão do Programa de Planejamento Familiar, os serviços de parteira, antes bastante difundido entre os moradores, ora apresenta-se com pouca utilização, sendo às vezes solicitados somente pelos moradores com os costumes mais antigos;

c) Programa Bolsa Família. Esse programa exige dos pais: manter a vacinação da criança em dia; frequência regular na escola; acompanhamento médico (válido também para o Programa Leite do Meu Filho); preventivo em dia para a mãe (válido também para o programa Leite do Meu Filho). Esse programa atende às

33 Publicado em 23/08/2011. Fonte: <http://semsa.manaus.am.gov.br/prefeitura-inicia-cadastramento-do-programa-leite-do-meu-filho/>

determinações da Lei 10.836/2004, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004, de 17 de setembro de 2004, compartilhada entre União, Estados e Municípios,

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Quando questionei, no momento dessa entrevista, sobre o motivo da exigibilidade do exame Papanicolau nas mulheres, para a continuidade nos programas infantis, pois eu não conseguia assimilar um ao outro e ela esclareceu-me:

- Mãe saudável cuida melhor dos filhos. Se ela está doente, ela mal tem como cuidar de si mesma, ficando a criança carente de cuidados básicos. Dê uma olhada sobre as estatísticas no Amazonas sobre o câncer de colo de útero. É assustador. E na zona rural, se a gente não ficar de olho, elas descuidam (DIV-4).

Diante da sugestão, levantei as estatísticas sobre o câncer de colo uterino, no Amazonas, e constatei realmente que possui estatísticas alarmantes, conforme os resultados relatados por Waiselfisz (2013),

De acordo com as estatísticas de 2012 do Instituto Nacional do Câncer ([Inca](#)), o Amazonas é o primeiro no *ranking* brasileiro em número de casos de câncer de colo de útero. Isto quer dizer que enquanto no restante do País a taxa bruta de incidência para cada 100 mil habitantes é de 17,49 casos, no Estado este número sobe para 35,15, ou seja, mais que o dobro. Em Manaus, esses dados são ainda mais alarmantes: 52,03 casos para cada 100 mil mulheres. Só em 2011, a Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas ([FCecon](#)), unidade de referência no tratamento do câncer em toda a Amazônia Ocidental, registrou 226 novos casos da doença.

A DIV-2 me esclareceu que há aspectos deficitários tais como estrutura física do posto (pequena), sem espaço para um bom atendimento, confirmando o já mencionado por diversos entrevistados. As instalações funcionais para farmácia, pesagem, aferições de pressão arterial também são exíguas, demandando investimentos em infraestrutura para atender à população do projeto de assentamento Tarumã Mirim. O posto de saúde conta com outros serviços ofertados à população tais como:

a) Farmácia. Fornecimentos de contraceptivos; vitaminas; vermífugos; medicamentos: à base de ferro e cálcio; para hipertensos e diabéticos; produtos dermatológicos como pomadas, materiais para curativos, etc.;

b) Exames rotineiros. São agendados em laboratórios em Manaus, coletados no posto de saúde. Para exames mais complexos, o paciente se dirige à cidade para

esse fim;

c) Vacinas. As crianças têm acesso a todas as vacinas propícias à idade, e para os adultos há as vacinas contra a febre amarela e a antitetânica.

Nos atendimentos emergenciais, como picadas de cobras ou outros acidentes de consequências graves ou trágicas, o acidentado é encaminhado à Manaus através do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Para as ocorrências noturnas o auxílio solidário é evidente, quando o vizinho que tem carro auxilia àquele que não tem, numa interação coletiva.

5.1.3 A escola rural e a leitura de mundo: regionalizar para ensinar³⁴

O cotidiano dos alunos é fonte de informações para que eles desenvolvam o processo da escrita, no registro sistêmico das suas impressões, exercitando neles a capacidade dissertativa. Santos (2007) refuta a monocultura do saber e do rigor, sendo ela a ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico, porque contrai o presente, eliminando muita realidade que fica fora das concepções científicas da sociedade. Nessa monocultura há a rejeição das práticas sociais que estão baseadas em conhecimentos populares, conhecimentos indígenas, camponeses, urbanos, mas que não são avaliados como importantes ou rigorosos. Em contrapartida, adota a ecologia dos saberes, o qual o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, dos indígenas, das populações urbanas marginais, o saber camponês.

Nas interligações com as teorias de Morin (2014, p. 189), essa ecologia dos saberes insere-se na dialógica, porque duas lógicas, dois princípios, unidos, podem desenvolver e proporcionar o avanço da ciência, sem que a dualidade se perca nessa unidade, o que leva uma mesma prática a ser interpretada como participando de suas lógicas opostas, ou seja, o racionalismo (através da cientificidade) dialogando com o empirismo (sua prática vivenciada no cotidiano), a verificação (que possa permitir, ou não, a sua falseabilidade) com a imaginação (na formulação das possíveis hipóteses, que poderão ser ou não confirmadas), no entanto, nem por isto elas possam ser mais ou menos válidas. E esse aprofundamento da ciência só seria possível na vivência empírica daquilo que se pretende estudar, porque o saber popular também é ciência.

Pesquisas realizadas em universidades brasileiras vêm constatando a exatidão de achados do saber popular. Discussões assim podem ajudar as classes populares a ganhar confiança em si ou a aumentar o grau de confiança naquilo que já sabem (FREIRE, 1992, p. 69). Santos (2013, p. 46) complementa esse raciocínio, ao confirmar que a universidade tem um máximo de consciência possível, e é preciso explorá-lo, a partir da adoção da ecologia de saberes como uma extensão universitária ao contrário: a extensão convencional é levar a universidade para fora, a ecologia

³⁴ Mais detalhes no artigo: **A educação básica no campo e o (des)preparo cognitivo dos pais dos alunos** <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=3457>

de saberes é trazer outros conhecimentos para dentro da universidade, uma nova forma de pesquisa-ação.

A explicação de mundo faz parte da compreensão de sua própria presença no mundo. Com essa metodologia, não há dicotomias entre o viver e o aprender. E isso vem explicitado ou sugerido no que Freire (1996) chama “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra”. O professor é tão (senão) o mais importante formador de indivíduos capaz de ser semeador de progresso, de riqueza, de mais educação, e tudo a partir desse processo ensino-aprendizagem. Esse saber popular, a respeitar os conhecimentos do campo, adequando-o à realidade nos assentamentos rurais, possui seus norteamentos regidos de forma adequada, dentro dos parâmetros específicos.

Em busca de um melhor aprofundamento acerca da Educação Básica no Campo, para entender as nuances que classificaram o tópico educação em 3º lugar no quesito necessidades, com 19,73%, acompanhei pais e alunos nos seus roçados, residências e lazeres. Também entrevistei a responsável pela Divisão de Desenvolvimento Serviço de Educação e Cidadania do INCRA AM, quando ela me esclareceu que

... entre 2004 e 2008, foram implementado por meio de parceria entre INCRA e UEA, um curso de licenciatura na modalidade Normal Superior, ministrado em módulos (períodos) visando a formação de professores para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental e dois cursos de EJA – Educação de Jovens e Adultos em parceria com a UFAM, visando a alfabetização e escolarização de assentados, bem como a capacitação de professores. Estes projetos/cursos abrangeram áreas de reforma agrária de Manaus e entorno, inclusive o projeto de assentamento Tarumã Mirim.

O processo educacional apresenta-se como um dos maiores elementos formadores cognitivos no ser humano, pois, em concomitância com a educação familiar, educam-se cidadãos, criam-se mentes pensantes. Devido aos professores na zona rural serem os mediadores essenciais na formação dos indivíduos, através do processo educacional, eles se tornam os principais semeadores educacionais, conforme a fala do ENT-30, ao conversarmos sobre a educação na zona rural:

- O papel da escola aqui no interior é muito importante, porque tem muita gente aqui que não sabe ler nem escrever, e tem um montão de filhos. Eles têm o cuidado de botar os filhos na escola, mas a responsabilidade dessa parte da educação fica só a critério dos professores. Como é que eles podem ajudar nas tarefas escolares, por exemplo, se o estudo deles é bem pequeno, ou nenhum? Tem gente de bom estudo aqui dentro, mas a maioria não! (ENT-30).

Isto nos mostra o quão importante se apresenta este tópico, que é a educação, na representatividade da comunidade rural, o qual pode ser o princípio do fortalecimento

do saber, ou, dependendo do descaso, da estagnação ao fator educacional. Ademais, conforme já mencionado por muitos entrevistados, e também verificado *in loco*, muitos pais não possuem conhecimentos pedagógicos que possam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, portanto, somente a mediação em sala de aula propicia melhores aproveitamentos no processo pedagógico.

Quando esse processo se desenvolve na interação e com a utilização de metodologias, sem dicotomizar o aluno do seu cotidiano, as assimilações ao conteúdo do currículo se processam de forma eficaz. A escrita, como uma das formas ao letramento do aluno, se harmoniza no processo, quando flui dentro dos seus parâmetros sociais, através da sua vivência diária, como um continuísmo da sua rotina, transformando o aprendizado em riqueza, progresso, e tudo a partir desse processo ensino-aprendizagem, que o possibilitou a ler e escrever.

Conforme nos ensina Freire (1981 p. 13), “mais que escrever e ler que a ‘asa é da ave’, os alfabetizandos necessitam perceber a necessidade de outro aprendizado: o de “escrever’ a sua vida, o de ‘ler’ a sua realidade”, pois é na intimidade com a ação escrita, que o aluno se identifica, encontra com mais facilidade as palavras que melhor descreverão aquele fato.

No Tarumã Mirim, a representatividade do professor se torna elementar, para ministrar uma educação pedagógica adequada, inserindo as crianças do assentamento no “mundo das letras”, mundo este que, em conformidade com as teorias de Freire (1981; 1987; 2000), quanto mais próximo do cotidiano do aluno, mais próximo também a sua assimilação no processo de aprendizagem.

As instalações físicas da principal escola do Tarumã Mirim são boas, tendo a sua capacidade adequada à quantidade dos alunos, porém não são as instalações que irão educar as crianças (e também os adultos). O “material humano” é primordial, e a sua “bagagem pedagógica” também.



Figura 9 – Escola no Ramal do Pau-rosa

FONTE: Pesquisa de Campo

Como educador é necessário ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares estão vivenciando. Essa leitura de mundo, citado por Freire em diversas das suas obras, refere-se inclusive às rotinas tradicionais, que fazem parte da vivência diária de cada um. Somente assim os alunos aprenderão a “ler” a vida com mais clareza e perspicácia.

5.1.4 O elo entre dois brasis

O item “cursos de capacitações” foi classificado em 4º lugar, com 14,71% e isto nos intrigou. Ora, conhecimento nos dão ideia de otimização, produtividade, e isto não é predominante na comunidade e nem no assentamento. Para uma melhor assimilação a esse quesito, acompanhei os técnicos do IDESAM em seus trabalhos de campo dentro do projeto de assentamento Tarumã Mirim, em diversas comunidades.

Nessa trajetória pude observar que eles (os técnicos) poderiam ser os elos de interligação entre os dois brasis, ou mesmo a interseção entre instituição e assentados. Eles fazem “a ponte” entre assentado e Estado quando executam o cadastramento, quando elaboram projetos, quando ofertam conhecimentos e técnicas. Porém nem tudo se desenvolve como o apropriado ou como o planejado, conforme fragmentos da entrevista:

- As adesões são poucas no Tarumã Mirim, porque há diversas dificuldades. Nem sempre o líder da comunidade tem contato com o assentado (ou morador) para informar do evento, por diversos motivos. Alguns não querem largar seus afazeres no lote pra ir se capacitar... Outros não querem modificar suas técnicas produtivas... Os jovens, que naturalmente são mais acessíveis a novas técnicas, inovações, são presenças raras. Já foram embora, estão estudando ou trabalhando em Manaus. Os que ficam são pais, avós... Os mais idosos costumam dizer: “A vida inteira meu pai criou galinha de um jeito, e sempre deu certo, por que vou mudar?”; Ou então: “Minha família sempre plantou mandioca assim, vou mudar pra quê?” e outras justificativas... “O que vou aprender com esses garotos? Minha experiência é muito maior que a dele...”. Tem tudo isso. Nem sempre é fácil aceitar “o novo”, “o diferente”, mesmo para assimilar melhores técnicas para o manuseio mais produtivo (falas de um dos técnicos do IDESAM).

Há ainda outros parâmetros que inibem as participações nos cursos de capacitação ou nas liberações de subsídios governamentais como, por exemplo, as formas irregulares em que se encontram muitos moradores (possuem somente contratos de gaveta). Para esse aspecto é válido informar que, dentre os 70 entrevistados na comunidade Afatam, 28 deles são irregulares (40%) e 42 são assentados de forma regular junto ao INCRA, correspondendo a 60%.

- Quem não tem o documento da terra, não é oficialmente assentado, não podem fazer projetos para pegar recursos subsidiados do governo. E no Tarumã tem muitos nessa situação. Para outros que são assentados, também não o fazem,

instigados pela própria desesperança. Dizem: “já fiz um monte de projetos e não saiu o recurso, então por que fazer de novo? Vou me virando como posso” (falas de um dos técnicos do IDESAM).

Naquele momento em que eu os acompanhava no cadastramento prévio para o programa Fomento Mulher, a verba governamental ainda não se encontrava disponibilizada para tal. Nos momentos do cadastramento das possíveis tomadoras do crédito, eles sempre as informavam que nada ainda era definitivo naquele processo. Mas os sonhos daquelas mulheres, que eu presenciei, teimavam em emergir, através dos seus risos, palavras e olhares, mesmo sendo aquele somente o início de um demorado desenrolar de liberação de subsídios (se ocorresse).

Cito fragmentos da fala de três assentadas da comunidade São Sebastião (no final do Ramal da Cooperativa, no Tarumã Mirim), quando do momento do cadastramento. É válido esclarecer que nas referidas visitas, os técnicos verificavam *in loco* a área em que seria aplicado o recurso, e passava instruções, para quando (e se) viesse a ocorrer a liberação do crédito:

- Filho, quando o dinheiro sair, nós *vamo* construir aqui um galinheiro bem legal. *Vamo tê ôvo* pra vender, pintos, e até *mermo* umas galinhazinhas. Nossa vida vai *miorá* daqui pra frente, *cum* a força do Nosso Senhor Jesus Cristo. É só a gente se *agarrá* na fé que Ele acode a gente” (1ª assentada da comunidade São Sebastião a receber a visita dos técnicos do IDESAM).

- *Oia, véio* (esposo), *vamo prantá* açaí, andiroba, e mandioca³⁵. *Vamo tê* nosso pezinho de *meia*. *Vamo* fazer do jeito *qui* o *dotô* aqui tá dizendo, *qui* vai dá certo, *cum* fé em Deus. Aí a gente sai desse aperreio danado. A gente só *num* pode é *discuidá* do *qui* ele tá *insinando* pra *nóis* (2ª assentada da comunidade São Sebastião a receber a visita dos técnicos do IDESAM).

- Esses *mininos* são nossa salvação dona, eles *istão* sempre *insinando* pra gente umas coisas *qui* a gente ia *morrê* de *véia* e *num* sabia, *cumo* por exemplo *num prantá* só uma coisa. *Aconsêia* a gente a *misturá* as *prantação pra num* dá praga. Eles *trais pra nós num* é só informação não, eles *trais* também *isperança*. E disso a gente precisa *dimais* aqui no assentamento, sabia? (5ª assentada da comunidade São Sebastião a receber a visita dos técnicos do IDESAM).

O que posso definir do trabalho do IDESAM? Eles representam o elo que possibilitam a junção dos paralelos entre os dois brasis, ao proporcionar a interligação entre teoria e prática. Mas para que utopia e realidade se tornem elos que se ligam, ainda há uma longa trajetória entre dotação orçamentária, vontade política e assentamentos para assentados (e não moradores - irregulares), determinação dos beneficiários em se capacitarem, para que o elaborado nas teorias se tornem possíveis na execução do trabalho na terra.

Nesse contexto de 40% de lotes destinados a pessoas que não os assentados

35 Observei o técnico orientar pacientemente às mulheres que o plantio consorciado evita a manifestação de pragas, o que é comum nas monoculturas.

legitimados, inviabilizam todos os processos normatizados para a agricultura familiar dentro de um assentamento rural, interferindo na produtividade local. Lembrei-me, e comentei com eles sobre uma fala do *seu* José Cândido, mencionada no seminário Agroecológico da UFAM, ocorrido em dezembro/2015 na UFAM, onde ele citou: “Quando o campo não planta, a cidade não janta”, o que nos remete ao ciclo da terra, principalmente à terra amazonense, do Tarumã Mirim, que precisa sofrer correções, investimentos, para nela produzir. Mas, para tal, o próprio assentado necessita nela residir, para obter os subsídios governamentais.

Consequentemente, há a necessidade de haver técnicas e verbas disponíveis, para fechar o ciclo produtivo da terra. Porém, não somente plantar manivas, sementes ou tubérculos, mas também plantar possibilidades, para que o “homem do campo” devidamente assentado seja também o “homem da esperança”, por haver oportunidades variadas e capacidades produtivas, na terra, na água ou no imaginário que produz realizações e sustentabilidade.

5.1.5 Um projeto para quem?

Na análise ao 5º item das necessidades na comunidade Afatam, um paradoxo necessita ser esclarecido: os subsídios governamentais alcançaram a última classificação (pela pesquisa, a que demandava menor atenção ou necessidade), com 14,71%. Nos aprofundamentos das análises, constatamos que, não porque os subsídios seja um dado presente, que supre a necessidade no tocante às assistências financeiras na agricultura familiar, mas porque os assentados não “contam mais com isto”, segundo alguns relatos.

Em busca das devidas confirmações entre teoria e prática, no trabalho de campo, nas observações participantes, presenciei lançamentos de projetos governamentais, tais como Pró-mecanização, Pró-calcário e outros projetos Pró-safra dentro do assentamento Tarumã Mirim. Dentre os 70 entrevistados, acompanhei alguns em seus esforços para beneficiarem-se dos fomentos e créditos habitacionais, disponibilizados pelas instituições.

Mesmo sendo assentados (regularizados junto ao INCRA), residindo no lote, tais como ENT-1; ENT-3; ENT-4; ENT-5; ENT-18; ENT-29; ENT-33; ENT-36; ENT-40; ENT-42; ENT-53; ENT-54; ENT-60, entraves surgiram, que descaracterizaram os preconizados por lei, em desacerto entre Estado-assentado.

Esclarecemos que, no tocante aos subsídios para a agricultura familiar, os descontos beneficiam o assentado entre 40% a 85%, sendo, portanto, um crédito muito atraente. A exemplificar: Para o plano pró-mecanização com subsídios de 85%, (o produtor pagará apenas 15%), parcelado, a uma taxa de 3,00% a.a. pela Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM, conforme presenciei no lançamento ao projeto Pró-safra no Tarumã Mirim. Ao tomar conhecimento desses números, mais parece um sonho surreal, porém somente 30% (21 entrevistado dentre os 70)

já utilizaram os devidos subsídios, apesar de muito atraente.

A comunidade Afatam, tais quais muitas outras comunidades no projeto de assentamento Tarumã Mirim, possui uma característica peculiar, o que o inviabiliza para a obtenção desses recursos subsidiados, sob três aspectos, os quais merecem uma contextualização detalhada: 1º) os assentados do lazer (comparecem à propriedade somente aos finais de semana); 2º) os moradores dos lotes (sem a concessão cedida pelo INCRA); 3º) a falta da disponibilidade dos recursos (falta de dotação orçamentária).

Ao investigarmos sob outro ponto de vista, verificamos que a “maioria” dos beneficiários da terra é formada por “assentados”, correspondendo a 60,00%, conforme já mencionado anteriormente, porém, vale ressaltar que em um assentamento rural, “todos” deveriam ser assentados, e não somente a “maioria”. O problema acerca da não utilização dos subsídios conta com mais um entrave na sua trajetória entre “criar” e “efetivar” a disponibilização do recurso, pelos aspectos citados nos órgãos governamentais, tais como: “não há verba”; “o lote não tem acessibilidade para maquinários” ou “devido a crise que o país atravessa...”, ou seja, continua sem verba para subsidiar a produtividade no campo.

Selecionamos alguns fragmentos de diálogos daqueles em que nunca utilizaram verbas de subsídios para suas produções:

- Num *perdo* mais tempo de ir *atraiz* de recurso não. Nunca têm verba pra *nóis*, *intão* me viro da forma *qui* dá. Já cansei de tentar” (ENT-5, 74 anos).

-*Nóis* precisa do dinheiro é logo, mas a gente vai lá e *num* tem, dizem pra *isperá*. Mas *cumo isperá*? *Nóis* tem *qui* produzi logo, *sinão num* tem jeito. *Nóis vive* do que cultiva. Se for ficar só na *ispera*, *vamo morrê* é de fome, e eu tenho força de trabaíá, *intão* vou tocando. A terra tá aqui, *num* é muito boa, é fraca, mas tá disponível. Água também tem. *Intão* é *trabaíá* (ENT-40, 49 anos);

-Não podemos preparar uma parte da terra e parar, *isperando* surgir recursos, *sinão* o que já fizemos se perde com o tempo. É preparar e *pruduzi* logo... Por isto que nem corro mais atrás, *sinão* eu *perdo* até o que já fiz na terra com meus parques recursos, sem ajuda de ‘lado de lá’, *qui* sei *qui* é difícil de chegar. Às *vez* chega pra um, pra outro, mas é difícil... (ENT-42, 40 anos);

- Na minha piscicultura, não posso conseguir os alevinos e esperar recursos do governo pra escavar mais tanques, nem posso escavar os tanques e ficar esperar recursos pra compra de alevinos. Não posso [...] esperar recursos federais pra comprar as rações pros peixes, senão eles morrem de fome. E eles morrendo, eu morro também, né? (Risos). Uma coisa é ligada à outra, e demanda agilidade, que é o que não temos quando precisamos de recursos “do lado de lá”. Isso deixa a gente tão *disisperançoso*, *qui* nem conto mais *cum* isso (ENT-50, 37 anos).

Quando da minha entrevista com o engenheiro do IDAM, confirmou-me ele sobre problemas tais como insuficiência de verbas, existência de moradores sem autorização do INCRA (irregulares), inadimplência de diversos assentados junto aos

bancos, advindos de acordos subsidiados não quitados, etc.

Essa somatória de problemas instigam as distâncias cada vez mais aparentes entre esses dois brasis – um que cria esperanças (Estado), e outros que vivem desesperançados (assentados).

Nas análises de mais esses entraves detectados no que concerne à produtividade no Tarumã Mirim, constatamos que as problemáticas não são prerrogativas somente do Estado ou somente dos assentados, mas de ambos.

6 | A DIVERSIDADE DOS PUXIRUNS NO TARUMÃ MIRIM

O puxirum (ou mutirão) é o ajuntamento de pessoas para executar uma tarefa, originada da necessidade ou do desejo de alguém. O pagamento da diária se dá através da troca do serviço, e não através de dinheiro. Os puxiruns tradicionais, executados no decorrer do dia, possuem os seus adeptos (MATOS, 2015), bem como arregimenta controvérsias, por haver uns que trabalham menos que os outros. Porém, independentemente dos prós e contras, a socialização é elemento presente nessa forma de trabalho. Existem os puxiruns que são feitos durante o dia; outros, à noite; e outros ainda, pela madrugada. Essas escolhas são selecionadas no Tarumã Mirim levando-se em consideração, principalmente, as condições climáticas e os tipos de cultivos.

Os puxiruns do dia são aqueles para os quais a temperatura ambiente não importa, tais como a farinhagem, o preparo do solo etc.

Os da noite são os cultivos aos produtos sensíveis às temperaturas elevadas, sendo a sua colheita adequada à noite, tais como o cheiro-verde, a couve e a alface. Se manuseados em altas temperaturas, a sua qualidade fica comprometida, e leva-se também em consideração que eles têm que estar no ponto de distribuição (geralmente Feira da Manaus Moderna e Feira do Produtor) às cinco horas da manhã, para serem comercializados no mesmo dia da colheita.

Os da madrugada são os cultivos em plasticultura³⁶, que, em dias de colheitas, se iniciam muito cedo, geralmente às duas horas da manhã, para fugir das temperaturas elevadíssimas após as 11:00hs nas estufas. Após esse horário não é aconselhada a colheita, pelo risco da excessiva desidratação dos indivíduos, levando-os inclusive a desmaios.

6.1 O puxirum comunitário: os cultivos de muitos donos

Na comunidade do Pau-rosa, que forma adjacência com a comunidade

36 Cultivo utilizando plásticos. Os transparentes são para os tetos das casas de plantio, que mantêm a temperatura e umidade elevada em seu interior e protegem das chuvas e intempéries, sendo muito usadas para abrigar sementeiras e cultivos mais exigentes/delicados, como pimentão, tomate, rosas etc. Os plásticos pretos são para o solo, em culturas como a do morango, para evitar a perda de umidade do substrato e impedir o contato deste com o fruto.

Afatam, existem as plantações em sistema comunitário, desenvolvidas no terreno da associação de moradores por aqueles que possuem lotes sem possibilidades de mecanizarem ou pela inacessibilidade para escoarem as suas produções, devido encontrarem-se assentados em áreas isoladas, às quais o acesso se dá somente a pé ou de motocicleta. Formam-se equipes de sete pessoas em cada tipo de cultivo, sob a coordenação da líder daquela comunidade.

Percebi a formação de duas plantações diferenciadas, cada uma com sua equipe: cheiro-verde e pimenta-de-cheiro. Cada dia da semana fica sob a responsabilidade de um dos participantes da sua equipe, para irrigar a produção, ou retirar as gramíneas daninhas, que teimam em nascer em meio às plantações. Nas tarefas que exigem maiores empenhos, tais como arar a terra, ou no dia da colheita, todos da equipe específica se reúne e executam os trabalhos.



Figura 10– Plantações no sistema do puxirum comunitário no Tarumã Mirim

FONTE: Pesquisa de campo

Nesse puxirum comunitário, todos trabalham e contribuem para a economia local, e o puxirum ainda atende ao apelo originado da precariedade de escoamento, por ser executado às margens do ramal principal, que é asfaltado. É uma forma de terem uma renda e ficarem com os outros dias da semana para trabalharem em outros locais, ofertarem mão de obra por diária ou empreitada, ou ainda cuidarem dos seus próprios lotes.

6.2 O puxirum do dia: farinhagem

O processamento das variedades da mandioca, em manipulações que se transformam em farinha, goma, polvilho, manipueira, tucupi etc. obedecem a uma ordem de elaboração, sendo um processo interligado e interdependente. Matos (2015) relata que a prática e a técnica de cultivar o solo, especialmente a produção de mandioca para a farinha, faz parte da vida de moradores de comunidades

amazônicas. A mandioca, após beneficiada, mantém uma das principais misturas na alimentação por todo o ano (idem, p. 200). É cultivada em 20% dos lotes da comunidade pesquisada, cultivo esse comum no Amazonas, conforme também relata Costa (2015, p. 98), “comumente comercializada na forma de farinha, produzida a partir de técnicas manuais tradicionais”. Devido ao fato de a fabricação de farinhas fazer parte da cultura local, através do sistema de puxirum, resolvi acompanhar uma farinhagem no lote da ENT-2.

As guloseimas com as derivações da mandioca são relatadas também por Batista (2007, p. 74), que confirma que “a mandioca ‘brava’ e a ‘macaxeira’ são (...) a base de todas as apresentações industriais e culinárias da planta”, sendo a mandioca “brava” usada na produção da farinha e a macaxeira nas preparações domésticas, (cozida, frita, assada etc.).

A farinha-d’água, no Tarumã Mirim constitui o tipo preferido para a alimentação. Em qualquer residência visitada para as entrevistas, percebi sobre as mesas e nos armários a presença de tal produto como composição básica da alimentação. O consumo da farinha assemelha-se ao consumo do arroz, e supera o consumo do feijão; combinada com o peixe, seu consumo triplica.

Na pesquisa de campo, em observação participante, em 05 de março de 2016, acompanhei na residência da ENT-2 os procedimentos ao puxirum da farinhagem. Encontravam-se também presentes: ENT-1, ENT-12, ENT-13, ENT-35, DIV-1, TRU-14 e o esposo da ENT-2. Esclareceu-me a ENT-2:

- Existe a mandioca braba, que a gente diferencia da macaxeira, pela sua maniva [caule], que só serve para a fabricação de farinha, do pé de moleque, pra goma e polvilho. Existe também a mandioca mansa, que a gente chama de macaxeira, que serve pra fazer a farinha. A macaxeira serve também pra ser *cumida cozida* e pra fazer mais diversas variedades *di cumidas*. O processo inicial pra fazer as cinco farinhas [d’água, uarini, ova, ovinha, branca] é *paricido*, o que diferencia são os acabamentos finais ou as misturas. Somente a mandioca brava fica no molho no período aproximado de quatro dias, dependendo da qualidade da mandioca. O molho é para retirar a parte venenosa da mandioca. A gente sabe que a mandioca *tá* no ponto de sair do molho pelo tato. Desse processo a gente extrai a goma para fazer a tapiocinha, o polvilho doce, o polvilho azedo, a tapioca de bolinhas e diversas outras coisas.

Ao solicitar que ela me descrevesse pausadamente como se faz a farinha, passei a compreender a complexidade do processo. No dia seguinte, observei-os arrancarem as sacas de mandioca e descascarem para colocar de molho em grandes caixas d’água. No arranque, seguravam com firmeza o caule e, com um impulso, os tubérculos eram retirados de dentro do chão. ENT-2 me explicou que só fica de molho com casca se a água for corrente. Se for água parada, é preciso ser sem casca. Eles iriam trabalhar com o processo do molho na caixa d’água; portanto, havia necessidade de descascá-las.

Para os “farinheiros profissionais”, o processo aparentava-se fácil, devido à prática adquirida por diversos anos executando tal tarefa. A faca deslizava suavemente no tubérculo. Após descascar a metade do tubérculo, eles o jogavam para cima, formando uma pirueta (da mandioca), e o aparavam, para descascar a outra parte. Nas vezes em que tentei fazer o mesmo, a mandioca caía, ou eu me atrapalhava com a faca, me cortando.

Quatro dias depois, acompanhei mais uma vez homens e mulheres arrancando mandiocas, para serem raladas e misturadas posteriormente com as que se encontravam no molho dentro das caixas d’água. Perguntei que quantidade teria de ser arrancada, e ENT-2 explicou: “São quinze sacas, para serem misturadas nas doze que estão no molho. Mas nós colocamos sempre umas caixas a mais de mandioca no molho, para fazermos as uarini, ova e ovinha”. Após terem arrancado a quantidade necessária, amontoaram-na na “casa da farinha”, para no dia seguinte serem descascadas e raladas, para fazer a mistura com aquelas que se encontravam no molho nas caixas d’água.

Ralando a macaxeira: a mandioca que estava no molho foi retirada da água e colocada em gamelas³⁷. Enquanto uma turma retirava os talos das mandiocas que se encontravam no molho, outra ralava as que tinham sido arrancadas no dia anterior. A ralagem foi feita no caititu³⁸. Fala-se “ralar” ou “cevar”, por isto a “bola de ferro” é conhecida também como cevador. O produto ralado foi recolhido em gamelas e depois a massa foi misturada com a que ficou de molho. O período do molho foi de quatro dias; ao apertá-la, percebi que a massa estava bem mole e macia. Retiramos a mandioca da água, separamos os fiapos que existiam pelo meio delas. “Quanto mais tempo a mandioca fica de molho, mais ela fica macia”, explicou-me ENT-2.

- Mas *num* pode “passar do ponto”, *sinão* a farinha fica ruim. Quanto mais macia fica a massa, mais macia ficará a farinha. Se retirar a mandioca antes do tempo certo, a farinha fica *cum* caroços ásperos, duros. Se retirar após o tempo certo, ela ficará *cum* o gosto muito azedo. *Vamo* misturar a parte daquela que ficou no molho, com a que foi ralada na hora. Após a mistura, deixa descansar por um dia.

Prensando massa e fazendo farinha: após o “descanso” por 24 horas da massa misturada, ela foi lavada e levada à prensa, para ser retirado o excesso de água. Com essa prensagem, foi retirada a parte grossa, para ser feita a farinha; a parte fininha, que fica na gamela, formou dois produtos: a goma e a manipueira. A parte líquida, denominada manipueira (líquido de cor amarelada), não pode ser descartada na natureza de forma incorreta, pois é tóxica e pode causar a morte de animais.

Fazendo farinha d’água: o processo de prensagem demorou em média 30 minutos cada porção. Após a prensa, todo o produto foi peneirado e levado ao forno bem aquecido. O processo da torrefação demandou esforço e técnica, pois era

37 Vasilha de madeira, grande, em formato de bacia oval.

38 Bola de ferro com saliências ásperas, para ralar a mandioca. Alguns denominam também de cevador.

necessário mexer constantemente o remo, em um vai e vem incessante, até ficar no ponto bem torrado. “Aí está pronta a farinha d’água”, falou-me orgulhosamente a ENT-2. Esclareceu-me ainda mais um detalhe:

- O segredo mais importante da farinhagem é na hora de torrar. Se o forno não *tivé* aquecido da forma correta, e no ponto exato, ao jogar a massa no forno, ela embolora, virando só um imenso beiju, que depois dá *trabaio* para soltar, por isto que nós aqui *vamo* colocando aos poucos, e mexendo sempre, para ficar sempre soltinha, e com uma coloração boa. Não fica aquela farinha *cum* uma parte amarela, outra embranquiçada. Fica uma cor bem igualzinha...



Figura 11 – Forno para torrefação da farinha no lote da ENT-2

FONTE: Pesquisa de campo

Fazendo as farinhas especiais: as farinhas uarini, ova e ovinha foram feitas somente com a massa que ficou de molho por quatro dias. Observei que a massa realmente se encontrava bem macia. “Mas rende bem menos do que quando adiciona a mandioca ralada, crua”, explicaram-me os farinheiros. Após a retirada dos talos, a massa foi para prensa, conforme observei quando da manufatura da farinha d’água. Em seguida à prensagem, foi peneirada.

O processo para a torragem seguiu idêntico ao da farinha d’água: forno quente e mexendo-se constantemente com o remo. Após torrada, peneirou-se novamente. A porção que caiu pelos furinhos da peneira é classificada como a ova, e a que ficou na peneira é a uarini e foi reservada em outro recipiente. Para extrair a ovinha, que são as menores bolinhas da farinha, usou-se uma terceira peneira, mais fina ainda. Cada peneira diferencia-se da outra pelo tamanho dos furos. No processo de farinhagem, há três tipos de peneiras: a 1ª para peneirar a massa prensada; a 2ª (intermediária), para separar a uarini da ova; e a 3ª (a mais fina de todas), para selecionar os menores grãos, que formam a farinha ovinha. Entendi porque a ovinha é tão cara!

Fazendo a farinha branca: para fazer farinha branca, selecionaram-se somente as espécies que tinham a raiz branca. Esta parte não ficou no molho, porque foi utilizada a macaxeira, ou “mandioca mansa”. A torragem seguiu o mesmo processo das anteriores, já descritas.

Extraindo a goma: No processo de prensagem, o que escorreu entre as peças da prensa formou a goma. Aquele produto “escorrido” ficou em “repouso” por três horas, até haver divisão consistente: a água em cima e a goma embaixo. A primeira água do processo gerou o tucupi. Colocou-se o líquido (o tucupi) em um recipiente, e a parte sólida (a goma) em outro. Foi posicionado um pano em cima da goma, “pra puxar o excesso de água”, explicou-me ENT-2. No dia seguinte, peneirou-se a goma, ficando no ponto de fazer a tapiquinha.

Fazendo o polvilho: para a goma ser transformada em polvilho, foi necessário colocar parte da goma ao sol durante três dias, também envolta no pano, para continuar absorvendo a água. Para o polvilho doce, a diferença observada foi que a goma foi lavada duas vezes, para extrair o excedente da manipueira. Parte formou o polvilho azedo, porém somente para que eu pudesse presenciar como se faz um e outro; ENT-2 relatou que prefere trabalhar somente com o polvilho doce, por ter mais procura. Para formar o polvilho azedo, a goma ficou na água com a substância do tucupi por cinco dias, para azedar. Há receitas que são feitas com o polvilho doce, outras com o polvilho azedo. O que diferencia a goma e o polvilho é o tempo de secagem. O polvilho é seco ao sol, e a goma, somente no pano. Após a secagem, o peneiramento se faz necessário em ambos os processos.

Fazendo a farinha de tapioca: após o pano puxar o excesso da água, a goma é peneirada, para no forno ir torrando aos poucos. Na torrefação, quando ela “pipoca” é porque está no ponto – no forno, ela pula tal qual milho de pipoca. A diferenciação entre goma, polvilho e tapioca é a seguinte: a goma é preparada de imediato (tão logo tenha ocorrido a separação entre manipueira e goma); a tapioca é a goma torrada, e o polvilho, tanto o doce quanto o azedo, vai ao sol para sofrer o processo de secagem.

6.2.1 A bricolagem com os excedentes da mandioca

Uma cultura popular é ao mesmo tempo uma cultura de aceitação e uma cultura de negação, em um vai e vem de interposições, em uma dialógica, ou seja, duas lógicas, dois princípios, unidos, porém sem que a dualidade se perca nessa unidade (MORIN, 2014, p. 189), o que leva uma mesma prática a ser interpretada como participando de suas lógicas opostas. A atividade de bricolagem nas classes populares pode ser analisada como dependente da necessidade, como um prolongamento da alienação do trabalho, pois o próprio operário seria obrigado a realizar o que ele não tivesse condições de adquirir. Em análises análogas, o trabalhador realiza atividades de bricolagem, por não saber o que fazer no seu tempo livre, e, ao mesmo tempo,

fabrica o que ele não tem condições financeiras de adquirir de outrem (CUCHE, 2002, p. 155).

Outros pesquisadores afirmam que a bricolagem é também uma criação livre, em que o indivíduo é o dono da gestão de seu tempo, da organização de sua atividade, da utilização do produto final. Este segundo aspecto explica o sucesso da bricolagem, ao reintroduzir um espaço de autonomia num universo de obrigações. Em marcenarias, por exemplo, a utilização das “pontas” de madeiras não utilizáveis para a fabricação dos componentes comerciais transforma-se em “brincadeiras”, nas quais os “artistas natos” ativam suas criatividade e criam peças dignas de admiração, e tal ação interrompe o ato do trabalho propriamente dito, por um momento de descontração na criação da sua “obra”.

As ações de tricô ou bordados a utilizar retalhos e guardanapos também se inserem nesse conceito. Essa mesma bricolagem encontrei no puxirum da farinhagem, ao observar a técnica da “artesã da mandioca”, como a ENT-2 é alcunhada na comunidade, por “brincar” com as diversas derivações da mandioca após os trabalhos tradicionais da fabricação da farinha e seus complementos que geram renda econômica. O resultado das suas bricolagens, relatados em seguida, é distribuído gratuitamente à comunidade.

Transformando a manipueira em tucupi, fertilizante, pesticida e carrapaticida: a manipueira, líquido amarelo colhido na prensagem da mandioca, a ENT-2 utiliza para fazer a sua *bricolagem* em diversas fabricações:

Transformando a manipueira em tucupi: há duas formas de preparar o tucupi. Uma delas foi através da sua fermentação, e a outra, através do cozimento; ambas com o objetivo de eliminar as toxinas (ácido cianídrico) existentes no líquido. Na fermentação, a manipueira foi reservada em um recipiente e deixada no sereno por três noites; depois foi fervida com alho, sal, pimenta-de-cheiro e coentro. No cozimento, foi fervida por mais tempo (pois não houve a fermentação) e, após seu resfriamento, recebeu os condimentos apropriados.

Transformando a manipueira em fertilizante: adicionado o mesmo tanto de água (na proporção de um para um) e após 24 horas da mistura, está pronta para ser aplicada no solo, que deve descansar por duas semanas. Após esse período, o solo está fertilizado, pronto para que nele se plante o cultivo que desejar.

Transformando a manipueira em pesticida: adicionando-se uma medida para cada cinco litros de água, o produto pode ser utilizado para o controle de pragas nas folhas das hortaliças. Após pulverização, segundo a ENT-2, as pragas não atacam as folhagens, que se desenvolvem de forma saudável e podem ser consumidas pelos indivíduos, sem danos à saúde.

Transformando a manipueira em carrapaticida: ENT-2 me relatou ainda outros benefícios de produtos originados da manipueira, tais como carrapaticida para cães (na proporção de um para um) e veneno para formigas (puro, colocado no formigueiro e vedando-se a entrada).

6.3 O puxirum da noite: colhendo cheiro-verde

Particpei de um puxirum da noite no lote do ENT-6 no dia 02 de abril de 2016, colhendo cheiro-verde. Observei, nos entremeios entre a preparação e a execução da tarefa, as brincadeiras, as descontrações, as imbricações do lazer em meio ao trabalho. O cheiro-verde é formado pelo coentro (*Coriandrum sativum*) e pela cebolinha (*Allium schoenoprasum*), que geralmente são adquiridos conjuntamente pelos consumidores. Segundo me explicou o beneficiário da terra, quando o coentro alcança a altura de trinta centímetros, está no ponto exato de ser retirado do solo. Tamanho abaixo disto está impróprio, por encontrar-se muito frágil, e maior, inicia-se a floração, formando talos duros e coloração esbranquiçada devido às flores, perdendo-se a também a qualidade do produto. A cebolinha é plantada em leiras separadas, e a colheita é efetuada ao mesmo tempo, para formar o par perfeito com o coentro.

No projeto de assentamento Tarumã Mirim, para as produções em escala comercial de cheiro-verde, é utilizado o processo da plasticultura, que possibilita a produção durante o ano todo, pois independe das condições climáticas. Ademais, em produções fora da plasticultura, gotículas de chuva caindo sobre os canteiros podem provocar o rompimento do caule da plantinha, que é bastante sensível, deitando-a sobre a terra, o que prejudica o seu desenvolvimento.

A casa de plasticultura mede geralmente sete metros de largura por quarenta metros de comprimento, salvo algumas exceções. Cada casa é formada por quatro leiras, com os canteiros geralmente de um metro de largura, com solo bem adubado, e há, tanto entre as laterais quanto nas laterais, um espaçamento de aproximadamente sessenta centímetros, que permite a passagem do coletor, para o processo de cuida e de arranque na colheita.

Cada leira forma de 150 a 300 maços, dependendo da qualidade do cultivo. Cada maço é formado por uns 100 pés de cheiro-verde, ou seja, cada casa tem produtividade entre 600 a 1.200 maços. É costume na região plantar uma ou no máximo duas casas por semana, em cada lote, para uma rotatividade constante. Plantando todas as casas de uma só vez, o tempo da colheita também ocorrerá na mesma época, podendo ocorrer perdas, tanto por falta de mão de obra, que tem que ser bem condensada em uma única noite de colheita, e também porque poderão ocorrer excedentes produtivos naquela semana, impulsionando à queda no preço, ou falta de mercado consumidor.

O puxirum iniciou-se às 18:00hs, quando o clima estava mais ameno. O processo para a colheita é fácil, porém muito cansativo, porque é um trabalho que o agricultor executa com a coluna vertebral curvada, para arrancar o produto do chão. A um simples puxão ele sai da terra, que é bem fofa, adubada. No dia do puxirum não é molhado o canteiro, para a terra não ficar muito grudada nas raízes. Arranca, sacode o maço para retirar a areia excedente presa em suas raízes. Segura

no meio do maço, esfiapa com as mãos as raízes, para a retirada do restante da areia que permaneceu grudada. A raiz tem que ficar sem resíduos aparentes. Após o descarte da areia, o processo de esfiapamento se concentra na retirada das folhas amareladas ou que possam interferir na amarração, que tem que ser feita somente sobre os frágeis caules.

O produto tem que estar com aparência limpa, porém sem o uso de água, para não iniciar o processo de deterioração precoce. Há toda uma técnica nas amarrações, para não ficar muito apertado, senão os caules se rompem, nem muito frouxo, senão os fiapos do cheiro-verde vão caindo. Há ainda o cuidado para a uniformização no tamanho do maço, para não ficarem uns muito pequenos e outros maiores. Às 22:00hs terminamos o puxirum na segunda casa, totalizando 2.100 maços de cheiro-verde. Acondicionamos em grandes caixas pretas, de plástico, amontoadas umas sobre as outras, devidamente encaixadas, para não amassar o produto. Após o encaixotamento, o produtor seguiu para Manaus, a proceder a venda da sua colheita.

Observei o retorno do ENT-6, após a entrega da sua produção, cansado e realizado, por mais uma venda concretizada. Trouxe pão francês, comprado na cidade, para alegrar os parceiros de colheita. Enquanto na cidade o pão francês apresenta-se como um componente tradicional no café da manhã de diversas famílias, no Tarumã Mirim é apreciado como um alimento esporádico.

Os participantes dos puxiruns geralmente são os mesmos e vão se revezando nos lotes, que demandam muita mão de obra somente nos dias de colheita. Podemos entender que parte da descontração ocorrida nos puxiruns se deva a essas aproximações afetivas, por serem conhecidos de longa data. Percebi também a confiança entre eles, da parte do anfitrião para com os participantes e vice-versa, para a execução dos trabalhos, exceto no meu caso, que mais atrapalhava que contribuía.

Nos períodos produtivos fora do dia da colheita, somente o produtor e membros da sua família desenvolvem suas culturas de forma rotineira. Após o desjejum, retornamos para nossas casas, com a certeza de que havíamos cumprido satisfatoriamente o nosso papel na socialização produtiva.

6.4 O puxirum da madrugada: a colheita do pimentão

O puxirum da madrugada ocorre nas produções do sistema de plasticultura do cultivo do pimentão (*Capsicum annuum* L) ou de qualquer outro cultivo sob as casas de plástico em que o produto não necessite ser comercializado no mesmo dia da colheita. Participei também do puxirum da madrugada. No dia anterior, os participantes convidados – ENT-6, ENT-27 e ENT-69 – já dormiram na casa do ENT-35. O tamanho das casas de plasticultura segue o mesmo padrão estipulado para a cultura do cheiro-verde, até mesmo para facilitar o rodízio de culturas. O espaçamento de plantio entre um pé e outro é de 40cm, totalizando 920 pés de

pimentão em cada casa.

Para colher o pimentão são necessárias, além do cuidado, técnicas diferenciadas, para evitar a quebra do “olho” da planta. A retirada do fruto também requer técnica: este deve ser sempre impulsionado para cima, pois se erradamente for puxado para baixo provoca “rasgadura” no caule da planta, proporcionando a entrada de fungos e bactérias, prejudicando o seu desenvolvimento posterior, pois poderá haver contaminação de parte da leira antes da pulverização, que é realizada logo após a colheita, para selagem protetiva do local onde antes havia o fruto.

A produtividade varia entre 350 a 500 kg de pimentão em cada casa, sendo coletados os frutos a cada dez ou 15 dias. Cada casa possui uma vida útil de sete a oito meses. Após este período, os frutos vão diminuindo de tamanho, perdendo o seu valor comercial, e os insumos despendidos não compensam para manter a casa produzindo.

Os frutos são coletados um a um e colocados em saco de linhagem, descartando-se aqueles que apresentem colorações diferentes ou tamanhos reduzidos. Os dedos das mãos dos colhedores ficam tingidos manchas escuras, porém não é indicado o uso de luvas, porque o tato é essencial na seleção do fruto, que necessita estar na consistência ideal. Frutos antes do “ponto” apodrecem rápido, comprometendo a qualidade produtiva, e após o “ponto” a coloração já está se modificando, o que também influi na seleção e qualidade.

O puxirum da colheita de pimentão possui predominância masculina, devido ao horário em que é executado e ao peso do recipiente, que fica preso à cintura, enquanto o catador anda entre as leiras, executando a colheita. Ao ficar cheio o recipiente, geralmente um saco de linhagem, ele é destinado ao pesador, que, após pesagem (10 kg), faz a vedação do saco (de linhagem ou fibra), depositando-o onde não incidirá sol ao raiar do dia. O trabalho de coleta findou-se nas três casas às 10:00hs da manhã, quando o calor já estava quase insuportável embaixo da cobertura plástica das estufas.

Os veículos disponíveis não foram carregados com a produção logo findos os trabalhos para que o produto não fosse transportado debaixo de temperaturas altas, tendo-se aguardado uma temperatura mais amena para transportar os 1.150 kg coletados para serem entregues na Feira do Produtor, em Manaus.

É válido esclarecer que tanto o cheiro-verde quanto o pimentão da comunidade são colhidos quando já há destinação correta e preço negociado, porque são produtos que não podem ficar à mercê de negociações posteriores. Nas raras vezes em que o ENT-6 tentou vender sem o cuidado da pré-venda, houve queda de preço, por ter de ser vendido logo, a qualquer preço, e também perda de qualidade, pela demora em descarregar o produto. Os outros produtores, ao tomar conhecimento sufoco do parceiro, não incorreram no mesmo erro, salvo raríssimas vezes em que os produtos teriam que ser colhidos senão “passavam do ponto”, e o receptor tradicional não estava necessitando do produto. Nesse caso, ou se perdia tudo, ou se perdia parte.

Devido a isso, a rede de contatos entre produtor e atacadista mantém-se sempre bem atualizada, para que aquele tenha sempre onde escoar as suas produções.

Santos (2013, p. 91) analisa que a cidade é um polo indispensável ao comando técnico de produção, a cuja natureza se adapta. Essa adaptação no processo produtivo e comercial, relacionado com o comércio, os preços, os subsídios, o custo do dinheiro etc., tem sua sede fora da região produtiva e seus processos frequentemente escapam ao controle (e até mesmo ao entendimento) dos principais interessados, que são os produtores. Isso leva à tomada gradativa de consciência pela sociedade local de que lhe escapa a palavra final quanto à produção local do valor.

7 | AS CONFIGURAÇÕES E AS INTERDEPENDÊNCIAS SOCIAIS³⁹

O processo civilizador é uma teoria. Um estudo de longo prazo que norteia como os indivíduos mudam suas formas de se comportar e sentir. Segundo Elias (2011), se caracteriza onde as estruturas emocionais e comportamentais incorporam-se, moldando, modificando e transformando comportamentos que acontecem na sociedade. Essas regras inserem-se em inter-relações sociais, integram-se no nosso cotidiano, pois desde cedo nos são ensinadas, em nome da boa civilidade. Elas são adquiridas desde a primeira infância, passando aos ensinamentos escolares, e estendendo-se nos relacionamentos profissionais, numa rede figurativa de relacionamentos, formando as configurações sociais.

A convivência diária nos mostra que o “outro” faz parte da nossa vivência, da nossa socialização. Afinal, de que serviriam todos os saberes senão para formar uma configuração que responda às nossas expectativas, nossos desejos, nossas interrogações cognitivas? (MORIN, 1999). Os comportamentos ditados pelas emoções sem o “filtro” das regras normativas, sem controle moral, fluidas somente de instintos, remeteriam o ser humano à condição de irracional, afinal, o homem é “um ser plenamente biológico, mas se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível” (idem, p. 53).

As atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comum e investidas de sentimentos de vergonha (ELIAS, 1993), tais como defecar perante os outros, comer alimentos diretamente do chão, andar nu. A peculiar trama de independência e dependência, de necessidade e capacidade de decidir sozinho, por um lado, e de impossibilidade de decidir sem levar em conta o “outro”, devido às diversas concepções sociais, tanto emanadas de si, como em obediência norteadas pelo Estado, podem produzir tensões consideráveis, instigando os indivíduos a controlarem suas emoções.

O desejo de estar inteiramente inserido na sociedade (ELIAS, 1994, p. 124), caracteriza o homem como diferente de outros animais, pois carrega sobre si o ônus e o bônus do processo civilizador. O ônus porque “obriga-o” a seguir normas preestabelecidas pela sociedade, e o bônus porque ele beneficia-se desse processo,

39 Maiores detalhes no artigo: **O “eu” e o “nós” analisados pela teoria elisiana: o processo civilizador e as inter-relações sociais no contexto rural** <http://oldgrt.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=8594>

controlando ações e comportamentos, permitindo uma convivência onde os direitos são respeitados, os limites sociais observados, levados pelas imposições sociais e pela necessidade de sobrevivência em comunidade.

Conforme cita Elias (2011), uma responsabilidade enorme vai pesando sobre os indivíduos à medida que ele se civiliza, porque quanto mais evoluem, mais a sociedade lhes cobra comportamentos civilizados, emoções controladas, ações concernentes ao que deles se espera. Devido viver em sociedade, as normatizações formam direcionamentos a instigar à obediência a elas. Estes fatores caracterizam o desenvolvimento da sociedade. Elias, (1994, p. 103) nos cita que essas relações – todo o estilo de sua coexistência social – levam cada vez mais a um controle geral dos afetos, à negação e transformação dos instintos. À medida que prossegue essa mudança social, os indivíduos vão se desenvolvendo, as pessoas são mais e mais instadas a esconderem de outros ou até de si mesmas, as funções corporais ou as manifestações e desejos instintivos antes livremente expressos. Nessa contextualização, o homem evolui, e uma mudança no padrão de comportamento vai se adequando em conformidade com as normas sociais. Aquilo que se apresenta como um processo de individualização crescente, mas dentro das normas sociais, ou seja, o seu “amadurecimento como pessoa”, é visto como um processo de civilização.

As tensões entre os ditames e proibições sociais, internalizadas como autocontrole, e os impulsos espontâneos reprimidos, esse conflito no indivíduo, essa “privação” – como sentimentos de vergonha ou embaraço - desperta a sensação de ser único nas suas emoções, fazendo parte do universo social (ELIAS, 1994, p. 103). Nesses processos civilizadores, em conformidade com Elias (2011), observamos dois aspectos inerentes aos seres humanos, quer em âmbito social, quer individual: a Psicogênese e a Sociogênese. Apesar das referências isoladas, elas estão intrinsecamente interligadas, devido à ocorrência de uma interferir e direcionar a outra.

A Psicogênese altera o desenvolvimento da psique do indivíduo, norteando-o a comportamentos ditos “adequados” na sociedade, ou seja, a transformação que ocorre na estrutura da personalidade do ser individual. Na primeira infância, por exemplo, a criança não controla suas emoções, chora livremente, defeca e urina na roupa, enfia o dedo no nariz, etc., porém, à medida que ela vai se desenvolvendo no seu meio social, ela vai assimilando comportamentos que, se antes era tido como “engraçadinho”, ou natural, ora se torna inadequado.

A Sociogênese são inúmeras transformações que ocorrem constantemente nas estruturas das sociedades, produzindo modificações nas inter-relações sociais. A sociogênese e a psicogênese ocorrem reciprocamente no interior dos processos históricos de longa duração, direcionando as mudanças no comportamento dos indivíduos que vão se adaptando, se remodelando, conforme os fatos históricos e sociais, ocorridos no interior das sociedades. Esses comportamentos individuais, que instigam às adequações sociais, vão nos “modelando” a adequar o “eu” no “nós”

como sociedade. Essas modificações sociais nos estimularam ao entendimento desse processo.

As regras sociais deste século diferem-se das dos séculos anteriores, porque o que antes era aceito como normal e social, foram se readequando, se modificando. Isto é o autocontrole como fruto do processo civilizatório norteando comportamentos, quer perante a sociedade, quer perante a si próprio. Essas relações geram as interdependências, que formam as junções entre os seres sociais, interligando-os nas suas ações.

A rede de interdependência entre os seres humanos é o que nos liga, pois o “eu” encontra-se intrinsecamente embutido nas ações praticadas por “eles”, visto que muito do que “eles” praticam é, direta ou indiretamente, destinado a “mim”. Cada qual funciona como elo, numa trama de ações, de capacidades para vivenciá-las ou executá-las, se interpondo em direção a uma meta social, em uma interdependência evolutiva (ELIAS, 1994, p. 111). Essas interdependências e inter-relações são as figurações às quais os indivíduos interagem, que não há como haver um isolamento social.

Ao utilizarmos a madeira no processo industrial final, ao adquirir os móveis para o nosso lar, as janelas e portas (de madeira) nas nossas construções, aos caibros das nossas casas, usufruímos desse produto sem o conhecimento da certificação ambiental. Essa madeira utilizada foi processada através de um manejo sustentável? No alimento saboroso da carne de animais silvestres que “eu” saboreio, há a “minha” predação consentida, por “eu” não procurar saber se aquela carne é o processo da caça predatória; No conforto de trafegabilidade que “eu” faço usufruto no ir e vir, há poluição ao meio ambiente, devido à queima de combustíveis fósseis do “meu” veículo; Na aclimação dos nossos espaços residenciais, do trabalho ou lazer, há a contribuição aos danos à camada de ozônio, decorrentes do gás utilizado nos aparelhos de ares condicionados.

Isso nos remete mais uma vez às interdependências, nos interligando nas configurações sociais. Não há como afirmar que “nada tenho a ver” com o desmatamento, com a caça predatória, com os danos ao meio ambiente, com a poluição, pois pertencemos à mesma cadeia produtiva, nessas interligações e interdependências. Essas configurações sociais na comunidade Afatam também são inerentes nas redes de relacionamentos, nas interdependências, nas inter-relações entre os moradores, na observância do comportamento social, na socialização, no trabalho, nos escambos praticados, no comportamento entre eles. É o resultado do processo civilizador.

7.1 Observando o processo civilizador na pesquisa de campo

Na pesquisa de campo no projeto de assentamento Tarumã Mirim, em diversas oportunidades pudemos observar o resultado do processo civilizador em várias

nuances, nas mais diferentes situações: às margens dos igarapés; na lida diária; no acampamento da associação de moradores; na vivência cotidiana das famílias, e, em todos os contextos, as decisões “do eu” imbricava com a existência “do outro”, nas interdependências e nas inter-relações sociais.

Segundo Morin (1999) somos influenciados pelos pensamentos dos outros de tal modo que, apesar de independentes, dependemos das relações que construímos, e nos preocupamos com que “o outro” pensa de nós e de nossas ações, pois elas estão interligadas entre a nossa necessidade individual e a concepção coletiva, formando essas inter-relações sociais. Alguns fragmentos pertinentes, detectando essa “preocupação social”, observados na pesquisa:

- Aqui em casa sempre tem um cafezinho pra gente *ofertá* pra visita, né? *Sinão* vão *inté pensá qui* a gente é *miserave* (miserável). Eu *mermo num* bebo, vivo só no chazinho, mas quem vem, gosta é de café, *intão num* custa muito ser educado, *num é mermo?* *Nóis num tá* vivendo isolado, nós tem vizinho, *cunhicido*, parente. (ENT-54).

Observamos também essas inter-relações e interdependências nas quatro equipes da “Trupe da boia”, formada por 15 mulheres, já mencionadas nesta obra. Colaboração, interdependências e socialização formavam as inter-relações existentes, demarcando esse campo social: o preparo dos alimentos; a limpeza da sede; a distribuição de tarefas, etc. Cito fragmentos do diálogo da líder da “Equipe Sargentão”, no primeiro dia do seu “reinado” na cozinha comunitária:

- *Vamo dexá* tudo limpo e organizado. Daqui a *pôco tão* chegando pra *cumê* (comer)... E o qui eles vão pensar de nós, vendo essa bagunça toda *qui dexamo, inquanto* preparava o almoço? Que *somo disorganizada?* *Qui* é tudo de *quarquer jeito?* *Qui* só *porque tamo* na roça num *temo* educação? *Vamo arrumá, minina* (TRU-12, 45 anos).

Percebemos a preocupação dela com o que “eles iriam pensar”, porque a opinião “do outro” interfere nas ações pessoais. Pudemos observar que outros membros, e outras equipes daquele acampamento, demonstraram comportamentos similares, norteados as suas ações. Em diversos outros momentos e situações também pudemos contatar essa preocupação constante, conforme fragmentos coletados nas entrevistas e nos diálogos:

- Tô capinando aqui na *prantaçãozinha* de cubiu. *Pricisá num precisa, pruguê* esse *matim* (matinho) *num atrapaia crecê* nem *pruduzí*, mas chega gente aqui, vê o mato tomando *diconta*, vão pensa o quê? *Qui tô* morto de prigiça? *Qui num* sirvo pra nada? Ói dona, sempre fui *hômi* (homem) *trabaiadô*, *num* arrego pra nada não (ENT-29, 71 anos);

- *Nóis num qué qui* eles (os filhos) vão *simbora*, mais, se *num dêxá*, o *qui* os povo vão pensar *dinóis*? *Qui nóis tamó* cortando o *distino* deles? *Atrapaíando* um futuro *mió* deles? Se num *dexá*, *dispois* vem a falação: *num dexô pru ingoismo*, pra *ajudá* na roça, mas *pudia tá mió*! Esse povo fala *dimais*, mas, se nóis mora no meio, têm *qui respeitá* o *qui* o meio fala, *sinão* a gente fica falado (ENT-63);

Na pesquisa de campo não foi observado somente essa preocupação latente com a opinião alheia, mas também com a rede de dependência existente entre os assentados, ou mesmo fora da territorialidade local. Essas interdependências e inter-relações estão tão imbricadas nos seres humanos, que não há como haver um isolamento social. Em diversos lotes visitados, percebemos essas inter-relações: nos puxiruns, onde a mão de obra ofertada atende à demanda exigida, porque um ajuda o outro; nas comercializações das suas produções nas feiras de Manaus-AM, quando vendedor depende de comprador, que depende de consumidor, etc.

No Tarumã Mirim geralmente os assentados procuram preparar os locais de banhos nos igarapés, nas interligações dos lotes. Ao se juntarem, tanto no trabalho (de prepará-los), quanto de apreciá-los, nos momentos de lazer, esses banhos interligados formaram “fontes” ricas em materiais para observarmos o processo civilizador em todas as suas nuances.



Figura 12 - Área social para o lazer às margens do igarapé, no lote do ENT-35

FONTE: Pesquisa de campo

Para socializarem-se, uns comparecem com o peixe, outro com o suco, outro com o arroz, a farinha, e dessa socialização o lazer se manifestava regido pelo processo civilizador, nas inter-relações sociais e nas interdependências entre eles.

Observamos também a percepção pessoal, instigada pelo social, que não é de “bom tom” os homens comparecerem na casa dos vizinhos sem vestirem camisas, ou

às mulheres se visitarem de camisola. Esses mesmos homens que se constroem em ir ao vizinho sem camisa e as mesmas mulheres que se recusam a aparecerem em público de camisolas, comparecem nos igarapés, em meio a todos, usando minúsculos vestuários.

São comportamentos vivenciados em naturalidade rotineira, mas, ao afastarem-se do espaço geográfico “banho”, o corpo passa a representar o tabu, que deverá ser coberto pelo vestuário, porque esses comportamentos lhes foram inseridos (através da psicogênese), moldando sua psique para essas atitudes, e isto se torna tradicionalmente comum dentre todos (através da sociogênese), que esses processos são vivenciados e aceitos como tradicionalmente comuns entre todos.

São regras aceitáveis por todos e normas pré-estabelecidas que foram se incorporando nas condutas sociais. Essas configurações, quando do momento da sua ocorrência, às vezes não possui significado representativo, porém com o decorrer do tempo algumas situações alteram estruturas individuais e sociais. À medida que as pessoas compatibilizam suas condutas com a de outros indivíduos, eles são compelidos a nortear e modificar comportamentos anteriores, formando uma regulação social, observando-se o “nós” social, e não o “eu” que o caracteriza a sua individualização.

7.2 Configurações cegas ou aspectos eventuais?⁴⁰

Os autocontroles civilizadores, que desempenham um importante papel na vida das sociedades desenvolvidas, foram evoluindo para o modelo que possuem agora, através de diversos processos modificadores. As estruturas sociais de “hoje” foram “moldadas” no “ontem”, através de comportamentos que se incorporaram, instigando as transformações que acontecem na sociedade, mesmo que, no passado, não indicavam essas transformações. Por não serem tão perceptíveis quando ocorrem, denomina-se “configurações cegas”.

Nesse contexto, os comportamentos sociais do “agora” podem influenciar, e modificar, os parâmetros sociais do “amanhã”. São as configurações que, se antes eram denominadas “configurações cegas” hoje norteiam os nossos comportamentos (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 167), no trabalho, no lazer ou mesmo nas relações familiares.

Nesse viés do pensamento, analisamos os aspectos do êxodo rural dos jovens do projeto de assentamento Tarumã Mirim, em busca de “uma vida melhor”, com relação aos estudos e profissão. Fato percebido não só na comunidade Afatam, mas por diversas outras comunidades em outros assentamentos, conforme falas que instigaram esta discussão no seminário Agroecológico da UFAM, ocorrido em dezembro/2015.

40 Maiores detalhes no artigo: **O processo civilizador e as configurações cegas no Projeto de Assentamento Tarumã Mirim** <https://periodicos.ufv.br/revistas/article/view/3126/0>

Ao pesquisar as classes de idade dos agricultores familiares da comunidade Afatam, observamos que, entre os 70 entrevistados, 43 estão na faixa etária entre 50 anos ou mais, representando 61,43% da população pesquisada. Desses, 24 estão entre 60 a 77 anos, representando 31,17%, formando a comunidade anciã. Ademais, dentre os 27 restantes que se encontram na faixa etária de 18 a 49 anos, representando 38,57%, seis deles são caseiros, que a qualquer momento podem desligar-se do emprego, podendo (ou não) serem substituídos por outros em qualquer faixa etária, inclusive acima dos 50 anos.

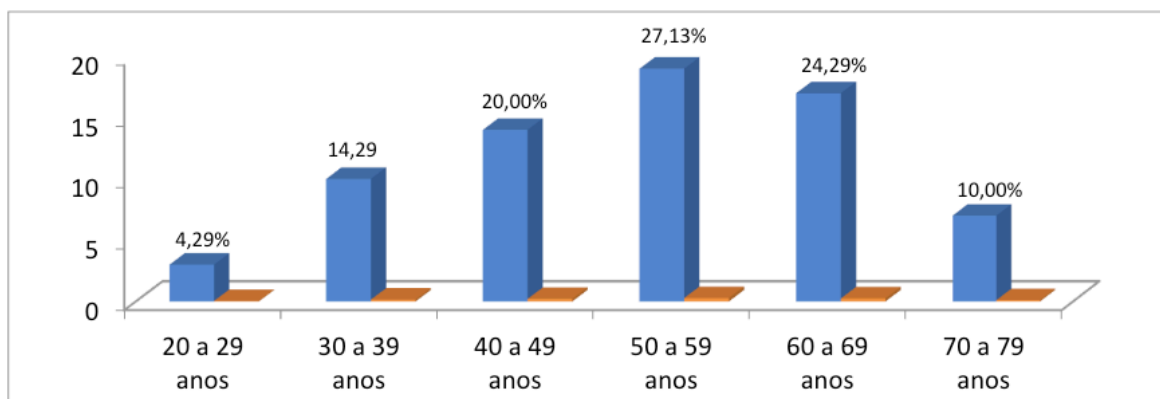


Gráfico 1 – Faixa etária dos 70 entrevistados da comunidade Afatam

FONTE: Pesquisa de campo

Esta quantificação refere-se somente aos entrevistados, porém é válido ressaltar que há, naquela comunidade (e em todo o assentamento), avós, tios, irmãos, que também estão inseridos nessas faixas etárias

O líder comunitário informou-me que os interessados o procuram para entrarem com processo junto ao INCRA para obterem terras, a maioria já ultrapassou os 50 anos, nos confirmando com mais esta informação sobre a tendência etária para os assentamentos, tanto do Tarumã Mirim, quanto de outros. Nas análises dos dados coletados, constatamos que a presença de jovens na comunidade pesquisada, principalmente após os 18 anos, possui pouca representatividade. Questionamos aos entrevistados: “Gostaria que seus filhos permaneçam morando no lote?”. O desejo dos pais em que os filhos permaneçam na propriedade rural, para dar continuidade às suas atividades se apresentou em 3º lugar. Para o 2º lugar destacou-se o desejo dos pais de que os filhos também consigam lotes, para terem-nos por perto, com 21,43% e, destacadamente, o 1º lugar, pelo motivo de que, nos assentamentos rurais, eles (os filhos) estariam mais afastados da violência, conforme Quadro:

Respostas escolhidas em primeiro lugar pelos 70 entrevistados no Tarumã Mirim	Qte	%
Sim. Sinto que aqui eles estarão mais afastados da violência	30	42,86%
Sim. Para eles conseguirem um lote também para si, e ficar por perto	15	21,43%
Sim. Para dar continuidade às minhas atividades na propriedade	13	18,57%
Não. Prefiro que eles vão pra cidade, estudar, se formar, ter uma vida melhor	7	10,00%
Não responderam, porque não tem filhos	3	4,28%
Não. Aqui a vida diária é muito difícil. Muito trabalho e pouco recurso	2	2,85%

Quadro 1 – Desejo dos pais à permanência dos filhos na propriedade rural

FONTE: Pesquisa de campo

Ao analisarmos a obra de Abramovay (1998, p. 33), “Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios”, acerca da influência dos pais para a opção profissional dos filhos, em que estimulam a serem também agricultores, os resultados apresentaram que 72,20% dos filhos dão continuidade às atividades na agricultura, apresentando-se uma sucessão consolidada. No entanto, esta não representa a realidade da comunidade Afatam, no assentamento pesquisado. Seria essa uma configuração com probabilidades indicativas de comprometimento produtivo do Tarumã Mirim no futuro?

Esse processo também foi citado por Matos (2015, p. 50), “Hoje, filho ou filha de pescador, agricultor, piabeiro, seringueiro não seguem mais a formação dos pais, agora se tornam, entre outras profissões, professores” devido ao fato, inclusive, da migração dos jovens para outros municípios, conclui Matos. Em diversos diálogos informais com alguns jovens à beira dos igarapés, inclusive com o filho da DIV-1, transcrevo trechos do relato:

- Tia, aqui a vida é dura, *num* tem como a gente “crescer”, *num* tem como estudar, se formar. Tem que ir *simbora*. Procurar melhoras fora daqui, onde os empregos podem ser mais do que uma mão de obra aqui, outra ali, uma capinada *aculá*, que é o que tem aqui no assentamento. A gente quer mais, quer ter mais oportunidades, ter mais conforto, mais futuro (Filho da DIV-1).

Nesse contexto, nos instigamos a questionamentos: o que será do Tarumã Mirim (e dos assentamentos rurais na hinterlândia amazônica) daqui a 20, 30, 50, 100 anos? Quem irá adubar a terra, plantar e colher? Escavar os tanques e criar peixes? Os anciãos já terão falecido, outros, é obvio, irão assumir a função de agricultores, porém percebemos uma constante modificação nos desejos de assumirem essa profissão. Os jovens já serão adultos que, se alcançarem o almejado de hoje, estarão formados, ou nos seus “empregos fixos”, como é o sonho de muitos, não retornando ao seu território de origem. Será esta uma configuração cega, que futuramente representará uma comunidade constituída somente por “assentados do lazer”, talvez formada por esses mesmos jovens, que ao interior se dirigirão, somente para o lazer

no final de semana, na terra onde nasceram, cresceram, e precisaram abandonar, em busca de uma vida melhor? Os comportamentos do “ontem” se transformaram na sociedade do “hoje”. Não seria este o momento adequado do “hoje” (e a tempo hábil), do Tarumã Mirim despertar para novas possibilidades educacionais, econômicas e sociais, para formar um novo “amanhã”?

Instigar a implantação de polos educacionais universitário, com formação voltada para as ciências do campo na localidade, corrigindo dois aspectos deficitários no Tarumã Mirim? Educação e capacitações para tornar a terra produtiva, ou mesmo instigar o turismo de cercania, porque o assentamento citado possui três elementos imprescindíveis para tal: natureza ainda exuberante; abundância de águas; proximidade à Manaus. Tais procedimentos seriam uma “hemodiálise” socioeconômica, “injetando” sangue novo no projeto de assentamento Tarumã Mirim, de forma sustentável, com inovações, rompendo o ciclo do êxodo rural dos jovens.

Enquanto os jovens possuem a perspectiva de sair do assentamento, em busca de uma vida melhor, ampliando o êxodo rural, os anciãos daquela mesma comunidade possuem o desejo de ali permanecer, porque se sentem “enraizados” na localidade.

8.1 APEGO, AFETO E TERRITORIALIDADE: ELOS ENTRE O IDOSO E O AMBIENTE⁴¹

Falar de amor, afetividade, apego, nos instigam a aprofundarmos e a desenvolvermos interligações que proporcionem esses termos a migrarem para novos horizontes, como forma de “pulverizar” a sociedade com elementos que “purificam” e “iluminam” o ambiente. No entanto, são comumente mais divulgados os escritos e os estudos sobre guerra, ódio, desigualdades sociais, pobreza, porque isto realmente encontra-se tão presente, que se tornou o “lugar-comum” na nossa sociedade capitalista, relegando a afetividade a um segundo plano, como se fosse irrelevante ou descartável. Porém esses termos, e essa concepção de afetividade, são elementos que instigam os indivíduos ao prazer, à alegria, ao aconchego. No dicionário de Houaiss (2010) o termo “apego” significa ligação afetiva, estima, complementado por Nabuco (2014) que interliga o apego à qualidade dos padrões de vínculo afetivo do indivíduo: se seguro ou inseguro. Portanto, apego diz respeito ao comportamento de proteção ou de dar atenção às necessidades emocionais do outro – aquilo que se chama popularmente de cumplicidade, esclarece Nabuco (2014).

Afeto diz respeito ao sentimento de bem-querer que sentimos e destinamos a alguém. Assim sendo, as relações que mais perduram com o passar do tempo são aquelas em que somos nutridos de afeto, mas também de apego, ou seja, gostamos de nos sentirmos “gostados”, mas que também protegemos e nos sentimos protegidos. Comportamento de apego refere-se a qualquer comportamento que resulta na proximidade com a figura de apego, o que o levou Nabuco (2014), no aprofundamento dos estudos de Bowlby, a ampliar essa concepção, e adequar sob ângulos negativos e positivos. O negativo: sem que os dois elementos estejam presentes (apego e afeto), possivelmente uma relação poderá estar seriamente comprometida. No entanto, o lado positivo emana que o apego, além de afeto, pode sim ser aprendido e desenvolvido, solidificando os laços que compõem uma relação, tornando-a, portanto, mais perene. Ao referirmos à afetividade e ao apego, reportamos não somente aos indivíduos, biologicamente, mas também às coisas, tangíveis ou intangíveis, e, nesse estudo específico, à territorialidade.

41 Maiores detalhes no artigo: **Apego, afeto e territorialidade: Elos entre o idoso e seu ambiente** <http://www.periodicos.ufam.edu.br/BIUS/article/view/2876>

Pelas concepções de Santos (2013, p. 96), o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistema de coisas criadas pelo homem. O território é o chão, a população, no envolvimento entre o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, da socialização, da vivência sobre os quais ele influi. Esta territorialidade, mesclada com a afetividade, nos levam ao projeto de assentamento Tarumã Mirim, em análises sobre o elo afetivo dos anciãos ao seu território. Fomos instigadas ao aprofundamento dos aspectos topofílicos dos anciãos daquela comunidade, porque questionamentos se tornaram pertinentes: o elo afetivo que interligam o indivíduo ao meio em que vivem, surgem no aspecto “para cuidar” ou “para ser cuidado”?

8.1 Consumismo ou desapego?

Às vezes nos perguntamos: para onde está indo a humanidade? Para uma sociedade de indivíduos desvairados pela busca incessante de bens materiais, com seus instintos consumistas a sobrepujar sobre o amor, a solidariedade, o apego? Isto nos remete aos estudos de Santos (2013, p. 39) ao citar que estamos diante de um novo “encantamento do mundo”, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim, havendo uma grande diferença entre o mundo de há cinquenta anos e o mundo de agora. O momento atual apresenta-se com uma sociedade carregada de ideologias que nos é entregue pelos homens do *marketing* e do *design* a serviço do mercado (Santos, 2013, p. 51). Porém Santos (2013, p. 129) vai mais além, ao problematizar que a situação contemporânea revela três tendências:

- a) uma produção acelerada e artificial de necessidades;
- b) uma incorporação limitada de modos de vida ditos racionais;
- c) uma produção ilimitada de carência e escassez.

Isto nos remete à Malinowski (1975), ao citar que, atendidas as necessidades básicas, criam-se necessidades secundárias, instigando o ciclo entre necessidades criadas e atendidas. Ora, ao satisfazer uma necessidade, outra se sobrepõe, atende-se mais essa, e mais outra surge. O ciclo entre produzir, consumir, criar necessidades leva ao sentimento de escassez. Para Santos (2013, p. 130), a escassez de um pode se parecer à escassez do outro e a escassez de hoje à escassez de ontem, mas quando não é satisfeita ela acaba por se impor como diferente da de ontem e da do outro, gerando a sensação de insatisfação, restando aos “não possuidores” cultivar a procura de bens infinitos como a solidariedade: esta, quanto mais se distribui, mais aumenta, conforme análises de Santos (2013, p. 129).

Porém, até a assimilação dessas concepções, muito já se viveu e muito já se possuiu, ou muito já se exauriu nessa busca e nesse apego à materialidade, esquecendo-se da afetividade e de valores imateriais, porém essenciais à sensação de felicidade. Entretanto, na idade anciã, o apego aos bens de consumo já se

moderou consideravelmente, principalmente naqueles que residem na zona rural. No entanto, detectamos que entre eles a necessidade do “pertencimento” ainda se torna latente, a pertencer a algo que lhes pertence.

8.2 A teoria do apego

Bowlby (1989) considerou o apego como um mecanismo básico dos seres humanos, um sistema de controle das composições químicas do corpo, que funciona dentro de um contexto de outros sistemas de controle comportamentais. O papel do apego na vida dos seres humanos envolve o vínculo afetivo que se desenvolve entre o bebê e a figura provedora de cuidados, geralmente a mãe. Distinguiu dois tipos de fatores que podem interferir na ativação do sistema de comportamento do apego: aqueles relacionados às condições físicas e os relacionados às condições do ambiente. Além disso, esse sistema tem função direta nas respostas afetivas e no desenvolvimento cognitivo, já que envolve uma representação mental das figuras de apego, de si mesmo e do ambiente, sendo estas baseadas na experiência.

Conforme Bowlby (1997), o apego envolve a preferência; é duradouro; intensifica as emoções (podendo romper-se ou renovar-se); possui interações intermitentes; as recompensas ou punições não rompem, necessariamente, esses vínculos (por isto que, mesmo a criança recebendo palmadas, o apego ainda permanece) e o apego pode estender-se enquanto perdurar a vida. É um tipo de vínculo no qual o senso de segurança de alguém está estreitamente ligado à figura de apego. No relacionamento com a figura de apego, a segurança e o conforto permitem que seja usado como uma “base segura”, a partir da qual poderá se explorar o resto do mundo.

O comportamento de apego está em nossa vida de várias formas e intensidade e a função principal atribuída a esse comportamento é biológico, correspondendo a uma necessidade de proteção e segurança, o que nos reporta mais uma vez aos anciãos da comunidade Afatam, ao nos garantir “aqui no *meu mundo* (referindo-se à sua moradia) me sinto segura” (ENT-20, 74 anos); “No meu cantinho ninguém mexe *cumigo*. Aqui é meu... *Tou tranquilo*” (ENT-29, 71 anos); “Se eu for *mimbora pra cidade*, morro *dipressa*. Lá *num* é vida...” (ENT-34, 77 anos); Lá (na cidade) tem muito *barui*, ninguém dorme direito, é muita *aguniação* (DIV-6, 105 anos).

8.3 Topofilia: o elo afetivo entre o homem e o ambiente

Topofilia, em conformidade com Tuan (2012) é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar (o ambiente físico). Ele informa que duas pessoas não veem a mesma realidade, e nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. Todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares, porém, essa “forma única” da perspectiva humana se torna evidente, quando analisamos que a percepção de um indivíduo com relação a algo, não é a mesma percepção de outro indivíduo, com

relação a essa mesma coisa percebida.

O ser humano tem outras maneiras de responder ao mundo além dos cinco sentidos (TUAN, 2012, p. 22). Desses sentidos tradicionais, o homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo. Ele é predominantemente um animal visual, social e cultural. A visão humana, como a de outros primatas, evolui em um meio ambiente arbóreo. No mundo denso e complexo de uma floresta tropical, ver bem é mais importante que desenvolver um sentido agudo do olfato.

As atitudes em relação à vida e ao meio ambiente refletem variações individuais e fisiológicas (TUAN, 2012, p. 73), porque há diferenças temperamentais entre as pessoas. Algumas conseguem “dialogar” mais facilmente com a natureza que outras. O que, para alguns indivíduos seriam alucinações, para outros representam dimensões existentes, não visíveis, porém assimiláveis. A alucinação é conhecida entre indivíduos e grupos de indivíduos. Esse fenômeno fascina porque a percepção de um objeto inexistente parece seguir as regras da percepção normal (idem, p. 91). A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética, é a visão de um estranho, que julga pela aparência, por algum critério formal de beleza, enquanto que aquele que está “inserido” emocionalmente com esse mesmo meio ambiente percebe cores, sons e movimentos imperceptíveis pelo estranho, principalmente se, nesses pressentimentos, a emotividade e o apego estiverem presentes.

Tuan (2012) exemplifica: “O operador de uma barraca de ‘comer’ pode estar orgulhoso de seu negócio, assim como o lavrador vê em sua descuidada roça de milho uma evidência segura de sucesso na luta por uma vida independente” (idem, p. 97-98). Ambas as situações geram duas formas diferenciadas de serem percebidas: uma por quem tem o apego, e outra por quem não possui tal sentimento particularizado.

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem em vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentemente e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 2012, p. 135-136).

A topofilia não é a emoção humana mais forte, porém pode tornar-se irresistível, quando o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente forte ou é percebido como um símbolo a possuir representatividade para a sua vida. O adulto deve aprender a ser complacente e descuidado como uma criança se quiser desfrutar polimorficamente da natureza (TUAN, 2012, p. 140-141), ou seja,

apreciar as diversas formas em que a natureza se lhe apresenta, sentir o cheiro da terra molhada, a sensação do orvalho que cai na pele do indivíduo, da umidade que a floresta oferece, dos “sons” que o silêncio emite, e somente quem está integrado à natureza consegue “ouvir” e “sentir”, e romper todas as regras formais de eufonia e estética, substituindo a confusão pela ordem e, no entanto, ser completamente desfrutável.

O apego à terra do pequeno agricultor camponês é profundo, conhece a natureza porque ganha a vida com ela. Para o trabalhador rural, a natureza forma parte deles – e a beleza, com substância e processo da natureza pode-se dizer que a personifica. Esse sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada dessa intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada (TUAN, 2012, p. 140-141).

A familiaridade com a natureza tanto engendra a afeição, quanto o desprezo. Uma pessoa pode ter muita afeição por uns chinelos velhos que para um estranho parecem bolorentos; um quintal com suas plantações esteticamente desorganizadas pode constitui um “paraíso particularizado”, com significações e interpretações emotivas profundas para o dono, enquanto que para o visitante representa somente um emaranhado arbóreo sem significação ou beleza. Há várias razões para esta afeição. Esta topofilia foi percebida na entrevista à ENT-18. Ela fez questão de me mostrar sua produção orgânica. Sua fala e seus gestos demonstravam orgulho, como se estivesse me mostrando seus filhos bem cuidados. Sua afetividade com as suas plantações, seu passar de dedos pelas pimentas de cheiro (*Capiscum* spp), cebolinha (*Allium schoenoprasum*), coentro (*Coriandrum sativum*), couve (*Brassica oleracea*), etc. sua conversa carinhosa com seus animais: patos (*Anas platyrhynchos.*), marrecos (*Caal snomy*), galinhas (*Gallus gallus domesticus*), tocaram-me profundamente.

Seus cultivos se destacavam ante a natureza que nos envolvia e sua emoção me marcava profundamente, demonstrando que “sentimento de pertencimento” pode se tornar um “bem de raiz”, porque representa riqueza àquele que a possui. Cada produto orgânico me apresentado possuía uma pujança peculiar, como em agradecimento aos cuidados a eles dispensados.

Recordei-me de mais um trecho de Tuan (2012, p. 136), onde ele cita que “Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo”, sendo o símbolo maior daquela agricultora, o carinho com suas plantações, e o retorno da natureza, naquelas plantações semeadas de esplendor.



Figura 13 – Canteiro orgânico de cebolinha da ENT-18

FONTE: Pesquisa de campo

Uma pessoa, no transcurso do tempo, investe parte de sua vida emocional em seu lar e em seu território. A familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior. Assim como algumas pessoas são relutantes em abandonar os velhos chinelos por um novo, outras – especialmente idosas – relutam em abandonar seu velho território por outro novo, com casas novas, modernas, e essa foi parte da topofilia percebida no projeto de assentamento Tarumã Mirim, dentre os 70 entrevistados na comunidade pesquisada.

A consciência do passado em um lugar é um elemento importante, e o termo topofilia associa sentimento com lugar. As imagens da topofilia são derivadas da realidade em derredor, atentos para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram assombro ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas.

O fato de as imagens serem extraídas do meio ambiente não significa que este as tenha determinado, nem necessitamos acreditar que certos meios ambientes possuam o irresistível poder de despertar sentimentos topofílicos. O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas oferece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo em que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época (TUAN, 2012, p. 161).

Uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único em suas particularidades, atitude e valor refletem os três níveis do ser. Os seres humanos estão biologicamente bem equipados para registrar uma grande variedade de estímulos ambientais (Tuan, 2012, p. 337). No mundo moderno, tende-se a dar ênfase à visão em detrimento dos outros sentidos, como o olfato e o tato principalmente. Por

requererem proximidade e ritmo lento para funcionar e por despertarem emoções, são relegados a um segundo plano, priorizando a visão e a audição. Somente na interação indivíduo-meio os seres humanos respondem ao meio ambiente de forma intrínseca, sentindo e pressentindo a vida em toda sua abrangência.

Na observação participante, detectamos que os empecilhos, tais como os isolamentos, inacessibilidades no ir e vir, devido às precariedades das vicinais, também formam elementos que nos instigaram a entender esse elo entre indivíduo/natureza que os fazem superar tantos obstáculos, mantendo-os no assentamento, apesar de tantos entraves e desconfortos. Nas entrelinhas entre o elo afetivo do homem com o seu meio, percebi que os jovens não estão tão arraigados afetivamente ao seu meio ambiente no Tarumã Mirim, conforme me relataram pais e avós entrevistados (ENT-1, nove filhos; ENT-2, sete netos; ENT-5, sete netos; ENT-20, 17 entre netos e bisnetos; ENT-22, dois netos), pois muitos dos jovens sonham com a vida na cidade, com maiores possibilidades de carreiras, objetivando um campo profissional que na zona rural não se apresenta. Os jovens ainda não se sentem “enraizados” na terra, nos remetendo mais uma vez aos antagonismos presentes em diversos contextos: enquanto os jovens sonham em sair do assentamento, os aspectos topofílicos estão mais arraigados nos anciãos da localidade pesquisada.

8.3.1 O avançar da idade e o aumento topofílico

Posteriormente retornei à comunidade, mesmo após já haver findado a coleta de dados para a dissertação, para o aprofundamento ao tópico topofilia, porque os dados existentes ainda não haviam me dado subsídios para uma análise mais apurada. Dentre os 70 entrevistados, existem 21 anciãos com idade superior a 60 anos, escolhi dez deles, dentro dos critérios de inclusão na dissertação (ser o responsável pelo lote, identificado como ENT-) e três fora dela (identificados como EXT-), totalizando 13 anciãos, para perguntar-lhes se prefeririam morar na cidade ou onde se encontravam residindo (na zona rural).

A classificação e o resultado se apresentaram da seguinte forma: ENT-5 (74 anos); ENT-20 (74 anos); ENT-22 (68 anos); ENT-29 (71 anos); ENT-34 (77 anos); ENT-49 (63 anos); ENT-54 (70 anos); EXT-1 (105 anos) e EXT-3 (81 anos), quantitativamente representando 69,23%, preferem permanecer na zona rural, “por já estar acostumado”; “na cidade é muita *zuada*”; “aqui tem mais *sussego*”; “aqui cuido dos meus bichos, presto pra alguma coisa”; “*Vixe*, Deus me livre de ir *mimbora*”.

Em contrapartida, somente quatro: ENT-46 (64 anos); ENT-60 (72 anos); ENT-61 (61 anos) e EXT-2 (76 anos) prefeririam viver na cidade, alegando “mais perto do *doto*”; “mais conforto”; “as facilidades compensam o barulho de lá”, correspondendo a 30,77%, demonstrando, com esse resultado, que o idoso prefere permanecer no seu *habitat*, do que aventurar-se para outra localidade.

O apego e a afetividade do homem com seu meio foram traduzidos em

palavras, observada a alma do caboclo, que dialoga com a terra, e dela ouve o seu sussurro, em um colóquio pessoal. Na quietude da alma anciã, interagindo com o seu ambiente de longa convivência, percebemos que o idoso se identifica com o lugar em que reside, vivendo em uma interação harmônica, mesmo que tal *habitat* não seja beneficiado por tecnologias que poderiam facilitar-lhe a vida, quer com energia elétrica constante (no Tarumã Mirim as “quedas” de energia são constantes e o retorno demorado); quer pela facilidade em comprar mantimentos diversificados nos mercados (no Tarumã Mirim há somente pequenas “bodegas” ou a feira local, com escassez de diversos produtos); pela proximidade à saúde pública mais ampliada (há atendimento de caráter de Saúde Básica no posto de saúde do assentamento, porém não há profissionais especializados no cuidado ao idoso); ou mesmo pela existência aos Centros de Convivência ao Idoso (no assentamento o Estado não beneficia idosos, jovens ou adolescentes no quesito lazer).

A maioria dos anciãos prefere refrescar o corpo cansado no mergulho das águas frias dos inúmeros igarapés existentes na comunidade; pressentir e sentir interação com a natureza; buscar o repouso ou a contemplação em meio ao ambiente que o abraça através do conhecimento de longos anos. E a floresta os acolhe com seus aromas diversificados, suas cores fugazes, sua brisa, suas sombras e os seus frutos, em um diálogo permanente, que somente aqueles que conseguem “ouvir” com a percepção, traduzem em poesia e amor essa convivência simples e harmoniosa, em uma simbiose ímpar entre homem-natureza. Não conseguimos definir, ao interligar a toponímia dos anciãos com as teorias do apego e da territorialidade, se o meio em que vivem representa a terra-mãe, que cuida, ou se a terra-filho, que gera a necessidade/sensação de ser cuidada, porém algo se tornou aparente: a possibilidade da separação entre indivíduo-chão produz ansiedade, sendo provável que o seu ambiente se assemelhe ao útero materno, que o acolhe, alimenta e protege, e esse rompimento leva ao medo e insegurança.

A REPRESENTATIVIDADE JURÍDICA

9 | A VOZ QUE FALA E AS QUE SE CALAM: A TRANSUBSTANCIAÇÃO⁴²

Associação de moradores é o espaço jurídico que nasce da consciência e do desejo de uma coletividade, em construir uma representatividade simbólica e com força política, visando unir interesses em prol de melhorias na qualidade de vida dos associados. Em conformidade com a disposição do artigo 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Com estas características, os assentados da agricultura familiar são pessoas físicas que, reunidos em um espaço geográfico comum, transferem o poder das suas “vozes” a um corpo constituído juridicamente, denominado associação (ou cooperativa), contendo normas regidas através dos seus estatutos, podendo ser alterado ou extinto, conforme determinações nas assembleias gerais.

Essas associações têm a função primordial de representar os assentados perante os órgãos governamentais, atestar veracidades no que concerne aos fatos e atos ocorridos dos domínios limítrofes de suas demarcações, ouvir e expor as pretensões através de ajuntamentos ordinários e extraordinários, denominado reuniões. A figura jurídica da associação é elemento essencial nos assentamentos rurais, pois sem ela, os beneficiários da terra não têm representatividade perante diversas instituições. Nesse sentido, eles se transubstanciam de várias pessoas físicas em uma pessoa jurídica, com vez e voz para os representarem. A comunidade pesquisada possui a sua representatividade jurídica através da Associação dos Assentados, Moradores e Trabalhadores na Agricultura Familiar da Comunidade Afatam e foi fundada em 13 de setembro de 1997. As eleições ocorrem a cada quatro anos, para elegerem os seus representantes legais (ou antecipadamente, quando a representatividade não enceta o desejo comunitário), podendo ser, ou não, de acordo com a vontade democrática, reeleitos por mais um período idêntico.

No período da pesquisa de campo, tivemos acesso aos livros de ata da associação do Afatam desde 02 de maio de 2004, até a última reunião acompanhada ao final da pesquisa de campo. Nessas atas foi possível constatar a necessidade das representações, pois os assentamentos rurais possuem as suas especificidades, em

42 Maiores detalhes no artigo: **O poder simbólico das associações pela transubstanciação: aplicando a teoria de Bourdieu** <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=3379>

que se tornam imprescindíveis as representações simbólicas, para manifestarem as reivindicações e afins.

Observamos que os pedidos destinados ao INSS para auxílio-doença, aposentadorias por idade ou invalidez, auxílio maternidade, etc. só se concretizam com a intermediação da associação, tendo como documentação de veracidade as assinaturas dos solicitantes em atas e as declarações expedidas pela associação, atestando a realidade dos fatos mencionados. A representação simbólica que empodera a associação só se constituiu a partir do ato da eleição. A associação, personificada em um corpo jurídico, possui a magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe. Essa personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, faz sair do estado de indivíduos separados, individuais, que agrupados, elegeram a alguns, transmutando para um único corpo, a sua representação. O corpo eleito (associação) se constitui de diversos elementos, através dos membros que formam a unidade jurídica. Esse corpo jurídico é representado por assentados e moradores da comunidade que, individualmente, são pessoas físicas, porém, na sua coletividade, através do processo de transubstanciação (eleito por voto, modificando a situação de física para jurídica) tornam-se um único elemento, a representar a comunidade.

Bourdieu (1989, p. 158) esclarece que o mistério do mistério é um desses casos de magia social em que uma casa, uma pessoa, um endereço, uma sede, se torna uma coisa diferente daquilo que ela é: um homem, na pessoa do presidente da associação ou similar por ele determinado, que pode identificar-se e ser identificado como um conjunto de homens, os assentados. O campo político, gerado a partir da escolha do representante da associação, que se denomina “presidente”, é o ponto convergente do monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade daqueles que o elegeu. O porta-voz – a associação - apropria-se não só da palavra do grupo dos assentados, ou melhor, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui de prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político.

A força das ideias que o processo de transubstanciação mede-se não como um terreno da ciência (Bourdieu, 1989, p. 185), pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência do desmentido. Ele, um corpo (jurídico), emite a voz que representam “as vozes”, o pensamento coletivo originado do desejo individual de cada um, que juntos, formam o “todo”, que emite voz, originado daqueles que falam e daqueles que emudecem.

Esse processo decorre “pelo fato de dizer as coisas com autoridade, ou seja, diante de todos e em nome de todos, pública e oficialmente”, quer nos órgãos públicos, ou perante outras representatividades civis, “fazendo-as existir como sendo dignas de existir, evidenciando assim ‘poder quase mágico das palavras’ de influir sobre

as percepções da realidade” (BOURDIEU, 1989, p. 111). Esse poder, o simbólico, é um poder que o grupo dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, pondo nele a sua confiança. Porém o “poder mágico das palavras” tanto procede ao apossamento da representatividade, quanto ao seu desligamento, quando essa “magia” não possui o poder do convencimento ou a força da representatividade esperada. Ele (o poder) só existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (Bourdieu, 1989, p. 157-188). Sem a crença da sua existência, a associação não existiria, porque o capital simbólico perderia a sua força e a sua legitimidade.

9.1 As reuniões ordinárias e extraordinárias

As reuniões ordinárias, aberta a todos (associados ou não), possui a periodicidade mensal, e, nas nossas observações participantes, nos seis meses em que acompanhamos as diligências da associação da comunidade Afatam, elas ocorreram na sua regularidade normal, com o corpo jurídico eleito. Nelas, conforme constatamos, não somente as “vozes” se manifestavam. O silêncio também se constituía poder de legitimação nesse processo, quando as decisões eram tomadas em assembleias, e, apesar de diversos associados não se encontrarem presentes, era como se os estivessem, porque associação representava tanto os presentes quanto os ausentes nas suas funções administrativas, políticas e sociais. Observamos que, à medida que as reuniões transcorriam e as discussões se desenvolviam, a cada tópico discutido e aprovado através do processo democrático da maioria presente, as delegações se processavam, confirmando que tanto os presentes, com “suas vozes” quanto os ausentes “com seus silêncios”, empossavam os membros da associação a lhes representarem nas ações propostas.

Em diversas oportunidades presenciamos resultados concretos desse processo, tais como a aprovação da recuperação das vicinais da comunidade, em que o apelo proveniente da associação representou o desejo da coletividade; a substituição da ponte, que também foi conquista de muitos, através do canal de voz legitimamente representado; os acompanhamentos ao INCRA, na pessoa do presidente da associação com diversos assentados, em reivindicações pertinentes; as solicitações ao IDAM e IDESAM, em pedidos que atendessem à comunidade, relacionados a projetos ou cursos de capacitações; na Eletrobrás Amazonas Energia nas solicitações de benefícios relacionados ao Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) etc. Em todas as manifestações o processo de transubstanciação se encontrava presente, porque a “pessoa física” necessitava da figura da “pessoa jurídica” para lhes representar. Nem todas as reivindicações foram atendidas, mas “a voz” se tornou “audível” onde se tornou necessária.

As reuniões extraordinárias geralmente são “fechadas”, destinadas somente ao corpo jurídico da associação. Deliberam sobre as diversas tomadas de decisões

relacionadas à comunidade. poderão ser suprimidas se não houver pautas que as justifiquem. Porém, nos seis meses em que acompanhamos esse processo de transubstanciação, em todos os períodos determinados elas ocorreram.

Fatos de caráter urgente e relevante também demandam reuniões extraordinárias, inclusive houve a ocorrência de uma reunião de caráter extraordinário por motivo urgente e relevante, quando do óbito de um dos moradores, filho da ENT-12 e esposo da TRU-4, vítima de acidente com os trabalhos de motosserra, o que decorreu da queda de uma árvore sobre seu corpo, vindo a vitimá-lo tragicamente.

10 | UM OLHAR INSTITUCIONAL AOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Institucional se relaciona às organizações que atuam para controlar o funcionamento da sociedade e, conseqüentemente, o controle dos próprios indivíduos, sendo entidades regidas por regras e normas que buscam a ordem entre as interações das pessoas. Os assentamentos rurais, através das instituições governamentais, possuem um papel fundamental na socialização, fazendo com que as pessoas se identifiquem como membros da sociedade⁴³, nos parâmetros produtivos, através da agricultura familiar, e nas formas representativas que se desenvolvem, a partir das representações simbólicas que as representam (associações ou cooperativas).

Os assentamentos podem ser divididos em dois grandes grupos:

- a) os criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamentos (PAs);
- b) os ambientalmente diferenciados, denominados de: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF)⁴⁴.

O projeto de assentamento Tarumã Mirim está inserido no primeiro grupo citado. A caracterização sistêmica mais idealizada com o que hoje se apresenta no tópico Reforma Agrária⁴⁵ e Assentamento⁴⁶, iniciou-se com o Decreto de Lei nº 9.760, de 5 de Setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, regularização fundiária de interesse social, aquele destinado a atender as famílias com renda familiar mensal não superior a cinco salários mínimos (Art 18-A § 1º).

Por muito tempo essa Lei normatizou os parâmetros relacionados à terra e ao homem do campo, sendo posteriormente complementada pela Lei 4.504, de 30 de Novembro de 1964, denominada Estatuto da Terra, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária.

O item em que se reporta à renda necessária para assentar-se sofreu novas modificações através da Instrução Normativa nº 71, de 31 de maio de 2012, Art 5º

43 Contribuição: Fonte: <https://www.significadosbr.com.br/institucional>

44 Fonte: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>.

45 Reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover a distribuição mais justa das terras.

46 **Conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo INCRA.

inciso II, onde cita que “O (a) agricultor (a) não poderá ser beneficiário do Programa de Reforma Agrária, quando o conjunto (da renda familiar) for superior a três salários mínimos mensais”. Os assentamentos rurais representam a democratização da terra, para atender ao princípio da justiça social, que preconiza: “Doação de terras àqueles que não a possuem, provenientes de áreas improdutivas e desapropriadas” para nela produzir, gerar renda e como subsistência familiar.

10.1 Agricultura familiar e as políticas públicas nos assentamentos

Norteados por leis, vários programas foram lançados, no intuito de adequar os interesses daqueles que lidam com a terra, proporcionando-lhes subsídios para subsistir do que na terra produzem, e o governo cumprir as normatizações regidas em lei. A questão da concentração da terra sempre esteve presente na história do Brasil, citam Castro e Gomes (2007), e nesta trajetória, a intervenção através de modelos de reforma agrária tenta acompanhar o desenvolvimento do país.

Em decorrência da baixa eficiência na alteração da estrutura fundiária brasileira e do agravamento dos problemas sociais no meio rural, no começo da década de 1980 surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, atuando através de coordenações estaduais, tornando-se um fator constante de pressão sobre o poder público pela reforma agrária.

Surge também a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, organizando mobilizações anuais chamadas “Grito da Terra Brasil”, e outros setores que incluem na sua agenda o tema reforma agrária (SPAROVEK, 2003), no intuito de abordar, alertar e buscar melhorias para o homem do campo, seguindo norteamientos e normatizações. A suposição normativa é a de uma relação de inclusão e de interação entre o homem, a terra e os subsídios, e também as devidas capacitações, em um elo que interliga Estado e assentado.

Ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é um desempenho do Estado, em simbiose entre Homem e Estado (LEITE, 2004, p. 65), abrangendo os parâmetros normatizadores (advindos do INCRA); norteadores (IDAM, INPA, EMBRAPA, IDESAM); financeiro (PRONAF); de apoio logístico e comercial (ADS), conforme especificamos:

10.1.1 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

O INCRA possui a função de assentar o trabalhador rural, para na terra produzir e tirar o seu sustento. A partir desse processo, ocorre a contagem do prazo de 10 anos para a quitação desse lote. Em assentamentos, a terra é da União. O trabalhador rural que recebe a terra do INCRA adquire somente uma concessão para usar e explorar o lote. O assentado assina o Contrato de Concessão e Uso da Terra (CCU), ou recebe o Título de Domínio, que só serão válidos se ele cumprir todas as

cláusulas resolutivas. Dentre elas, há a que veta “negociar ou, por qualquer forma, transferir a terceiros a posse ou os direitos do imóvel”, ou seja, vender terras em um assentamento rural enquanto ainda não esteja de posse definitiva do título, é crime, porque ele não é dono da terra até que seja cumprida uma série de exigências legais, que dizem respeito tanto ao assentado (as cláusulas resolutivas constantes no CCU ou no Título de Domínio) quanto à situação do assentamento. Enquanto não cumprir o ciclo normativo, o assentado não possui a posse nem o domínio definitivo. Conforme estipula a Lei 8.629/93, de 25 de fevereiro de 1993, em concomitância com o INCRA, o CCU transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório, bem como assegura ao assentado o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal;

10.1.2 Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas - IDAM

O IDAM possui a prerrogativa de amparar os assentados no que se refere à orientação agrícola, capacitação ao uso correto de defensivos agrícolas, apoio técnico nas culturas de subsistência, elaboração e instrução em projetos de plantio, acompanhamento técnico, emissão da carteira de agricultor. Emite também o Documento de Aptidão do Produtor - DAP ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas, tornando-os aptos a realizarem operações de crédito rural, e subsidia também descontos na compra dos produtos agrícolas;

10.1.3 Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

O INPA realiza estudos científicos do meio físico e das condições de vida na região amazônica para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico regional. Seu desafio é expandir de forma sustentável o uso dos recursos naturais; gerar conhecimentos científicos e tecnológicos visando à solução de problemas ambientais; constituir-se fonte de referência da biodiversidade da Amazônia mediante criação, desenvolvimento e manutenção de coleções científicas biológicas, administradas na forma de Programa de Coleções e Acervos Científicos.

10.1.4 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

A EMBRAPA é uma instituição pública com vínculo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo como premissa produzir o conhecimento científico e o desenvolvimento de técnicas de produção para a agricultura e a pecuária, em benefício da sociedade brasileira. Coordenado pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, executa pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico;

10.1.5 Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - IDESAM

O IDESAM oferta cursos de capacitação e elaboração de projetos dentro de assentamentos rurais. Enquanto o IDAM trata-se de um órgão ligado ao governo, o IDESAM é uma Organização Não Governamental - ONG, contratada pelo INCRA, a desenvolver trabalhos em parceria com o IDAM;

10.1.6 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

A vertente financeira no aspecto agricultura familiar adveio para evitar o círculo vicioso entre “não produzir por não ter recursos, e não ter recursos por não produzir”. Para tal, criou-se então o PRONAF, atendendo inclusive a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, que colocavam a necessidade da formulação e implementação de política de desenvolvimento rural específicas para o segmento numericamente mais importante, porém o mais fragilizado da agricultura brasileira (MATTEI, 2007 p. 144). A contribuição positiva ao qual o PRONAF responde, vem pelas dificuldades que o setor bancário opõe, devido assentamento rural ser um segmento dotado de base patrimonial precária, por não possuir o título definitivo da terra, portanto não oferece contrapartida como sua clientela regular (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999, p. 26).

10.1.7 Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS

O apoio logístico e comercial se desenvolve através da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, em sua estratégia operacional, interligada às associações e cooperativas de produtores rurais envolvidos nas atividades extrativistas, pesqueiras e agropecuárias no âmbito do estado do Amazonas. Desenvolve-se através do Programa “Amazonas Rural”, lançado pelo Governo do Amazonas, e tem como objetivo aumentar a produção do setor primário no estado e impulsionar a produtividade rural, facilitando o escoamento, garantindo mercado e competitividade aos produtos, oferecendo novas alternativas econômicas e oportunidades aos produtores do interior, comprando-lhes a produção no assentamento para utilização na merenda escolar nas escolas municipais de Manaus.

10.2 Os vizes da agricultura familiar

A agricultura familiar, que inclui todas as atividades agrícolas de base familiar, está relacionada a diversas áreas do desenvolvimento rural. Consiste em uma forma organizacional das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril, etc. gerenciadas e operacionalizadas por famílias e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, conforme Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Tanto em países desenvolvidos

quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma acentuada de agricultura no setor de produção de alimentos, destacando-se em diversas culturas.

Apesar da reforma agrária ser um programa executado no campo, seu impacto na sociedade abrange a nação como um todo, conforme nos elucida Sparovek (2003), pois a terra, assim como o trabalho, são as principais fontes da produção primária. Ainda que do ponto de vista conceitual a agricultura familiar não seja definida a partir do tamanho do estabelecimento, considera-se pertinente estabelecer uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares.

No tocante ao projeto de assentamento Tarumã Mirim, destaca-se a pequena propriedade, com módulos rurais entre um a quatro, conforme relata o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM, p. 23). O módulo fiscal representa uma unidade de medida instituída para indicação da extensão mínima das propriedades rurais consideradas áreas produtivas economicamente viáveis. A imposição desse limite visa a evitar eventuais distorções que poderiam decorrer da inclusão de grandes latifúndios no universo de unidades familiares (GUANZIROLI, 2001, p. 50).

10.2.1 A abrangência da agricultura familiar

No Brasil a agricultura familiar possui uma grande abrangência no tocante à produção agropecuária (40%) e respondendo por 76,8% do emprego agrícola⁴⁷, conforme Guanzirolí et al. (2001). Salientando que também obtém os rendimentos mais elevados por hectare, (áreas pequenas exigem condensação de produtividade), com isto destacando-se à condição de essencial à economia brasileira, gerando empregos e alimentos.

Os estabelecimentos da agricultura familiar atingem 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros, entretanto representam somente 24,3% do território ocupado no campo brasileiro, destinando-se, portanto, 75,7% para o agronegócio (CENSO 2006). A agricultura familiar (ou camponesa, nos ditos do Censo) mantém 12,3 milhões de pessoas ocupadas no campo, o que corresponde a 74,4% de todos os empregos gerados na área rural.

⁴⁷ Apesar da predominância da utilização da mão de obra somente familiar, devido a quantidade de membros familiares envolvidos no processo constitui-se também como emprego, e, conseqüentemente, geração de renda.

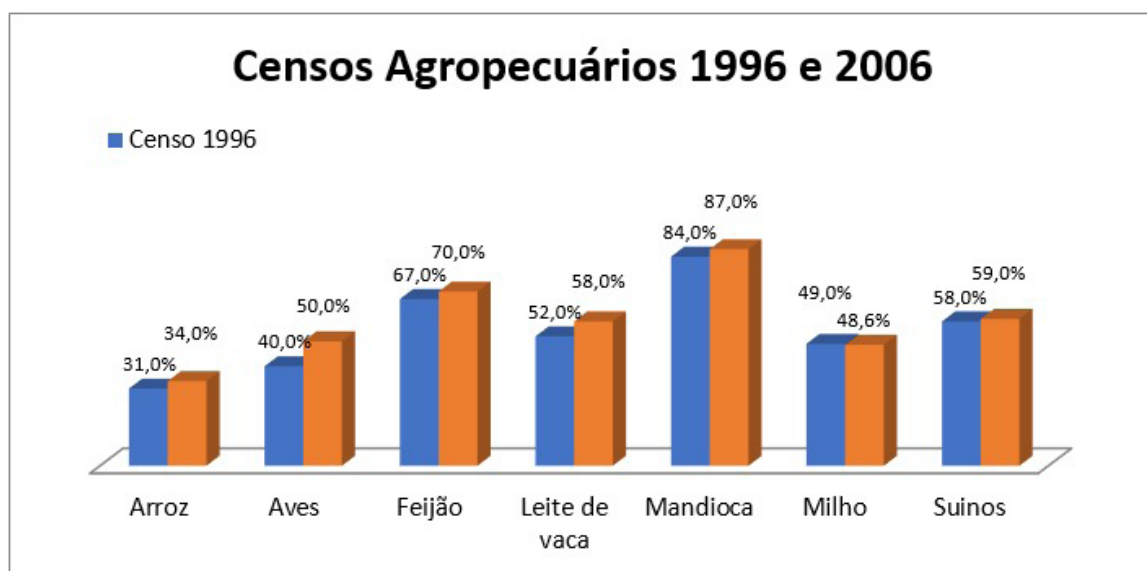


Gráfico 2 - Valor Bruto das produções familiares nos Censos Agropecuários 1996/2006

Fonte: Guanziroli et al. e adaptações (2001, p. 70)

Observamos que a abrangência da agricultura familiar é um fator que, além de preponderante, apresenta-se também como fator permanente, informações reforçadas a partir dos dados comparativos nos Censos Agropecuários 1996/2006 tais como: arroz (31,0% em 1996 e 34,0% em 2006, respectivamente); aves (40,0% e 50,0%); feijão (67,0% e 70,0%); leite de vaca (52,0% e 58,0%); mandioca (84,0% e 87,0%); milho (49,0% e 48,6%); suínos (58,0% e 59,0%). Salientamos também que a agricultura familiar é responsável por diversos alimentos que compõem a cesta básica da população brasileira⁴⁸, mesmo que suas áreas destinadas para a produtividade sejam pequenas⁴⁹, (LEITE et al, 2004), a mão de obra disponibilizada seja somente familiar e muitas vezes utilizando técnicas primárias, por não possuírem recursos para investir em maquinários, e o Estado não disponibilizar subsídios suficientes para a mecanização do solo.

10.2.2 Questionamentos e justificativas

Em diálogos com os produtores, nas inter-relações entre compra e venda com alguns dos assentados da comunidade Afatam, acerca das dificuldades e ausências de produtividade, muitos deles apresentam diversas justificativas de improdutividade:

a) a terra é fraca, “cega” (ENT-5, 74 anos); baixa fertilidade do solo (Costa et al, 2015, p. 99); pobre (ENT-21, 63 anos); pousio⁵⁰ longo (Castro, et al., 2015, p.

48 Os 13 alimentos que compõem a cesta básica brasileira são: carne, leite, feijão, arroz, farinha (de trigo), batata, legumes (tomate), pão, café, frutas (banana), açúcar, óleo e manteiga. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000501623. Ciência & saúde coletiva

49 No Tarumã Mirim, a área varia entre 1 a 4 hectare, por estar classificada como pequena propriedade. Em relação ao **tamanho** da área, os imóveis rurais são classificados em: **Minifúndio** (imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal; **Pequena Propriedade** (entre 1e 4 módulos fiscais); **Média Propriedade** (superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais); e **Grande Propriedade** (o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. Fonte: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>

50 Técnica necessária para recompor a cobertura vegetal (Castro et al, 2015). Prática de interrupção tem-

331) etc. fato também confirmado pelo engenheiro ambiental do IDAM. No Tarumã Mirim, O tempo médio do pousio é de 2,3 anos, “*Si num pricisasse deixá a terra parada tanto tempo, em média dois anos, seria até mió, sabe?, Mas a terra num guenta produzir direto. Temos qui dá o tempo dela reviver dinovo*” (ENT-1, 42 anos); “Quando a terra tá cansada, temos *qui dá o tempo pra ela discansá*” (ENT-21, 63 anos); “Se esperar somente produzir... produzir... produzir... chega um tempo que a terra pede arrego. Então é ir alternando cultura, mas chega um tempo que ela precisa descansar. Geralmente um ano e meio é suficiente” (ENT-35, 53 anos). Porém, para todas essas justificativas, há programas ofertados por órgãos governamentais que orientam acerca da correção do solo (IDAM);

b) ao contestarem sobre as dificuldades do escoamento da produção pela precariedade das vicinais, há órgão governamental responsável pelo escoamento da produção (ADS), com logísticas e comercializações apropriadas;

c) ao retrucarem que desconhecem técnicas específicas para suas criações de animais, há cursos de capacitação executados pelo IDESAM, INPA, EMBRAPA, etc. Todos são órgãos preparados para ministrarem cursos e propiciarem capacitações ao manuseio da terra, fazer acompanhamentos e direcionamentos visando uma boa produtividade;

d) quando retrucam sobre a insuficiência financeira para investirem na terra, há órgãos governamentais, a juros mínimos, para subsidiar os projetos e dela rentabilizar a produção, que é o caso do PRONAF, em apoio ao Plano Safra, lançados pelo governo federal;

e) quando alegam das dificuldades em obterem norteamientos e acessos aos benefícios específicos, há as associações ou cooperativas das comunidades que simbolizam esse papel representativo interligando os assentados aos benefícios oferecidos, envolvendo os indivíduos em relações estabelecidas com o Estado.

Para cada contestação, há uma solução, porém sabemos também das lacunas existentes entre a teoria e prática, em que são observados os limites entre a utopia com a realidade de fato, nesse marco entre o Brasil Ideal e o Brasil Real, no universo da agricultura familiar. Mas também não podemos ignorar que o Amazonas não possui tradição de culturas agrícolas em grande escala. A falta de tradição agrícola do amazonense também é apontada por Bezerra⁵¹ (2010, p. 305) como solos precários (exceto várzea), baixo nível de desmatamento do estado. Bezerra (op.cit.) também cita que nós saltamos da coleta da castanha para a fabricação de TV de plasma, sem passar pelo processo de produção agrícola, indispensável a qualquer economia.

porária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo cinco anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo. Fonte: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1326>

51 Eron Bezerra, doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM, secretário de produção rural do Amazonas frente à SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Executar a pesquisa que originou esta obra demandou persistência, foco e criatividade, devido a amplitude das vertentes pesquisadas, relacionadas à agricultura familiar no projeto de assentamento Tarumã Mirim, tanto pela visão institucional, quanto pelo lado dos assentados. Para conhecer o sujeito e objeto da pesquisa, tornou-se necessário vivenciar o cotidiano na comunidade, inserir em seus costumes, tornar-me parte presente e constante. Ouvi, perguntei, observei, conheci suas tradições e costumes, o que tornou possível identificar especificidades e peculiaridades e analisamos os dados coletados dentro das metodologias propostas.

Em diversos momentos tornou-se necessário o esclarecimento “não sou fiscal de nada. Essa entrevista é sigilosa, somente o resultado final aparecerá na pesquisa. Nomes ou números de lotes não serão citados”, recorrendo aos esclarecimentos no intuito de tranquilizar o pretendo candidato a ser entrevistado, para deixar espaço mais livre para construir relações, perguntar e ouvir coisas que não seriam ditas aos representantes do órgão gestor.

Etnografar foi, literalmente, vivenciar as benesses e sofrer com as decepções e tristezas, porém sai desse mergulho cultural mais sensibilizada no que tange à agricultura familiar. Analisar os dados coletados nos trouxe (a mim e à coautora desta obra) muito aprendizado, amadurecimento acadêmico e um gostinho de “quero mais”, porque quanto mais elucidávamos o entendimento, mais curiosidades nos instigavam a mais aprofundamentos. Por diversas vezes foi necessário retornar à campo, para melhores esclarecimentos, sanar dúvidas e confirmar hipóteses.

No projeto de assentamento Tarumã Mirim constatamos que a sua cultura se miscigena por dois motivos principais: a interferência da cultura urbana em um ambiente rural, devido à proximidade de Manaus, e a existência de migrantes das diferentes regiões brasileiras, contribuindo para a pluralidade dos costumes. Essa miscigenação levou enriquecimento cultural à região, pela sua gama de diversidades, desde aos parâmetros alimentares, às mitologias existentes, transformando o Projeto de Assentamento Tarumã Mirim um “caldeirão cultural”.

Grande satisfação nos proporcionou também quando observamos quão extenso foram os ajustes culturais com a implantação do Programa Luz para Todos, modificando as rotinas, hábitos e comportamentos dos assentados. É bem verdade que, se antes da existência da luz elétrica estavam praticamente todos no

mesmo patamar (sem os benefícios da luz elétrica), a “chegada da luz” acentuou as diferenciações sociais, inclusive pelas “demonstrações de posses” de uns, com a sua parafernália de eletrodomésticos, enquanto outros possuem somente “bicos de luz”, uma simples TV de sinal analógico e, fechando o inventário, um pequeno ventilador.

Outra vertente que nos intrigou e instigou deveras foi o quesito lazer, principalmente no que concerne ao tópico lazer-mercadoria. Os “sítios do lazer”, ao explorar as excentricidades naturais da região, transformam o lazer em um bem de consumo de suma importância, tendo como matéria prima a satisfação das necessidades humanas, originadas na fantasia, proporcionando bem estar e satisfação a quem os absorve, e a quem os vende, utilizando inclusive o *marketing* ecológico e sustentável. A própria venda do lazer (em que a exploração ao lazer gera renda econômica) se transforma em produção, e conseqüentemente mercadoria, com valor de consumo, porque “produzir prazer”, no sentido de renovar as tensões, também é produtivo ao ser humano e à sociedade.

Isto nos instiga a considerar os “assentados do lazer” também como produtivos, levando inclusive formas contributivas à comunidade, em virtude de que, enquanto uns brocam e derrubam as matas, no afã produtivo, para na área fazerem os seus cultivos, os “do lazer” procuram manterem intactos os traços florestais, ou conservando as margens dos igarapés, para que a possibilidade do lazer não se desvalorize.

Com esta consciência ecológica e esta forma de produtividade, se houvesse maiores interações entre Estado e assentados, o Tarumã Mirim produziria mais que plantar mandioca ou o cheiro verde: plantaria a consciência coletiva de que o lazer, além de prazeroso, é produtivo. Porém, para ele transformar-se em mercadoria apreciável e abundante, lícita, sem a necessidade de “esconder-se do INCRA”, demanda qualidade, que vem da capacitação e dos incentivos, para que oferta e procura sejam elementos presentes.

Há possibilidades de o Tarumã Mirim se transformar em um “polo do lazer”, econômica e socialmente produtivo, conforme se espera de um assentamento rural, em que a agricultura familiar não seja somente plantar mandioca, pimentão ou cheiro verde, mas cultivar o que o ambiente oferece: cultivar a terra, mas também explorar o lazer, nas formas mais sustentáveis e adequadas. Para tal, os órgãos governamentais poderiam contratar técnicos que orientassem os assentados como mostrar as peculiaridades ao “turista de cercania”, capacitando os beneficiários da terra, inculcando-os ainda mais sobre as benesses da floresta em pé.

Ademais, incrementando esse nicho produtivo que desponta, através da “mercadoria-lazer”, pode tornar-se cada vez mais sustentável, e dentro das normatizações específicas. Com as parcerias e norteamientos adequados, as peculiaridades existentes se transformariam em fatores positivos, a contribuir para um assentamento rural produtivo, com as suas especificidades adequadas dentro de

novas propostas.

À primeira vista, trabalho e lazer são situações apartadas. Mas ao pesquisar os assentados, pudemos analisar as imbricações entre trabalho e lazer, que nos levaram às conclusões que tanto um quanto outro são processos essenciais aos indivíduos, por contribuírem de forma pertinente à subsistência e à qualidade de vida.

Ao nos aprofundarmos nos fundamentos e nos processos da agricultura familiar, observamos que é possível explorar tanto a terra, nos processos de cultivo e criação, quanto o lazer, sem desvirtuar as normatizações que regem os assentamentos rurais, desde que observados certos preceitos como residir no lote e dele conseguir sustentar-se a si e à família.

Enquanto as nações evidenciam a sustentabilidade, através da preservação ambiental, torna-se adequado a quebra de paradigmas no âmbito do projeto de assentamento Tarumã Mirim, a incentivar a produção de “mercadoria sustentável”, que é a comercialização do lazer naquela região, incentivando o *balnearismo*, levando sustentabilidade aos assentados, e satisfação aos clientes que buscam diversão, em localidade próxima de Manaus. São as mudanças de conceitos preestabelecidos de que assentamentos rurais são destinados somente para desenvolvimento agrícola, pastoril ou pesqueiro, que hora nos mostra essa nova visão de mercado.

Porém analisamos o lazer além do aspecto “mercadoria”, e sim também pelo lado da emoção e do prazer. Apesar da ausência de oferta do lazer pelo poder público no projeto de assentamento Tarumã Mirim, ele encontra-se presente nos diversos âmbitos observados, tanto nos campos de futebol improvisados, quanto nos banhos nos igarapés, no embalar das redes, ou mesmo na contemplação à natureza, provocando tensões, socializando, divertindo, relaxando, porque o direito ao lazer é uma prerrogativa.

As necessidades específicas de um assentamento rural foram percebidas, e relatadas pelos entrevistados. Nas análises percebemos os desacertos entre o preconizado e o praticado, nos problemas que interferem o ir e vir, ou no escoamento das produções, devido às precariedades das vicinais. Percebemos também que a educação escolar possui uma grande responsabilidade no que concerne ao processo pedagógico, porque muitos pais não conseguem participar das tarefas escolares dos filhos, devido aos seus poucos estudos.

As capacitações e as liberações de subsídios também possuem suas deficiências, instauradas nos dois âmbitos – assentados e instituições – um por encontrar-se irregular e o outro por insuficiência de verbas governamentais. Porém diversos entraves podem ser sanados ou amenizados, se as lacunas entre o Brasil Ideal e o Brasil Real se confluírem, dirigindo-se a um mesmo ponto convergente: acessibilidade e produtividade. E “capacitar”, no âmbito produtivo específico no Tarumã Mirim, é ir além de nortear a correções de solo, criações de galinhas ou plantar tubérculos; é “ensinar” o assentado a “cultivar” o lazer, aprender os entremeios

de procura e oferta, e valorizar a “mercadoria” existente.

Nos puxiruns, percebemos que alguns apresentam peculiaridade, tais como: o da noite e o da madrugada, por não participarem todos os membros da família, principalmente crianças, devido não possuem a técnica, desenvoltura e agilidade necessária para a colheita dos produtos. As interdependências nesses puxiruns são elos presentes, por demandar tempo certo e agilidade no trabalho, o qual um assentado depende indelevelmente do outro, porque diferenças de dois ou três dias marcam as margens entre a qualidade e perda do produto, por ser de cultura rápida, que não pode “passar do dia” da colheita. Este fato também os socializa, e os mantém unidos. Foi pertinente presenciar (e participar, nos puxiruns) desse fenômeno entre solidariedade e respeito, ao observar o produtor retirando da terra o seu sustento, exausto e feliz, por ser autônomo da sua produção, e da própria história, vivida em meio à natureza rústica.

A sociabilidade, como fato preponderante interligado ao lazer, amplia as relações interpessoais, em que o lazer é benéfico e essencial aos seres humanos. O processo civilizatório encontra-se imbuído no seu próprio “eu” do caboclo. As restrições comportamentais são sinais de evolução social, pois aprenderam a controlar suas emoções e não se expõem em demasiado. As explosões apaixonadas, os descontroles emocionais, as demonstrações de excitamentos, tornam-se cada vez mais raros, até mesmo no seio do próprio círculo familiar, pois todos procuram reprimir suas emoções, até atingirem um patamar de autocontrole no comportamento dos indivíduos.

Ao verificar as configurações sociais na comunidade Afatam, percebemos que, apesar de tratar-se de um contexto rural, elas também são inerentes nas redes de relacionamentos, nas interdependências entre os moradores, na observância do comportamento social, na civilidade, na socialização, pois nesses relacionamentos, um depende do outro.

Apego e afeto também são elementos relevantes a nortear as relações pessoais e sociais, e, para os anciãos da comunidade pesquisada, o apego às suas casas e seus lotes se imbricaram aos elos afetivos com todo seu meio ambiente, dialogando com a natureza que os cercam, apreciando o que o ambiente lhes oferta: paz, silêncio e possibilidades de contemplação, em meio à natureza.

Em contrapartida, os jovens daquela comunidade sonham com possibilidades de continuar seus estudos e entrarem no mercado de trabalho em Manaus, tendo por meta de vida, a segurança econômica, para uma vida afastada do labor rural, porque, atualmente o assentamento não oferece melhores possibilidades de subsistência. Caso se confirme as configurações, decorrentes do êxodo rural dos jovens, compromete o futuro do assentamento, porque tal fato nos leva a questionamentos: morrem os anciãos e os jovens migram para a metrópole, quem, no futuro, irá cultivar ou empreender?

Os assentados, pela simplicidade do existir, e pelo desconhecimento das

práticas a lhes subsidiar nas suas relações com os órgãos gestores e norteadores, e pela inacessibilidade aos subsídios que compõem o rol dos aparatos para os assentados rurais, têm ao seu alcance a existência das associações ou cooperativas, que visam encurtar as distâncias burocráticas entre Estado e assentado. Nesse aspecto, o papel das associações, em sua representatividade jurídica, deveria atuar com mais ênfase, no intuito de inibir as práticas inadequadas dos assentados, como, por exemplo, as negociações dos seus lotes (totais ou parciais); de solicitar maiores empenhos aos órgãos governamentais; de buscar romper esse abismo entre instituição e associados, onde a caneta e a enxada se antagonizam, ao invés de se tornarem complementares.

Do ponto de vista institucional, os assentamentos devem desenvolver o cultivo da agricultura familiar, porém, devido a diversos entraves (terra fraca, dificuldades de subsídios), bem como facilidades com as negociações dos lotes (contratos de gaveta), incrementa a ideia de passar o lote adiante, ganhar algum dinheiro com isto e voltar para o urbano. Nesse momento surgem possibilidades de lazer, tais como: o sítio de finais de semana; e os de lazer como empreendedorismo.

Pela diversidade de políticas públicas destinadas à agricultura familiar, à primeira vista supomos tratar-se de grandes aparatos para a produtividade deslanchar, porém vale ressaltar que as especificidades amazônicas carecem de um olhar diferenciado, devido peculiaridades existentes, a exigirem soluções também peculiares:

a) as alegações de que o projeto de assentamento Tarumã Mirim, por ser próximo à Manaus, propicia a utilização dos sítios somente para o lazer de final de semana. Ora, cabe aqui sugerir uma reversão de conceitos, para que essa proximidade favoreça o incentivo ao “turismo rápido”, instigado principalmente pela proximidade à Manaus. O “lazer de cercania” poderá ser incentivado, incrementado, profissionalizado, para ofertar ao turista local uma “mercadoria” com valor agregado que satisfaça a ambos – o cliente e o “empresário do lazer”;

b) devido à diversidade de igarapés existentes também induzem os beneficiários da terra à utilização dos lotes somente para o lazer, é válido sugerir o desenvolvimento do ecoturismo, sendo a água o elemento “chamativo”, proporcionando, além de bem-estar (a quem oferece e a quem recebe), novas formas produtivas, tanto econômica quanto socialmente. Para o assentado que destina o seu lote para a oferta do lazer, a preservação à água se torna essencial, mantendo-a limpa, com as margens dos igarapés preservadas, sem o processo de contaminação advindo dos agrotóxicos às vezes utilizados indevidamente nos cultivos rápidos como as hortaliças;

c) pelas alegações de que a terra é “fraca”, segundo diversos relatos, cabe aqui também uma reversão de valores. A partir do reconhecimento de que as terras do Tarumã Mirim carecem de severas correções de solo, então é chegado o momento de não fazer derrubadas, queimadas, mantendo a floresta em pé, e investir no ecoturismo, instigando ao lazer, preservando-se assim a natureza.

Ao disponibilizar a terra para transformá-la em “produtiva”, a sequência natural

desse processo é “desmatar para plantar”. Porém, na amplitude de novos conceitos analisados o lazer também é produtivo, o sujeito (assentado) olha o objeto (a terra) e dela capta uma nova função. Ora, a natureza preservada irá valer-lhe mais que ela desmatada. Isto instiga, estimula e exige atitudes e mudanças de comportamentos em prol do ambiente.

Percebemos que a relação órgão gestor e assentado não se apresenta de forma harmônica. Em cada análise, tanto pelo lado institucional, quanto dos assentados, percebemos um longo vácuo entre eles. A tecnoburocratização, pelo lado da instituição oficial, no intuito de manter o controle sobre os assentamentos, ou os receios advindos de comportamentos inadequados de assentados, alimenta a cultura do medo ou da subordinação subserviente pelo lado dos assentados, criando obstáculos ao invés de interseção, mantendo órgão gestor governamental e assentado em polos opostos, formando lacunas ao invés de pontes de interligações.

As políticas públicas direcionadas àquele nicho não atendem às demandas, devido aos entraves burocráticos e escassez de verbas; falta de ampliação de projetos para a região, mas também porque parte daqueles que deveriam estar adequados à sua utilização se encontram de forma irregular no Tarumã Mirim, por não residir no lote; não ser o beneficiário direto da propriedade (possuem somente contratos de gaveta); seus lotes não terem acessibilidade adequada para mecanizar ou escoar suas produções; desmotivados pela “terra fraca”; desalento frente às “políticas de politicagem”, que mais surgem na mídia, mostrando um Brasil Ideal, que dista da realidade vivenciada do Brasil Real – apesar de ser o mesmo Brasil -; e, por último, pelo comodismo sistêmico de alguns que sobrevivem somente dos auxílios assistencialistas do governo (Bolsa Família) e não buscam formas produtivas aos seus lotes.

A instituição oficial (INCRA) representa um diagrama de poder, exercido sobre os assentados, e esses convivem com as normatizações daquilo que podem ou não fazer, dos espaços que podem desmatar, do curso d’água que possam desviar para seus criatórios de peixes, do roçado que “não podem” queimar, da necessidade de demonstrar que o lote é produtivo, ou pelo menos para produção de subsistência. Relações essa de medo-poder, percebido entre o dito e o não dito, nas observações ao longo das 70 entrevistas com os assentados.

Esses distanciamentos existentes entre assentados e instituições poderiam ser amenizados, se existissem menos burocracias e mais acessibilidades pelo lado das instituições, e utilização adequada dos lotes por parte dos assentados. Só assim haveria mais produtividade, mais recursos, mais qualidade de vida, menos “jeitinho brasileiro” e, conseqüentemente, maiores satisfações e realizações entre todos, não sendo necessário um impor, e outro se amedrontar, por não estarem adequados nos parâmetros definidos por lei.

Ademais, se os assentados (e moradores) não incorressem em proibições para encobrir uma não permissão, nos vizes das instruções normativas, não

negaceassem os ditames da lei... Se as relações de poder fossem amenizadas pelo diálogo e acessibilidades, mediando soluções, nas adequações reais amazônicas... Se transformassem os “inconvenientes” em “convenientes” (tais como: proximidade à Manaus -a instigar ao uso do sítio somente para o lazer de final de semana - ou devido a terra fraca), ao invés de existir um “assentamento-problema”, formar-se-ia um assentamento com as suas peculiaridades que contribuísse para o seu desenvolvimento, e não para o retraimento produtivo.

Ora, enquanto o mundo clama por preservação ambiental, caberá ao Estado enxergar além das normatizações de que assentamento é para cultivar somente alimentos ou criar animais. Para tal, o órgão gestor necessita ampliar o seu olhar para além do cultivo da mandioca ou da criação de peixes, bem como modificar o conceito de “fiscalizar”, e romper com os paradigmas de que os assentamentos rurais são propícios somente para o cultivo ou criatório, e observar o “filão” que se estende a céu aberto (ou à intacta), e fazer nascer um “novo mundo amazônico”, onde o lazer tanto pode ser um produto, quanto uma mercadoria, a aproveitar as peculiaridades que compõe o Tarumã Mirim.

O “braço governamental” necessita romper essa lacuna existencial, e estender o seu “olhar” para as novas “possibilidades produtivas” do Tarumã Mirim, e investir em capacitações para ecoturismo. O Amazonas é deficitário nesse aspecto, mesmo possuindo um “canteiro natural” para a produção do lazer comercial. Ademais, em todos os meses em que decorreu a pesquisa de campo, em acompanhamentos aos técnicos que ministram cursos, em diálogos com os assentados em diversas comunidades no Tarumã Mirim (e não só na comunidade Afatam), não foi detectado nenhum curso, instrução, orientação, para o tópico “turismo”. O foco incentiva somente ao cultivo ou criatório.

Pormaisquebusquemosentenderos“antagonismos”eas“complementariedades” que interferem no uso dos lotes, cremos ser válido rever as sincronias entre a definição dos assentamentos, “terra para produzir” e “delimitação do homem na terra em condições produtivas”, e trazer à luz da atualidade as peculiaridades do projeto de assentamento Tarumã Mirim, adequando-o em conformidade com o que ele “é” e não com o que ele “deveria ser”, e dessa realidade proporcionar produtividade, quer advindas do lazer, quer das “mercadorias-lazer”, mostrando “o que poderá vir a ser”.

Para que o Tarumã Mirim expanda seu processo produtivo, se adequando à sua realidade peculiar, sugerimos projetos que incentivem ao marketing ecológico e sustentável com maior ênfase, porque possui a matéria prima essencial – água, natureza exuberante, proximidade à Manaus – em uma formatação que não desvirtue as possibilidades da agricultura familiar, mas que abarque também mais esse nicho comercial, disponibilizando não somente recursos financeiros, mas também planejamento, capacitação, para gerir seus negócios. Para administrar o lazer como mercadoria, demanda sutileza; para o cultivo à terra, demanda correções do solo, investimentos e insumos.

Em qualquer âmbito, é necessário enxergar um cipó, um tronco de madeira, o chilrear dos pássaros, as curvas do leito dos igarapés, mais do que uma minúscula particularidade da natureza, mas como elemento primordial a instigar a renovação das emoções daqueles que comprem espaços e momentos de lazer como mercadorias que lhes proporcionam qualidade de vida, ou daqueles que dependem da subsistência na terra, para o seu cultivo ou criatório, porque, em ambos, natureza preservada é a maior ferramenta a direcionar o trabalho e o lazer.

Ressaltando mais uma vez que esse diálogo deverá advir também do Estado, ao buscar as interligações de pontos convergentes, e aproximar o Brasil Real do Brasil Ideal. Somente essa convergência possibilitará o diálogo entre as estruturas rurais e institucionais: quando um agir, e outro parar de negacear os ditames da lei. Isto ocorrerá, quando “novos olhares institucionais” enxergar no lazer (comercial), dentro de um assentamento rural, como mercadoria de subsistência, instigando à sustentabilidade, mostrando novos horizontes, em que o renovar das emoções poderá ser explorado com consciência e competência.

E a floresta, a partir dessas novas concepções, preservada em alguns lotes na área pesquisada, representará a subsistência com sustentabilidade ao homem do interior, por manterem-na intacta, porque suas sombras e os seus frutos se perpetuam com a floresta em pé, numa poupança de cuidados.

Nesse novo paradigma, no dia de amanhã tanto os filhos quanto os netos desses assentados, se na comunidade permanecerem, nelas poderão repousar e sentirem-se parte integrante desta natureza deslumbrante, se a consciência entre o “homem que produz”, o “homem da subsistência” e o “homem do lazer”, dialogarem entre si, em prol da natureza.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: Desafios do novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. ISSN 1415-4765. Publicado em abr 1999. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/td_0641.pdf> Acesso em: 27 Mai 2014.

AMAZONAS. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS). **Estratégia operacional**. Programa rural. Disponível em: <<http://www.ads.am.gov.br/index.php/amazonas-rural>> Acesso em: 23 mar. 2014.

AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). **Água para todos no Amazonas**. Publicado em 24 mai 2015. Disponível em: <http://www.meioambiente.am.gov.br/>. Acesso em: 17 ago 2016.

AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). **Amazonas Turismo**. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/turismo/>. Acesso em: 13 mar 2016.

BALDINO, José Maria; LOURES, Patrícia Marcelina Loures; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães. A educação nas manifestações culturais populares religiosas: benzedores e a transmissão de saberes e “segredos”. **Caminhos**. V. 13 n.2, jul/dez 2015. Doi <http://dx.doi.org/10.18224/cam.v13i2.42883> Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/caminhos/article/view/388-400/2464>. Acesso em: 07 jan 2016.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento**. 2ª. ed. Manaus: Valer, 2007.

BEZERRA, Eron. **Amazônia, esse mundo à parte**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOWLBY John. **As origens do apego**. In: Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas; 1989. p. 33-47.

_____. **Formação e rompimento de vínculos afetivos**. In: Formação e rompimento de laços afetivos. São Paulo: Martins Fontes; 1997. p. 167-208.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 abr 2015.

_____. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “**Luz para Todos**” e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm. Acesso em: 10 jul 2016.

_____. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o **Programa Bolsa Família**, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm. Acesso em: 23 mar 2015.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de **educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 08 out de 2015.

_____. Decreto nº. 9.760, de 5 de Setembro de 1946. Dispõe sobre os **bens imóveis da União** e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9760compilado.htm>. Acesso em: 27 Mai 2014.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **EMBRAPA NO Brasil**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/>. Acesso em 12 out 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/_arquivos/familia_censoagro2006_65.pdf. Acesso em: 25 Fev 2015.

_____. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 1996**. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm> Acesso em: 31 Mai 2015. Acesso em:

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM. **Serviço de assistência técnica, extensão rural e florestal**. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/>> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM. **Manual do Programa de regularização ambiental dos imóveis rurais do estado do Amazonas**. Disponível em: <http://www.ipaam.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/CAR/CARTILHA%20CAR.pdf>. Acesso em: 30 dez 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Assentamentos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 13 jun 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Cadastro Rural**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/certificado-de-cadastro-do-imovel-rural-ccir>> Acesso em: 23 Mar. 2014.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Censo Demográfico 2000 – Tabulação Avançada. Resultado Preliminares da Amostra**. Comunicação Social 08 de maio de 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulacao.shtm>. Acesso em: 13 Out 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **É crime comercializar terra em assentamentos**. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/e-crime-vendercomprar-terra-em-assentamentos/>> Acesso em: 30 Mai 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Instrução Normativa 71**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao-/atos-internos/instrucoes/file/1251-instrucao-normativa-n71-17052012>. Acesso em: 22 nov 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Titulação de Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/titulacao-de-assentamentos>> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim**. Manaus, 1999. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf>. Acesso em: 28 ago 2015.

_____. BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA. **Orgulho da Amazônia. Estrutura organizacional e de pesquisa**. Disponível em: <<https://www.inpa.gov.br/sobre/historico2.php>> Acesso em: 23 mar 2014.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o **Estatuto da Terra** e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm Acesso em: 02 Abr 2015.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos **dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária**, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm > Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (2002). Institui o **Código Civil**. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Recuperado em 12, outubro, 2015) que institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 15 out 2015.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o **Programa Bolsa Família**, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: 23 mar 2015.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 25 mar 2014.

_____. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. Disponível em: <http://www.sedam.ro.gov.br/arquivos/arquivos/04-08-13-18-58-40Lei%2011959-2009%20da%20pesca%20e%20aquicultura.pdf>. Acesso em: 12 set 2016.

_____. Ministério da Saúde. Caderno 7 de Atenção Básica. **Hipertensão Arterial Sistêmica**. Brasília, 2001. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_06.pdf. Acesso em: 11 set 2015.

_____. Ministério da saúde. **Caderno de Atenção Básica**. Brasília: 2001. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_06.pdf. Acesso em 21 mar 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília, 1997. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_16.pdf. Acesso em: 11 set 2015.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **Programa de Integração Intrarregional da Amazônia. Diagnósticos e Projetos**. Publicado em 2012. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/conteudo/destaques/arquivos/Estudo-Tecnico-Integracao.pdf>. Acesso em: 20 ago 2016.

CANEDO, Daniele. **Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos**

poderes públicos. Publicado no V Enecult. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. 27 a 29 de maio de 2009 na Faculdade de Comunicação UFBA. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>. Acesso em: 10 jul 2016.

CASTRO, Albejamere Pereira et al. **Tecnologias Sociais Ecológicas: Uma alternativa de segurança alimentar e geração de renda para agricultura familiar nas comunidades rurais amazônicas.** IN: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; CASTRO, Albejamere Pereira; SANTIAGO, Jozane Lima (Org). Agroecologia em Sociedades Amazônicas. Manaus: Editora & Gráfica Moderna, 2015.

CASTRO, Lúcia de Fátima Correia; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. **Atividades Agrícolas no Assentamento Iracema (PI) e suas repercussões sobre o Meio Ambiente.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. V. 8, N. 1, p. 65-73, Mar. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n1/a07v8n1.p df>> Acesso em: 27 Mai 2014.

CUCHE, Denys. **A noção da cultura nas ciências sociais.** 2. ed. Bauru: Edusc. 2002.

CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro. Mil anos com banho! **Anais de Estudos Antigos e Medievais.** 21 a 23 set 2011. doi: 10.4025/10jeam.ppeuem.03021. Disponível em: <http://www.ppeuem.br/jeam/anais/2011/pdf/comun/03021.pdf>. Acesso em: 16 ago 2016.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** 9ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DIÁRIO DO AMAZONAS. **Peixes criados em canal de igarapé.** Disponível em: <http://www.amazonianarede.com.br/peixes-criados-em-canal-de-igarape/>. Acesso em: 13 set 2014.

DUMAZEDIER. Joffre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador. V.1 Uma historia dos costumes.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

_____. **O processo civilizador. V.2 Formação do Estado e Civilização.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação.** Rio de Janeiro: Difel, 1992.

FERRARI, Marian Dias; GUERREIRO, Silas (org). **Antropos e Psique. O outro e sua subjetividade.** 9ª ed. São Paulo, 2009.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um encontro com a pedagogia do oprimido.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

_____. **Ação cultural para a liberdade.** 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Renata Machado dos Santos; OLIVEIRA, Valdir de Castro. **Ciência & saúde coletiva**. Cooperação internacional Brasil-Cuba-Haiti: o papel das rádios comunitárias no fortalecimento da mobilização social no âmbito da saúde pública no Haiti. Publicado em: Ciênc. saúde coletiva vol.20 n.1 Rio de Janeiro Jan. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015000100199&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 02 ago 2016.

GORGULHO, S. A água, a recreação, o lazer e o turismo. **Folha do Meio Ambiente Cultura Viva**. Brasília-DF. Publicado em 10 dez 2004. Disponível em: <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2004/11/hidricos153.html>. Acesso em: 30 out 2016.

GUANZIROLI, Carlos E. ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENOURT, Gilson. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, Marisete T. **Velhas benzedadeiras**. Publicado em: Dossiê – o final da vida no Século XXI. Doi: 10.5433/2176-6665.2012v17n2p126. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/14025/11836>. Acesso em: 21 jul 2016.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Objetiva: Rio de Janeiro, 2010.

LEITE, Sergio et al. **Impacto dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo SP: Fundação Editora da Unesp, 2004.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília : FUNAG, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MANAUS. Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA. **Saúde da mulher**. Disponível em: <http://semsa.manaus.am.gov.br/programas-de-saude/saude-da-mulher/>. Acesso em: 09 set 2014.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e cultura**. Campinas: Editora Alínea, 2007. (Coleção Estudos do Lazer)

_____. **Lazer e educação**. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 1998.

MARX, Karl. **O Capital. Resumo literal condensação dos livros 1, 2 e 3**. Belo Horizonte: Novos Rumos, 1990.

_____. **O Capital (compêndio)**. Carlo Cafiero (org). São Paulo: Hunterbooks, 2014.

_____. **Salário, preço e lucro**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2002.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e figurações na hinterlândia amazônica**. Manaus: Valer/FAPEAM, 2015.

MATTEI, Lauro. **Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do Pronaf**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar. 2007. Disponível em: http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-Numeros_

ublicados/docs/ren2007_v38_n1_a9.pdf> Acesso em: 27 Mai 2014.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. V.2 São Paulo: EPU, 1974.

MÓNICO, Lisete S; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A.; PARREIRA, Pedro M. **Atas. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/download>. Acesso em: 14 fev 2020.

MONTE, Francisco Clesson Dias. **O INCRA e a política de assentamentos rurais: um estudo sobre processos político-administrativos de ação pública**. Rio de Janeiro, RJ Julho de 2013. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2013/05/https___correio2.incra_.gov_.4.pdf. Acesso em: 28 Jul 2015.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2014.

_____. **Os sete saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Cortez, 1999

NABUCO, Cristiano. **Quando o apego e o afeto não caminham junto**. Publicado em 02/07/2014. Disponível em: <http://cristianonabuco.blogosfera.uol.com.br/2014/07/02/quando-o-apego-e-o-afeto-nao-caminham-junto/>. Acesso em 08 out 2016.

NAKAMURA, Eunice. **Saúde e Sociedade**. Parte I - II encontro de ciências sociais e humanas. O método etnográfico em pesquisas na área da saúde: uma reflexão antropológica. *Saúde soc.* vol.20 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000100012. Acesso em: 14 fev 2020.

NEWBIGIN, John. **A economia criativa: um guia introdutório**. Série Economia Criativa e Cultural do British Council / Publicada pelo British Council 10 Spring Gardens, London SW1A 2BN. Disponível em: https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf. Acesso em: 10 fev 2020.

NOGUEIRA, Ana Claudia Fernandes; MAINBOURG, Evelyne Marie Therese. A Comunidade do Pau Rosa/Amazonas e a Relação entre Natureza, Cultura e o Processo Saúde/Doença. Publicado em: **Saúde Soc. São Paulo**, v.19, n.1, p.22-34, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/03.pdf>. Acesso em: 15 abr 2016.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PASSADOR, Luiz Henrique. GUERREIRO, Silas (Org). **As origens dos antropos**. In: O outro e sua subjetividade. 9ª ed. São Paulo, 2009.

PEREIRA, Antônio Roberto Mendes. **O lazer nas pequenas propriedades rurais - Os festejos, os brinquedos e as brincadeiras**. Disponível em: <http://permaculturapedagogica.blogspot.com.br/2012/02/o-lazer-nas-pequenas-propriedades.html>. Acesso em: 30 jun 2016.

PEREIRA, Edilson. O espírito da oração ou como carismáticos entram em contato com Deus. **Religião & Sociedade**. *Relig. soc.* vol.29 no.2 Rio de Janeiro 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872009000200004>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872009000200004. Acesso em 13 ago 2016.

PEREIRA, F. M; PILENGHI, C. D. Lazer aquático, mortes por afogamento e a educação física. **Kinesis**. Santa Maria, n. 21. P. 109-130. Publicado em 1999. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/lazer-aquatico-mortes-por-afogamento-e-educacao-fisica.pdf>. Acesso em: 31 out 2016.

PEREIRA, F. M; PILENGHI, C. D. Lazer aquático, mortes por afogamento e a educação física. **Com. Motricidade**. Publicado em: 21 ago 2008. Disponível em: <http://www.motricidade.com/index.php/>

repositorio-aberto/40-docencia/1172-lazer-aquatico-mortes-por-afogamento-e-a-educacao-fisica. Acesso em: 31 out 2016.

PINTO, Willer Hermeto Almeida. CARVALHO, Albertino de Souza Carvalho. **Geoprocessamento aplicado a análise físico-territorial da área do Tarumã – AM**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3003-3009. Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim. Manaus, 1999. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf> /marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf. Acesso em: 28 ago 2015.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Futebol e violência**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

RIBAS, João Batista Cintra. **O olhar**. In: RIBAS, João Batista Cintra; KEMP, Kênia; PASSADOR, Luiz Henrique; FERRARI, Marian Dias; GUERREIRO, Silas (org). Antropos e Psique. O outro e sua subjetividade. 9ª ed. São Paulo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Magia e religião na modernidade: os rezadores em Manaus**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, Diego. O “Sonho de Rose”: políticas de saúde pública em assentamentos rurais. **Saúde e sociedade. vol. 15 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2006**. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300006>. Print version ISSN 0104-1290 On-line version ISSN 1984-0470. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300006. Acesso em: 02 ago 2016.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. Brasília: Páginas & Letras, 2003.

SZPILMAN, D; TRINDADE, R; VIEGAS, S; MEYER, K. **Mergulho Seguro. Prevenção do afogamento no mergulho em apnéia**. Publicado em 20 jul 2015. Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático - Sobrasa. Disponível em: http://www.sobrasa.org/new_sobrasa/arquivos/recomendacoes/Prevencao%20do%20Afogamento%20no%20Mergulho%20em%20Apneia.pdf. Acesso em: 31 out 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo Da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013. Homicídios e juventude no Brasil**. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf. Acesso em: 23 dez 2014.

WITKOSKI, A. C. (Coord); FRAXE, T. J. P; SOUZA, D. S. R.; CAVALCANTE, K. V. **Relatório analítico território rural Manaus e entorno – Amazonas**. Publicado em set 2011. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra044.pdf>. Acesso em: 19 ago 2016.

SOBRE AS AUTORAS



Águida Meneses Valadares Demétrio - nasceu em Babaçulândia, no estado do Tocantins, em 27 de outubro de 1960, porém reside há 20 anos em Manaus – AM. Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2017); Especialista em Docência do Ensino Superior - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA (2013); Bacharela em Ciências Contábeis - CIESA (2001); Tecnóloga em Empreendedorismo; Escritora. Autora de registros em formato de artigos e livros abordando os temas: Dependência química; Sociologia, Assentamentos rurais; Agricultura familiar; Aspectos psicossociais; Culturas amazônicas. Esta obra representa o seu décimo livro.

E-mail: agdademetrio@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1295311424092193>



Rita Maria dos Santos Puga Barbosa - Licenciada (UFAM), Doutora (UNICAMP) e Pós doutora (UFSC) em Educação Física; Mestre em Ciência de Alimentos (UFAM) e em Educação (UFAM); Técnica em Atletismo (UFAM); especialista em Administração Desportiva (UGF); Gerontóloga (SBGG); autora de registros em formato de artigos e livros abordando os temas: educação física gerontológica, imagem corporal, historia da educação física, estilo de vida de adolescentes, educação física escolar, etnocultura física, futebol, atletismo, empreendedorismo e gestão administrativa na educação física, etnografia criativa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0745043216561756>
E-mail: ritapuga@yahoo.com.br

 **Atena**
Editora
2 0 2 0